

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 12 - Democracia, Participação e Políticas identitárias e interseccionais: limites, impactos e horizontes

Participação política de pessoas com deficiência: estratégias e ativismo em Teresina

Márcia Camila Araújo Batista (Universidade Federal do Piauí)

Olivia Cristina Perez (Universidade federal do Piauí)

RESUMO

O trabalho tem como desígnio basilar aproximar o tema “Marcadores Sociais da Diferença” – presente na Antropologia – do campo da Ciência Política, a partir do estudo sobre participação e organização política de pessoas com deficiência. Além das Instituições Participativas (Conselhos gestores), também se analisa espaços não estatais (Associações), utilizando como base teórica a discussão sobre participação política na teoria democrática. Dessa forma, o problema de pesquisa traduz-se na descoberta, empírica, das estratégias adotadas pelas pessoas com deficiência para a consecução de direitos e de políticas sociais; além do impacto da participação nas deliberações e decisões estatais sobre a inclusão social; sem, contudo, desconsiderar a interseccionalidade da deficiência com outros marcadores, como gênero e raça. O campo de pesquisa é a cidade de Teresina - Piauí, com o emprego do método qualitativo e das técnicas de entrevistas em profundidade e análise de conteúdo de reuniões e dados relacionados. Assim, o trabalho contribui com o campo da participação política, esperando-se constatar a relação entre a inclusão de grupos considerados minoria e a efetivação da democracia.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como grande área de pesquisa a participação política e como objeto de análise a participação política de pessoas com deficiência por meio de entidades privadas sem fins lucrativos que trabalham com a defesa de direitos e de políticas sociais na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

A concepção de participação política dentro de um regime democrático varia significativamente de teoria para teoria, sendo a própria conceituação de democracia diversificada (cf no Brasil o mapeamento das teorias democráticas feitas por MIGUEL 2005 e na literatura internacional a proposta de TILLY 2013).

As teorias democráticas mais aceitas contemporaneamente entendem que a participação política da sociedade se restringe ao momento eleitoral. Não obstante, para uma vertente teórica mais prescritiva, a participação política dos indivíduos nas deliberações e nas tomadas de decisão junto ao Estado é considerada como elemento necessário para a caracterização de uma democracia.

Na concepção de Tilly (2013), as teorias democráticas mais acolhidas, atualmente, possuem um caráter procedimentalista, pois concebem a participação como algo limitado ao direito de sufrágio - que, nem sempre, foi estendido a todos os indivíduos - com uma ênfase maior na representação.

Não obstante, com o propósito de romper com esse entendimento, teorias democráticas, pautadas em filósofos clássicos da democracia, como Rousseau, começaram a se desenvolver nas décadas de 1960 e 1970 - no âmbito dos movimentos estudantis e se estendendo posteriormente para as classes trabalhadoras (HIRST, 1992; MACPHERSON, 1973; PATEMAN, 1992).

Nesse campo de estudos, uma das vertentes examina o impacto das associações para aprimorar a democracia. Tais estudos fazem parte da teoria democrática associativa. (COHEN e ROGERS, 1995; HIRST, 2001; WARREN, 2001). Essa literatura bastante presente nos Estados Unidos tem influência de Tocqueville ao considerar as associações como centrais para a democracia.

O conceito de associação evoca as possibilidades de ação coletiva, mas de uma forma que mantém os modos de mediação sociais (em oposição aos legais/burocráticos ou de mercado) entre as pessoas, através da linguagem, normas, propósitos compartilhados e acordos. (WARREN, 2001).

As associações podem ser divididas em três tipos, conforme a natureza dos laços e grau de autonomia: associações primárias - famílias e amizades que formam redes com relações próximas e íntimas; associações secundárias – transcendem o mundo individual, como os grupos cívicos, os clubes e as associações religiosas; por fim as associações

terciárias - grupos de interesses e profissionais, nos quais os membros são relativamente anônimos. (WARREN, 2001).

É importante ressaltar que as associações não podem ser generalizadas pois são diversificadas, formando uma ecologia de associações capazes de promover diferentes efeitos democráticos (WARREN, 2001). Ademais, embora sem caráter lucrativo, as associações não são esferas autônomas, tampouco livres de relações políticas e mercadológicas (WARREN, 2001).

À luz desse referencial teórico, o estudo propõe-se a investigar a participação política de pessoas com deficiência através de espaços participativos não institucionalizados, considerando a relação sociedade e Estado.

Tem-se como objetivo fundamental: compreender como ocorre a participação política dessas pessoas nesses espaços considerando como principal ponto o protagonismo da pessoa com deficiência nessas ações políticas, isto é, como se dá essa participação.

Metodologicamente, a partir do emprego de técnicas de cunho qualitativo, os dados foram coletados da seguinte forma: pela realização de entrevistas abertas com os componentes das associações, pais e amigos dos associados, entrevistas semiestruturadas com os dirigentes dessa entidade; por observação direta de reuniões e do funcionamento cotidiano das associações; pela observação direta de atividades políticas empenhadas pelas associações e pela análise de matérias e mídias jornalísticas.

O que se investiga e o que se demonstra nesse artigo é a participação política da pessoa com deficiência na cidade de Teresina, analisando sua atividade política no contexto de espaços participativos. Pretende-se, dessa forma, contribuir com o aumento de produções a respeito dessa forma de participação e a respeito desse grupo social.

1 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS TEORIAS DEMOCRÁTICAS

Modelos são “abstrações da realidade”, segundo Thomas Dye (p. 33, 2009) e, como explicitado anteriormente, os debates sobre o significado de democracia têm gerado uma grande diversidade de classificações e agrupamentos de modelos ou teorias democráticas ao longo do tempo. Cada posicionamento teórico busca justificar a escolha dos elementos, requisitos e condições necessárias para sua sedimentação.

As democracias liberais correspondem as teorias descritivas (SARTORI, 1994), onde há uma sistematização do sistema eleitoral e uma preocupação com as condições de vida política e nos procedimentos (TILLY, 2007), exemplo é a teoria elitista de Schumpeter. Há também, dentre essas teorias, uma preocupação com o processo contínuo que identifica a situação como democrática, sendo esse os casos do pluralismo, cujo principal representante

é Robert Dahl, e as teorias da escolha racional, intimamente relacionadas com as questões mercantilistas.

As democracias participativas, por sua vez, apontam insuficiências àqueles modelos democráticos e por isso são consideradas teorias prescritivas (SARTORI, 1994) centrando sua discussão no papel da participação para a constituição da democracia, indo além da via eleitoral. Fazem parte desse grupo as teorias da democracia participativa (em sentido estrito) entoada por Carole Pateman e C.B. Macpherson, democracia deliberativa – que tem como principal intelectual Habermas, e democracia associativa. Dentre essas teorias também se inclui a teoria da democracia radical que tem sido alvo de inúmeros debates acadêmicos.

A teoria da democracia participativa desenvolveu-se nas décadas de 1960 e 1970 - no âmbito dos movimentos estudantis, se estendendo posteriormente para as classes trabalhadoras - com o propósito de romper com o entendimento de que a participação dos cidadãos se resume ao momento das eleições dos representantes políticos (HIRST, 1992; MACPHERSON, 1973; PATEMAN, 1992).

Dentre as reivindicações, destacam-se a abertura por novos espaços participativos no âmbito da educação superior e a implantação de direitos já garantidos na conjectura (HIRST, 1992; MACPHERSON, 1973; PATEMAN, 1992).

Não obstante, antes desses movimentos, em 1762 com O Contrato Social, Jean-Jacques Rousseau já delineava um tipo de democracia participativa centralizada na ideia de que o próprio povo deve sancionar as leis as quais vai se submeter, regendo, assim, as condições da sociedade. Isto é, há uma participação direta dos indivíduos no estabelecimento das leis. Em razão disso, seu modelo democrático é considerado por alguns teóricos como desenvolvimentista (HELD, 2006).

As teorias mais recentes sobre participação política na teoria democrática começaram a se desenhar na década de 60. Carole Pateman (p.70, 1992), uma das autoras mais representativas da corrente da democracia participativa contemporaneamente, dispõe que a principal função da participação é, assim como ditava Rousseau, a educação, tanto no sentido psicológico como no sentido de aquisição de habilidades democráticas, sendo o argumento central da teoria o de que a participação a níveis locais, principalmente se inserida no âmbito laboral, é fundamental para que o indivíduo adquira o sentimento de eficácia política que o tornará mais preparado para participar em nível nacional.

A teórica trabalha em seu livro “Participação e Teoria democrática” com a ideia de que, dentre os espaços não-governamentais, a experiência participativa mais importante ocorre nas indústrias. A ampliação da participação dos trabalhadores nesse espaço trouxe, segundo a pesquisa empírica intentada pela autora, resultados benéficos em termos de cooperação e produtividade.

Os participacionistas compreendem, portanto, que para que a competência dos cidadãos seja alcançada é necessário que as possibilidades de participação sejam ampliadas, sendo a participação política no período eleitoral insuficiente para qualificação dos cidadãos, isto é, é nas arenas alternativas que o indivíduo adquire o controle sobre o curso e o desenvolvimento de sua vida. A participação delinearía um ciclo ancorado nas relações positivas entre a ampliação dos espaços e atores participativos, na mudança da consciência política, e na redução das desigualdades sociais, a partir da substituição da imagem homem como consumidor e a redução da desigualdade social e econômica (MACPHERSON 1978; PATEMAN 1992).

A participação política também é um elemento importante nas teorias de democracia deliberativa e na democracia associativa. Em ambas, a participação é um elemento essencial para a democracia. Na deliberativa, mais do que participação, valoriza-se o processo de formação de preferências. Na associativa, as associações têm um papel fundamental, principalmente na cobrança de responsabilidade por parte do Estado (MIGUEL 2005; LUCHMANN 2012).

A democracia deliberativa, em termos gerais, compreende que o exercício da cidadania não se limita a participação no processo eleitoral. Exige-se, dentro desta concepção, uma participação mais direta dos indivíduos no âmbito da esfera pública, consubstanciado por um processo sucessivo de discussão onde as decisões são justificadas pelos indivíduos e por seus representantes. Este modelo, cuja principal característica é o consenso político, tem como principais expoentes Jurgen Habermas e Joshua Cohen.

Dentre as teorias da democracia participativa, a democracia deliberativa tem tido maior destaque nas últimas décadas e pode ser concebida, atualmente, como a principal crítica às teorias da democracia contemporânea na medida em que considera que os indivíduos não estão atrelados a interesses fixos, pois podem alterar suas preferências através do debate. Apesar de serem amplamente influenciados pelas ideias da democracia participativa, apresentam um novo enfoque aos meios discursivos da democracia (MIGUE, 2005, LUCHMANN, 2014).

Já a democracia associativa busca centralizar as associações no processo de desenvolvimento e qualificação da democracia representativa, pois os instrumentos de consulta e de negociação são vitais em tempos em que há uma maior organização dos interesses sociais.

Conforme os teóricos da democracia associativa (HIRST, 2001; WARREN, 2001; FUNG, 2003), as associações contribuem para a democracia de diversas formas. Elas ajudam a superar o individualismo na medida em que promovem a união de cidadãos. Também possibilitam a representação de demandas até então dispersas. Nesse sentido aprimoram a representação, possibilitando uma administração pública mais voltadas aos interesses dos

cidadãos. Em suma, o associativismo é um modelo político que pode ser usado para reformar a governança tornando-a mais compatível com os valores e interesses de uma cidadania culturalmente diversificada e individualizada. (HIRST, 2001).

São as associações voluntárias autogovernadas, formadas por estruturas internas democráticas, que vão garantir uma melhora ajustada na “boa administração e na responsabilidade pública nos diferentes domínios sociais” (HIRST, p. 20, 1992) Sendo assim, há o envolvimento direto de interesses organizados, com uma estreita relação entre os representantes e os membros dos grupos de interesse.

Hirst (1992) utiliza a expressão “corporativismo” para defender a criação de instituições formalmente corporativistas que, de forma simultânea, funcionam como mecanismos eficazes de gestão não-coercitiva da economia - através da negociação entre a indústria, o trabalho e o Estado em todas as esferas - e como uma forma de representação dos interesses sociais organizados que desenvolvem a democracia no aspecto de uma maior influência popular.

Existe uma relação intensa entre as associações e a efetivação da democracia, algo que Warren (2001) definiu como “efeitos democráticos das associações”. O teórico trabalha com três distinções que têm influência sobre o potencial democrático dessas entidades. A primeira delas é a de que determinar se uma associação é ou não voluntária é relevante na medida em que a partir disso sabe-se como o conflito é trabalhado em seu interior e se ela possui uma política interna ou externa. Warren coloca que essa distinção afeta diretamente o desenvolvimento da capacidade política dos indivíduos.

Isso porque nem todas as associações têm o mesmo impacto sobre a democracia. O fato da associação ser orientada para causas sociais, poder ou o dinheiro faz diferença para a sua contribuição ao projeto democrático. Outra distinção importante diz respeito à fonte de financiamento da associação, bem como o fato dela querer ou não mudar o contexto social. (WARREN, 2001).

Teóricos da democracia associativa também não ignoram os pontos negativos da relação entre associações e poder público. As associações podem promover a balcanização de interesses no interior do Estado na medida em que somente aqueles interesses organizados têm suas demandas atendidas, assim como podem promover o domínio da agenda pública por determinados grupos da sociedade (COHEN e ROGERS, 1995). Por isso é essencial a atuação estatal no sentido de estimular associações que respeitem as normas democráticas igualitárias.

2 RELAÇÃO ENTRE ASSOCIAÇÕES E ESTADO NO BRASIL

A relação entre Estado e associações também aparece em trabalhos brasileiros que estudam o campo associativo nas últimas décadas. (SADER, 2002; MONTAÑO, 2002; PEREZ, 2005). Tais estudos apontam que a forma de atuação das associações sem fins lucrativos no Brasil se alterou substancialmente a partir da década de 1990, pois nesse período aumentou o número de associações e as mesmas passaram a atuar junto ao Estado, tanto na formulação quanto na execução de políticas públicas. As chamadas ONGs tornaram-se parceiras do Estado na formulação e execução de projetos e serviços em diversas áreas, tais como: saúde, educação e meio ambiente, cabendo ao Estado normatizar e financiar os serviços que são executados pelas associações (PEREZ, 2005).

Conforme um tipo de interpretação, essa mudança ocorreu porque o governo brasileiro adotou medidas de cunho neoliberal (SADER, 2002, MONTAÑO, 2002). As diretrizes neoliberais impactaram na multiplicação de associações responsáveis por executar e até gerenciar políticas públicas junto ao Estado na medida em que o poder público passou parte do trato com a questão social para as associações privadas e sem fins lucrativos, ainda que sob a responsabilidade estatal.

De fato, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi promulgada a lei da publicização (BRASIL, 1998). A lei nº 9.637 de 1998 transfere serviços não exclusivos do Estado, como escolas e hospitais, para o setor público não estatal.

Inclusive, a parceria entre o poder público e as organizações civis foi considerada pelo ex- ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, como uma saída para os problemas das políticas públicas estatais, pois as organizações civis estariam livres da burocracia pública e seriam mais próximas da população atendida. (BRESSER PEREIRA e GRAU, 1999).

Não por acaso há um aumento substancial de transferência de recursos federais para as fundações e associações sem fins lucrativos na presidência de Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 2003). Em 1999 o governo federal transferiu 2.224 milhões às associações. Houve crescimento da transferência desses recursos até 2001. (IPEA, 2011).

Mas essa não foi uma prática somente do governo FHC. Durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2011), o financiamento federal para as associações e fundações sem fins lucrativos voltou a crescer e permaneceu estável até 2007, quando decaiu. Em 2009 o repasse de verbas federais para as associações e fundações sem fins lucrativos cresceu novamente. Os dados de 2010 apontam um total de 4.106 milhões destinados pelo governo federal às associações e fundações sem fins lucrativos. (IPEA, 2011).

A ampliação do financiamento das associações pelo Estado tem ligação com a transferência de atividades estatais para as associações, e também com a redução da ajuda

internacional às associações do Brasil. Nas últimas décadas houve redução das fontes de financiamento internacional para as associações sem fins lucrativos brasileiras, em parte devido às dificuldades econômicas nos países financiadores e também pelo fato de que o Estado brasileiro, ao aumentar a renda nacional e reduzir a desigualdade social, deixou de figurar entre os destinos prioritários do financiamento internacional direcionado às associações (LOPEZ e BUENO, 2012).

3 MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Nota-se que a sociedade não é e nunca foi homogênea, assim como suas demandas. Historicamente, mesmo em países em que há poucas diferenças culturais e econômicas entre a população; não se pode, a priori, defender o entendimento de que todos são iguais em oportunidades e direitos, principalmente quando se fala em países submetidos a um regime democrático.

Com o intuito de diminuir essas diferenças sociais, a partir da garantia material de direitos e do amparo por políticas públicas, esses grupos marcados socialmente têm se organizado cada vez mais e das mais diferentes formas para dialogar com o Estado. Suas reivindicações não têm se limitado a exigir somente uma posição mais protecionista e desnaturalizadora dessas diferenças por parte do Estado; e sim mais oportunidades de participar das deliberações e decisões da agenda política.

A expressão “ Marcadores Sociais da Diferença” aqui utilizada foi importada da área da Antropologia que já trabalha com essas classificações utilizando-as como variáveis explicativas para a desigualdade e hierarquização econômica-social.

O debate sobre Marcadores sociais é amplo, pois também está sujeito a questões ligadas à identidade e à cidadania. Em síntese, quando se faz referência a grupos marcados socialmente por diferenças, significa dizer que existem pessoas, dentro da sociedade, que são caracterizadas por especificidades que as diferenciam de outras pessoas, onde essas características são construídas pela própria coletividade e acabam por serem naturalizadas, histórica e culturalmente (MOUTINHO, 2014).

Arquétipo disso é o debate sobre gênero que envolve a assimetria de oportunidades a que estão submetidos as mulheres e os homens em diversas esferas. Essa assimetria pode ser maior ou menor em razão do posicionamento político do Estado, no momento de escolha e decisão sobre o destino das verbas e sobre quais políticas públicas serão priorizadas.

Dessa maneira, o movimento feminista tem como uma de suas reivindicações mais participação feminina nessas deliberações e nas tomadas de decisão. É essencial que nesse momento não se condicione as decisões somente em razão do custo e benefício, mas que

também se observe a perspectiva de gênero, assim como de outros marcadores, para ponderar sobre o gasto ou implementações de determinadas políticas (MIRANDA 2009; PEREIRA 2010).

Como assinala Cynthia Miranda (p. 8, 2009):

O diálogo dos movimentos feministas com o Estado acontece em momentos em que as oportunidades políticas estão abertas, podendo resultar na institucionalização das suas demandas pelos governos, enquanto nos momentos de restrição política os movimentos feministas não possuem abertura para atuação.

As oportunidades e os limites políticos são vivenciados de formas distintas pelos grupos sociais. Portanto, não existe uma força unilateral nesse aspecto, e sim, uma relação dialética entre os grupos e o Estado.

Outro grupo marcado socialmente que tem participado ativamente na construção de políticas sociais, é o relacionado com raça e etnia. O movimento negro impeliu esforços na construção de ações afirmativas que combatesse o racismo e promovesse mais igualdade nas oportunidades educacionais e trabalhistas. As cotas em concursos públicos e em vestibulares são exemplos dessas ações que tem como fundo a garantia de direito à educação que, em razão da história, foram lhes negados, ainda que formalmente lhes assegurado (BUENO,2012).

Pontua Zamboni:

Em primeiro lugar, as diferenças e desigualdades entre os homens não são naturais. Elas são construídas socialmente e precisam ser contextualizadas em termos de tempo e espaço. Em segundo lugar, os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política. Finalmente, os sistemas de classificação estão intimamente ligados às relações de poder (ZAMBONI, 2013).

Como dito por Zamboni, esses marcadores são edificados pela sociedade e não podem ser considerados de forma independente, é o que se denomina como interseccionalidade.

O conjunto de marcadores acaba por determinar a posição comunitária do indivíduo e interferir diretamente em seu discurso e comportamento político; assim, uma mulher negra e homossexual apresenta marcadores que isoladamente não são suficientes para explicar o

porquê de suas oportunidades sociais serem menores do que a de outros indivíduos que não possuem esses marcadores (MOUTINHO, 2014; ZAMBONI, 2013).

Apesar da existência de movimentos específicos, é comum que o mesmo indivíduo participe em diversas frentes ou que combine diferentes posicionamentos como é o caso do movimento feminista negro. A interseccionalidade é uma variável importante nesse debate.

Em Teresina, por exemplo, a presidente da Associação dos Cadeirantes de Teresina - ASCANTE, que possui uma deficiência de ordem motora, ocupa uma cadeira como conselheira representante da sociedade civil no Conselho Estadual dos Direitos da mulher no Piauí.

São esses pontos, portanto, que devem ser focalizados pela Ciência Política, de maneira imediata. Não somente os estudos sobre identidades — ou marcadores sociais como denominado pela antropologia — e participação política, como também a relação entre as diversas clivagens e o impacto disso na produção de políticas sociais e na garantia de direitos.

4 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM TERESINA

Em Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, realizada em 2008, a ONU estabeleceu:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Para a Organização Mundial de Saúde, a deficiência corresponde a “perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais”, conforme dita em sua Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação: um manual da dimensão das incapacidades e da saúde – CIDDM-2.

Socialmente, as pessoas com deficiência, por muito tempo, sofreram isolamentos em razão de sua origem ser associada a acepções religiosas. Ademais, os estudos desenvolvidos tardaram a desatrelar sua etiologia dos aspectos patológicos. É o que se concretizou como modelo médico da deficiência:

O modelo médico, ainda hegemônico, aborda a deficiência por meio de um conjunto de teorias e práticas assistenciais em saúde que pressupõe relação de causalidade entre a lesão ou a doença e a experiência da deficiência. A deficiência, nesse modelo, é a expressão de uma limitação

corporal do indivíduo para interagir socialmente. (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010)

O entendimento de que esses indivíduos são incapazes está pautado nesse modelo que propaga a ideia de que os deficientes devem ser afastados do convívio social e ignorados quanto seus critérios existenciais.

Em contraponto, na atualidade, há um novo modelo de tratar a deficiência, que possui como pilar a responsabilidade das diversas organizações sociais, através de suas imposições e restrições, pelas desvantagens atribuídas a estes indivíduos.

A definição de deficiência não está relacionada à falta de um membro, nem à redução da visão ou da audição. O que a caracteriza são as dificuldades que as pessoas com alguma alteração física ou mental encontram em se relacionar ou se integrar na sociedade” (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010).

Cerca de 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde realizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando quatro tipos de deficiência: auditiva, física, visual e intelectual (IBGE, 2013).

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, no Piauí cerca de 860 mil pessoas possuem deficiência de alguma ordem, o que representa 27,59% da população do Estado.

Em Teresina, cuja população total era em 814.230 pessoas em 2010, há 2.033 pessoas com deficiência visual, 1.149 com deficiência auditiva, 2805 com deficiência motora e 12.314 pessoas com deficiência mental, totalizando 18.301 pessoas com deficiência na cidade de Teresina-PI, o que corresponde a 2,2 % da população municipal (IBGE, 2010), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1- Tipos de deficiência na cidade de Teresina

Fonte: elaborada pelas autoras com base nos dados do IBGE (2010)

Partindo desse ponto, através da pesquisa empírica realizada na cidade de Teresina para apurar o nível de participação política dessas pessoas com deficiência, ficou evidente que a principal forma de organização e participação nas tomadas de decisão de políticas públicas e na busca por direitos se dá através das chamadas associações privadas sem fins lucrativos.

Existem cerca de 20 associações na cidade que trabalham com a defesa de direitos desse grupo, sendo que 10 delas ocupam as cadeiras correspondentes à sociedade civil no Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (CONADE-TE).

São elas:

Quadro 1- Associações que trabalham com deficientes em Teresina

ASTE	Associação de Surdos de Teresina
ASCAMTE	Associação dos Cadeirantes do Município de Teresina
ADEFT	Associação dos Deficientes Físicos de Teresina
ACEP	Associação dos Cegos do Piauí
APADA	Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
PESTALOZZI	Associação Pestalozzi
AMA-PI	Associação de Amigos dos AUTistas
FACEPI	Fundação de Apoio às Entidades dos Cegos do Piauí
SOADF	Sociedade de Apoio ao Deficiente Físico

Cada uma dessas entidades possui um perfil sócio-político diversificado. Sendo assim, apurou-se os seguintes pontos:

- a) Os mecanismos e o protagonismo da pessoa com deficiência nas deliberações dentro das entidades;
- b) A ação política dessas associações junto às Instituições Participativas, como Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência de Teresina e o Conselho Estadual de Defesa da Pessoa com Deficiência do Piauí, e outros órgãos públicos como Ministério Público do Estado do Piauí, Ministério Público Federal, Câmara Legislativa da cidade de Teresina e Prefeitura da cidade de Teresina; e, por fim,
- c) Inserção de seus membros nas Instituições Participativas e as pautas defendidas por essas organizações.

Na pesquisa empírica foram verificados os mecanismos e o protagonismo da pessoa com deficiência nas deliberações dentro das entidades, entendida como a inclusão da pessoa com deficiência nas decisões e na formulação de diretrizes da associação. Constatou-se que:

Quadro 2- Presença de deficientes na deliberação das associações

Siglas	Participação
ASTE	Há Participação da Pessoa com Deficiência
ASCAMTE	Há Participação da Pessoa com Deficiência
ADEFT	Há Participação da Pessoa com Deficiência
ACEP	Há Participação da Pessoa com Deficiência
APADA	Não há Participação da Pessoa com Deficiência
APAE	Não há Participação da Pessoa com Deficiência
PESTALOZZI	Não há Participação da Pessoa com Deficiência
AMA-PI	Não há Participação da Pessoa com Deficiência
FACEPI	Há Participação da Pessoa com Deficiência
SOADF	Não há Participação da Pessoa com Deficiência

Conforme o quadro 2, metade das associações não possuem deficientes nas deliberações das associações. Logo, elas representam esse grupo, mas os mesmos estão sendo atendidos pelas mesmas sem, contudo, serem incluídos nas suas decisões.

Quanto a inserção de seus membros nas Instituições Participativas e as pautas defendidas por essas organizações constatou -se que:

**Quadro 3- Presença de deficientes nos Conselhos
Entidades Titulares no CONADE**

Associação	Representante
ACEP	Possui Deficiência
APAE	Não Possui Deficiência
PESTALOZZI	Não Possui Deficiência
AMA-PI	Não Possui Deficiência
FACEPI	Não Possui Deficiência
SOADF	Não Possui Deficiência

Entidades Suplementares no CONADE

Associação	Representante
ASTE	Possui Deficiência
ASCAMTE	Possui Deficiência
APADA	Não Possui Deficiência
ADEFT	Possui Deficiência

Novamente, os deficientes não estão presentes na maior parte das associações com assento no Conselho Municipal de Defesa da Pessoa com Deficiência (CONADE-TE).

Analisando esses dados conforme a relação das associações com o Estado, conclui-se que: nas associações que são conveniadas com o Estado (seis entidades), em cinco delas a pessoa com deficiência é representada por pessoas que não possuem deficiência, que assumem o controle das decisões e da administração dessas associações. A participação da pessoa com deficiência é baixa em duas delas, e inexistente nas outras três, visto que são os pais e pessoas ligadas à assistência social que tomam conta das decisões e das ações políticas dessas instituições.

Há uma única associação conveniada com o Estado dentre as pesquisadas cujo nível de participação é considerado alto, pois seus membros e associados são todas pessoas com deficiência, incluindo presidente, tesoureiro e os cargos da administração. Nessa as pessoas possuem direito de voz, direito de voto e ocupam cargos que as inserem em outros espaços.

Nas quatro associações que exercem pressão sobre o Estado, sem receberem verbas para seus trabalhos, a participação política da pessoa com deficiência é considerada alta, pois há direito de voto atribuído às pessoas com deficiência, há direito de voz e são elas que ocupam funções em outros espaços. A composição das entidades é bastante heterogênea, há presença de pessoas de variadas faixas etárias, dos 19 aos 60 anos, em média, em todas elas.

Há equilíbrio no direito de voz entre homens e mulheres, porquanto todos podem falar abertamente nas reuniões e seus membros, pessoas com deficiência, é quem estão inseridos nas Instituições Participativas, como o Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência de Teresina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teóricos clássicos da democracia participativa compreendiam que a participação está diretamente relacionada à definição de liberdade, porque o ato de participar dá ao indivíduo um alto grau de controle sobre seu curso de vida e sobre a composição do ambiente em que vive; aquele que participa, define as normas de convivência social, tornando-se "seu próprio senhor", isto é, protagonista de suas reivindicações. Dessa forma, é evidente que quando se alia essa ideia a grupos socialmente considerados minoritários - em termos de direitos e de desigualdades -, percebe-se que a participação política é importante para a inclusão social. No caso da pessoa com deficiência isso é cada vez mais evidente.

Um ponto também importante é entender que, quando esse grupo direciona suas ações com o objetivo de reduzir essas desigualdades, não necessariamente estão negando a diversidade; na verdade, de forma diametral, estão buscando reconhecer que essas diversidades não podem ser desconsideradas e que a isonomia formal, por si só, não as contempla como projetos políticos.

Também não estão se colocando em posição de privilégio, argumento amplamente utilizado para contrapor a existência de ações afirmativas, como as cotas, pois suas movimentações têm como finalidade maior a desconstrução e a desnaturalização de diferenças histórica e culturalmente sedimentadas.

Dentre as inúmeras formas de participação política possíveis, institucionalizadas ou não, como movimentos sociais, participação em Conselhos Gestores, são as associações o instrumento mais utilizado pelas pessoas com deficiência politicamente na cidade de Teresina e que a configuração de cada entidade contribui diretamente para o nível de participação dessas pessoas, considerando que a deficiência é uma variável peculiar no debate sobre representação e participação.

Sendo assim, o objetivo do trabalho foi mapear como se dá essa com o intuito de contribuir para um aspecto pouco visualizado na Ciência Política, constatando que a participação da pessoa com deficiência, através das associações, varia de acordo com o posicionamento político e as concepções de direito de cada entidade e, dentre as associações

pesquisadas, observou-se a relação entre sua estruturação e a capacidade política dos indivíduos.

Logo, deve-se atentar para o tipo de conformação das associações na inclusão de fato dos deficientes em suas decisões

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. (org). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002. P. 561-598.

BRASIL. Lei n o 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1998.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: o público não-estatal (orgs.). In: BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 15-48.

BUENO, Natália S.. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. Lua Nova, São Paulo , n. 85, p. 187-226, 2012

CARDOSO, R. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, E. (org.). **3º Setor: desenvolvimento nacional sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.07-12.

COHEN, J. e ROGERS, J. **Associations and demorcacy**. London, 1995.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: do que estamos falando? In: MATO, D. **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil in Tiempos de globalización**. Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

FERNANDES, R. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1994.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; FERREIRA, Gildete. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013.

FUNG, A. Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities. **Annual Review of Sociology, California**, vol. 29, p. 515-539, 2003.

FUNG, A.; COHEN, J.. Democracia radical. Política & Sociedade, 2008.p. 221-237. (pdf)

HIRST, P. Can Associationalism Come Back? **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, London, 4:1, p. 15-30, 2001.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos em 2010**. IBGE: Rio de janeiro, 2012. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf >. Acesso em: out. 2016.

____. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>. Acesso em: out. 2016.

IPEA. Transferências federais a entidades privadas sem fins lucrativos: (1999-2010). **Comunicado IPEA**, n. 123. Brasília, IPEA: 2011.

LAVALLE, A. G. e SWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, p. 157-187, 2015.

LOPEZ, F. G.; BUENO, N. S. **Transferências Federais a Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos** (1999-2010). Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR, v. 20, n. 43, p. 59-80, 2012.

MIGUEL, L. F. "Teoria democrática atual: esboço de mapeamento". *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, nº 59, p. 5-42, 2005. (pdf)

MIRANDA, Cynthia Mara. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil, 2009.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Rosângela Saldanha et al . Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 18, n. 2, p. 425-450, ago. 2010,

PEREZ, O. **ONGs e governo**: um estudo sobre as organizações não-governamentais que trabalham com meninos(as) de rua no centro de São Paulo e as relações com o poder governamental. Dissertação (mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2005.

SADER, E. Para outras democracias. IN: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.649-679.

TILLY, Charles. *Democracia*. São Paulo: Vozes, 2013. P. 15-39.

TRANJAN, Ricardo a sociedade civil brasileira Pela lente da Participação cidadã. In: WARREN, M. **Democracy and Association**. Princeton: Princeton University, 2001.

**III ENCONTRO INTERNACIONAL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

30/05 a 02/06/2017

UFES, Vitória, ES

ST 12 – Democracia, Participação e Políticas Identitárias e Interseccionais:
limites, impactos e horizontes.

Identidade e participação política das famílias de pessoas com autismo no Brasil

Márcia Francisca Lombo Machado¹ (USP)

Soraia Ansara² (USP)

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo. marciaflm@gmail.com.

² Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora convidada no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo e professora titular do Centro Universitário Estácio Radial de São Paulo. soraiansara@hotmail.com.

Identidade e participação política das famílias de pessoas com autismo no Brasil

Resumo

A discussão dos processos subjetivos determinantes à formação de uma identidade grupal traz elementos importantes sobre a participação e seu papel na mudança das relações do cotidiano e na democratização dos direitos. Este trabalho refere-se a uma pesquisa sobre o cotidiano do grupo das famílias de pessoas com autismo e suas formas de organização para criar e consolidar as políticas públicas de que necessitam nas cidades. Com base em referenciais teóricos de participação e poder, identidade social e direito à cidade, utilizamos a metodologia qualitativa combinando a observação participante, entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no tema e um grupo focal com mães engajadas na luta pelos direitos dos autistas em diferentes cidades. Dentre os principais resultados, destacamos a identidade gerada no estigma e nas dificuldades compartilhadas que vem sustentando ações coletivas e iniciativas de associativismo. A ascensão das famílias a sujeitos políticos mobilizados pela coesão da identidade social é caracterizada na transformação do cotidiano de sofrimento em lutas com e pelo grupo do autismo, cujos maiores desafios residem em desvendar meios de alcançar seus direitos enfrentando as barreiras burocráticas do próprio Estado.

Palavras-chave: identidade; famílias de autistas; participação; políticas públicas.

Introdução

A participação política tem papel preponderante na mudança das relações do cotidiano e na configuração da diversidade social para a democratização de direitos.

Nas mobilizações sociais das últimas décadas no Brasil, a possibilidade de ascender a atores políticos vincula-se ao interstício histórico em que o Estado permite que a sociedade civil se organize sem reprimi-la e a uma nova cidadania exercida por grupos que lutam por direitos sociais, disputam novos espaços de participação constituindo-se como parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção social, criando novas formas de ação coletiva e por vezes, novos direitos (Paoli, 1991).

Neste trabalho apresentamos parte dos resultados de uma pesquisa sobre o cotidiano das famílias de pessoas com autismo, em que abordamos suas formas de organização e construção de uma identidade social no processo de luta para criar e

consolidar as políticas públicas de que necessitam nas cidades. “Essas famílias são parte dos grupos que têm menos espaço, recebem menos atenção ou são menos percebidas pela ampla sociedade; não são tidas como sujeito político e muitas vezes não têm consciência desse fato” (MACHADO, ANSARA, 2014, p. 525).

Uma extensa revisão da literatura indicou que os enfrentamentos e demandas das famílias com relação à gestão da cidade, participação e representação para a obtenção de políticas para os autistas estavam ausentes tanto dos estudos envolvendo a família da pessoa com autismo quanto dos estudos sobre participação e políticas públicas.

Esses dados iniciais indicaram caminhos metodológicos que privilegiaram as falas dos sujeitos pesquisados, buscando investigar a cidade em que famílias de pessoas com autismo vivem no Brasil, o espaço sociopolítico que nela ocupam e os meios para conquistar poder de deliberação e controle sobre a gestão pública a fim de solucionar suas necessidades.

Utilizamos a metodologia qualitativa combinando a observação participante, entrevistas semiestruturadas com atores sociais envolvidos no tema e um grupo focal com mães engajadas na luta pelos direitos dos autistas em diferentes cidades. Os dados coletados foram analisados com base em referenciais teóricos de participação e poder, identidade social e direito à cidade. Para discutir os processos determinantes na formação de uma identidade grupal este texto apoia-se nos enunciados de Tajfel (1984), Goffman (1988), Melucci (2004) e Castells (2008). Nessa perspectiva encontram-se elementos importantes para a compreensão dos processos subjetivos construindo a transição do cotidiano de lutas diárias e isoladas das famílias de pessoas autistas para o da organização coletiva, ascendendo a sujeitos políticos mobilizados pela coesão de sua identidade no enfrentamento de demandas coletivas e não individuais.

Dentre os principais resultados apontados pela pesquisa, este texto inicia discutindo a forte identidade entre as famílias, gerada no estigma e no embate contra o preconceito, que se consolida na luta pela construção de políticas públicas. A partir dessa compreensão são introduzidas as questões elencadas como dificultadoras, tanto da vida cotidiana, quanto da participação cidadã de famílias de pessoas com autismo, e que dizem respeito a:

- falta de políticas públicas adequadas;
- distâncias e serviços não territorializados;
- falta de interlocução entre as esferas de poder e destas com a sociedade;
- indiferença e paternalismo do Estado.

Ao nos propormos discutir a relação entre identidade e participação vemo-nos implicadas a esclarecer nossa compreensão de identidade, uma vez que existem muitas definições deste conceito. Partimos do conceito de identidade coletiva de Melucci (2004) que a compreende como um processo de construção de um sistema de ação. Entendida como processo, identidade diz respeito a uma rede de relações entre atores que interagem, comunicam-se e se influenciam mutuamente, o que implica negociação e tomada de decisões.

A perspectiva na qual Castells (2004, p.27) trata a formação da identidade social considera que o indivíduo busca se constituir como sujeito, pois “sujeitos não são indivíduos”, e sim “o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”.

Separar rigidamente os aspectos individuais e coletivos da identidade é uma impossibilidade, afirma Melucci (2004), uma vez que seus fundamentos são hoje produto da própria sociedade no decurso de um processo de individuação. O autor aponta a modernidade industrial como ponto de transição em que a identidade desvia de seus fundamentos da sociedade tradicional – ligados às origens e heranças trazidas pelo indivíduo – e passa a se constituir na ação humana consciente e resultante da autorreflexão.

Nesse sentido, a necessidade de diferenciação e a categorização em grupos, conforme sugere Tajfel (1984), teria o sentido de uma escolha, que não é aleatória, mas ligada à necessidade de diretrizes de conduta e decorrente das relações e pressões no ambiente social.

Podemos falar do estigma como forte gerador das pressões sofridas tanto pela pessoa com autismo quanto por sua família. A marca estigmatizante não é intrínseca, explica Goffman (1988), mas externa ao indivíduo e a ele imposta (e neste caso à família), como um atributo ligado a aspectos relacionais com base nos requisitos que a pessoa supostamente deveria preencher para corresponder às normativas de aceitação esperadas em seu grupo social.

Com a chegada do autismo, a realidade da família é permeada por dificuldades e conflitos envolvendo as dinâmicas da vida social e tornar-se sujeito, politicamente atuante, pode ser um desafio tanto pela disputa do poder quanto pelas objeções à participação política.

Por outro lado, conflitos e situações críticas, como destaca Melucci (2004), são por excelência reveladores de nossa identidade, quando desprendemo-nos dos vínculos que já não falam ao “eu” reestruturando-o para agir de acordo com novas orientações. Nesse cenário, os conflitos seriam geradores de possibilidades de auto reconhecimento

com vistas a obtermos o reconhecimento dos outros, pois “entramos em um conflito para afirmar nossa identidade, negada por nosso opositor, para nos reapropriar daquilo que nos pertence, porque estamos aptos a reconhecê-lo como nosso” (MELUCCI, 2004, p. 47).

A relação entre esse processo de reconhecimento tratado por Melucci (2004) e a criação de novos direitos e a nova cidadania defendida por Paoli (1991) pode ser compreendida considerando a finalidade das identidades e a construção de uma "identidade de projeto", como sugere Castells (2004), ou seja, uma identidade constituída em função de um projeto a concretizar. Orientada para uma vida diferente, a construção desse projeto pode ter como base uma identidade oprimida, mas que avança para a mudança da sociedade como seu desdobramento ou consequência, defende o autor. A identidade de projeto seria, dessa forma, uma ponte para a transformação da própria sociedade (CASTELLS, 2004).

A modificação do cotidiano das famílias, sobretudo das mães, pela coesão de sua própria identidade social é recente. O desgaste para suprir as necessidades diárias da pessoa com autismo não concorre para que haja, de forma imediata, espaço à reflexão crítica sobre os fatos que envolvem e sobrepujam a família, sendo a própria rotina uma barreira do cotidiano. O processo em que se dão suas ações coletivas resulta da necessidade de intervir para suprir o que falta, ou seja, modificar o que se torna insuportável no cotidiano e que se materializa na cidade – um *projeto* que é comum ao grupo e que manifesta a decisão de assumir e enfrentar os desafios do filho com autismo.

A falta experimentada pelas famílias dos autistas – que vai desde a ausência de diagnóstico e de políticas públicas que as atendam até a inacessibilidade da cidade que as impossibilita do uso do espaço urbano – passa a ser reconhecida por estas mesmas famílias que se mobilizam para suprir o que lhes falta. Tal reconhecimento é constitutivo de uma identidade coletiva que inicia com a aceitação de “ser pai/mãe de autista” estendendo-se à idealização/realização de um projeto de mudança de sua realidade que atenua o sofrimento e o estigma vivenciado por cada família individualmente.

Considerando que “as necessidades são sinais da falta que nos constitui” e que compete a nós reconhecê-las e elaborá-las culturalmente, elas determinam “uma responsabilidade da qual não podemos fugir: responder conscientemente à falta, ou seja, decidir quem somos” (Melucci, 2004, p.43). Em nosso tipo de sociedade, lembra Tajfel (1984, p. 291), o indivíduo se esforça para obter uma “imagem satisfatória de si mesmo”. A identidade das famílias de pessoas com autismo se constitui na decisão pela própria luta e as mães revelam que retiram da dor a motivação para atuar pela mudança.

Há que se considerar ainda o estigma como forte elemento desse processo. A exposição social de sua identidade faz ultrapassar as fronteiras de normalidade e discriminação, e a consciência de sua categorização social carrega a percepção de valorização. Ao assumir sua identidade social as famílias dos autistas demonstram aumentar o grau de emancipação do estigma, ao ponto em que a preocupação em ser aceito pelo resto da sociedade torna-se menos importante (GOFFMAN, 1988) e a manipulação menos provável.

A identidade assim forjada também é motivadora de uma reação ao meio social e a aproximação aos seus iguais traz o desejo da participação, sobretudo em movimentos sociais, por anteciparem a experimentação da autovalorização (KAPLAN & LIU, 2000). Assumir essa identidade implica redefinir-se em relação aos demais, pois ao identificar a própria experiência na vida do outro a busca se faz em favor do coletivo (TAJFEL, 1984).

O vínculo da identidade com o desejo de participação é evidenciado quando as necessidades e a reflexão sobre a sensação de falta convergem para uma perspectiva positiva da decisão de assumir o autismo como motivação. A mobilização para ser ouvido e para falar advém dessa poderosa alavanca do comportamento sobre *o que e quem somos* diante daquilo que nos falta (MELLUCCI, 2004). Nesse sentido, a constituição do grupo social das famílias de pessoas com autismo se dá no fortalecimento e apoio mútuos em que se observa o tratamento recíproco entre seus membros, de que fala Goffman (1988), revelador de um sentimento de pertença ao mesmo “grupo”.

Essa condição é tão agregadora que levou famílias espalhadas por todo o país a obter êxito em mobilizações coletivas e a alcançar o reconhecimento oficial do Estado pela aprovação de uma lei federal³ em 2012, mesmo sem as conexões físicas e laços diretos entre os indivíduos, evidenciando “um sentimento de categoria que une os grupos formados entre as famílias de pessoas com autismo” (MACHADO, 2014, p. 111).

Ao analisar as características do grupo social de famílias de pessoas autistas percebemos que a construção de uma identidade não se antecipa à ação, mas se faz durante as ações coletivas e se torna uma mediação à consciência política, sendo ela própria um indicio de interações que proporcionam benefícios aos que a assumem e do movimento nesse coletivo (TAJFEL, 1984; CASTELLS, 2008).

Os registros maternos abordando o sentimento de solidariedade grupal e união expressaram que o desejo de se manterem fortes em favor do grupo constitui a própria

³ Lei federal 12.764, de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

força que as mães retiram do coletivo para si. A identidade é um fator de força e viabilidade da luta, o foco de resistência em que se sentem valorizadas. Evidencia-se ainda que o caráter autorreflexivo dos grupos se constitui no processo dinâmico das relações intersubjetivas (MELUCCI, 2004), especialmente porque o ambiente democrático contribui para a constituição de novas identidades e para a reivindicação por direitos e cidadania plena (PAOLI, 1991). As diferenças entre os cidadãos são produtoras de “fronteiras” daí estabelecendo novos arranjos e critérios de exclusão/inclusão realimentando a dinâmica de novas necessidades e lutas.

O autismo na cidade e as cidades dos autistas.

Cidades dão suporte à vida da maior parcela da sociedade, seja na proximidade de serviços, caminhos e usos, seja na experiência pulsante da convivência e do trabalho. Em sociedades desiguais como a nossa, no entanto, a cidade tornou-se a vitrine da exclusão e da inequidade, proporcionando a experiência cotidiana de viver à margem de seus suportes e benefícios.

As condicionantes espaciais da vida na cidade trazem as demandas das famílias de pessoas com autismo ao centro das questões da gestão urbana e do direito à cidade. Cidades são bens de propriedade comum, no entanto, o usufruto desse ambiente e de suas funções sociais implica romper um sistema que categoriza pessoas e as dispõe em lugares pré-determinados traçando limites desiguais às aspirações de direitos e prosperidade segundo parâmetros hierarquizados de sociedade e espaço (DAGNINO, 1994).

O olhar sobre os aspectos da cidade quanto aos impactos na participação política tem relevância crescente: mais de 80% da população brasileira habita áreas urbanas atualmente e a projeção para o ano de 2050 é de dois terços da população mundial vivendo em cidades ou vilas. A reaproximação da gestão urbana aos interesses dos habitantes romperia a indiferença do cidadão devolvendo-o à cena política local e, nesse sentido, ao combater a alienação, a participação política seria o requisito para interferir conscientemente no espaço vivido, como considerou Lefèbvre (2008).

A mudança de rumo das políticas públicas para atender às necessidades das famílias de pessoas com autismo traz, pois, implicações na constituição do planejamento e gestão da cidade. Este aspecto foi constatado entre as mães, sujeitos desta pesquisa, na ênfase dos depoimentos que ligam intimamente a “falta de tudo para os autistas” ao dia a dia na cidade que subtrai suas vidas das relações sociais, dos usos e da fruição que a própria urbanização pressupõe. Vencer as distâncias diárias em

busca de informação e serviços dispersos torna a cidade um obstáculo da vida cotidiana consumindo tempo e esforços, o que concorre contra a organização coletiva e o engajamento das famílias na participação política.

A demanda das mães por territorialização dos equipamentos e usos, oposta às tendências atuais da produção do espaço urbano - fragmentado no interesse do mercado imobiliário - carrega o desejo de reaver o tempo e eliminar rupturas com as funções da cidade (habitação, circulação, trabalho, lazer). Tais rupturas, além de dissolver o pertencimento ao lugar e substituí-lo pela percepção de exclusão, condenam o grupo estudado ao isolamento social e à deterioração da qualidade de vida.

Nesse cenário, os indícios são de que a falta de participação inicia na impossibilidade de acesso e uso do espaço urbano, a começar pelos equipamentos e serviços que preferencialmente têm localização próxima às áreas habitadas por classes socioeconômicas mais elevadas, em detrimento da demanda oriunda da maior parte da população (VILLAÇA, 2009). Tal forma de estruturar a cidade - que marca o cotidiano pelo tempo dispendido em vencer distâncias, por condições degradadas do espaço público, e pela carência e precariedade no transporte - torna exponencial a modificação de vida, impõe escolhas e leva o ser humano a abdicar de aspectos fundamentais para a sua própria confiança e perspectivas de futuro (como trabalho, carreira e engajamento político).

Ao considerarmos a participação política das famílias de pessoas com autismo na perspectiva da redistribuição de poder entre os cidadãos, e da legitimidade na ocupação dos espaços democráticos da cidade, o exercício dessa participação implica, pois, alcançar uma instância de mudança da convivência social e do domínio do espaço capaz de romper o rigor da vida cotidiana (HELLER, 2000; LEFÈBVRE, 2008).

Contrariando a participação, a aceitação da condição de exclusão e inequidade para as famílias é evidenciada como construção de relações condizentes com uma herança cultural que, em detrimento da vivência das pessoas com deficiência e seus familiares, investe na desqualificação destes (e de outros grupos socialmente fragilizados) para valorizar o discurso competente nas esferas de poder e decisão.

Quando a gestão da cidade e as esferas institucionalizadas de participação substituem a voz de quem é afetado pelo cotidiano de privações - fruto da ausência de políticas públicas - pela de profissionais e provedores dos serviços, são silenciados os únicos legítimos representantes das demandas: as próprias pessoas com autismo e suas famílias. A participação dos cidadãos nas decisões sobre suas cidades não foi caracterizada na pesquisa como um objetivo de gestão nos municípios brasileiros, ainda

que seja preconizada pela ONU Habitat (1976, 1996, 2013) como um item que condiciona o desenvolvimento social.

A possibilidade de manipulação de indivíduos ou grupos quando o patamar participativo não ultrapassa dispositivos de informação e consulta é enfatizada por Arnstein (2002). Neste caso, a população não consegue estabelecer suas próprias demandas nem eleger prioridades, já que as gestões não abrem esse espaço, mas é possível beneficiar grupos de interesse e, valendo-se das distorções dos dispositivos participativos, avaliar decisões do gestor/poder público alegando que a sociedade foi informada e ouvida (ARNSTEIN, 2002).

A assistência associativa, que na ausência do Estado, assume grande parte do atendimento em saúde e apoio social às pessoas com autismo, também está relacionada ao tema da participação e ao protelamento na constituição de sujeitos. Historicamente centradas na supervalorização dos profissionais prestadores de serviços ao indivíduo com deficiência, associações tradicionais têm colocado o usuário virtualmente como receptáculo da caridade e do conhecimento técnico. Essa perspectiva constrói e alimenta relações de dependência dos indivíduos/famílias atendidas que passam a ser um objeto da complacência de técnicos e gestores. As situações cotidianas que eliminam experiências participativas básicas tendem a ser assimiladas e naturalmente reproduzidas, desencorajando ações políticas expandidas para o âmbito da cidade. (CHAUÍ, 2011; HELLER, 2000).

Todavia, a necessidade indutora da constituição da identidade social fez a participação política ser incorporada ao cotidiano das famílias dos autistas criando estratégias e ambientes para suprir o que falta na cidade. As políticas públicas para o autismo, iniciadas há três décadas e intensificadas nos últimos quinze anos em várias cidades, foram construídas, não por políticas de governo, mas por ações de famílias, e amparadas por profissionais da saúde com pacientes autistas.

Tal constatação é corroborada por este estudo que fez emergir as vozes/denúncias e pautas destas famílias enfatizando as dificuldades compartilhadas e as ações coletivas organizadas em prol de políticas públicas para atender às necessidades das pessoas com autismo.

Tanto as falas dos entrevistados quanto as colhidas no grupo focal com as mães trouxeram percepções e experiências de não haver priorização das necessidades de pessoas em condições sociais de desvantagem na gestão das cidades, tais como: qualificação e intersectorialidade nos serviços de saúde, educação e assistência social, solução aos deslocamentos que inviabilizam aspectos fundamentais da vida da pessoa

autista e sua família, oportunidade e condições para interferir nas decisões políticas que afetam seu próprio destino.

A identidade gerada no estigma faz com que estas famílias se tornem sujeitos políticos mobilizados pelo fortalecimento da identidade social transformando seu cotidiano de sofrimento em lutas a favor de seus direitos e contra os obstáculos da cidade e as barreiras burocráticas impostas pelo Estado.

Políticas públicas para as pessoas com autismo

A invisibilidade das famílias de autistas para as gestões públicas enfatizando aqui a gestão da cidade é extrema.

Os dados levantados na pesquisa levaram foco às políticas públicas pleiteando a assistência *integral* à pessoa com autismo, e enfatizando a equidade para que saúde e educação qualificadas respondam às suas necessidades específicas.

Os relatos maternos referem-se a condições experimentadas em cidades de portes diferentes, mas com altas posições no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDHM, atual indicador social de referência para gestores dos municípios brasileiros (QUADRO 1).

Município	População Censo 2010	Densidade Demográfica hab/km²	IDHM 2010	Faixa do IDHM
Poá (SP)	106.013	6031,46	0,771	Alto
Porto Alegre (RS)	1.409.351	2939,76	0,805	Muito Alto
Ribeirão Pires (SP)	113.068	1130,66	0,784	Alto
Rio de Janeiro (RJ)	6.320.446	5154,68	0,799	Alto
Santos (SP)	419.400	1491,94	0,840	Muito Alto
São Paulo (SP)	11.253.503	7365,24	0,805	Muito Alto
Uberlândia (MG)	604.013	145,67	0,789	Alto
Volta Redonda (RJ)	257.803	1394,87	0,771	Alto

QUADRO 1 - Perfil demográfico e de desenvolvimento dos municípios de residências das mães entrevistadas. **Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

O perfil das cidades citadas na pesquisa é compatível com a existência dos recursos sociais e possibilidades para o desenvolvimento das pessoas autistas e sua *inclusão*. Não obstante, os relatos das mães sobre o cotidiano, comparativamente ao que era vivido antes da chegada do autismo, indicam que a realidade é mais difícil, a

qualidade de vida é menor, o acesso aos itens específicos de saúde é mais precário, a estrutura educacional é mais incompetente e a fruição relativa a lazer e cultura é insignificante.

Merece destaque o aspecto da vida cotidiana levantado na pesquisa que dá ênfase às distâncias enfrentadas na cidade, fruto da ausência de ações intersetoriais e da falta de critérios na localização de serviços - fatores que inviabilizam a manutenção do trabalho, sobretudo das mães, criando ainda uma rotina familiar estressante, somada à perda de renda e aumento de gastos.

A assistência provida por associações em favor das famílias dos autistas não é capaz de suprir com padrões desejáveis a demanda e, como tais instituições não estão localizadas territorialmente onde a população mais carece de seus serviços, as grandes dificuldades de mobilidade as fazem, por vezes, inacessíveis.

Outro forte indicador de que a política pública criada pelas e nas associações não tem em perspectiva atender à demanda das famílias advém do próprio índice de prevalência do autismo, aceito internacionalmente, que é entre 1 e 2% da população (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2016). Tomando como exemplo os 1.884.096 habitantes da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)⁴. haveria nessa região, segundo tal prevalência, entre 19 e 35 mil pessoas com autismo. A dimensão desse número leva a considerar como estarão vivendo e se desenvolvendo as pessoas autistas nas cidades brasileiras, uma vez que as redes de atendimento (qualificadas ou precárias) alcança apenas uma fração dessa população.

As demandas das famílias sobre territorialização e integração dos atendimentos e serviços aos autistas para combater as distâncias enfrentadas diariamente pelas famílias demonstrou que a política urbana é também determinante para a justiça social.

A falta de ações intersetoriais e que atentem para a localização territorial dos equipamentos e serviços, mencionada nos aspectos dificultadores da cidade, traz desdobramentos, com destaque para:

a) a sobrecarga das mulheres e abdicação do trabalho, estudo, aspirações pessoais e da carreira profissional decorrentes da inexistência e/ou ineficácia de políticas de proteção aos direitos e cuidados de seus filhos com autismo, a começar pelo próprio diagnóstico, informação e encaminhamento inicial;

⁴ Estimativa populacional de 2014 do IBGE segundo informação colhida no portal da Prefeitura de Vitória. Disponível em <http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp>. Acesso em 24/03/2017.

b) o vácuo de dispositivos que garantam qualidade de vida e a própria existência dos autistas adultos, sobretudo na ausência do familiar cuidador por condições incapacitantes ou por falecimento.

Para suprir a lacuna do Estado novas associações voltadas para as pessoas com autismo passaram a atuar nas áreas da educação, saúde, assistência social e serviços urbanos. Muitas delas, geridas por mães e pais romperam com o modelo associativo tradicional e se engajaram na conquista de políticas públicas para os autistas, algumas expandindo ações para a escala da cidade.

Dessa forma, a organização associativa das famílias das pessoas autistas não indica uma forma de participação restrita. Participar ativamente das associações revelou lideranças engajadas em organizar outras cidades, mobilizar o coletivo para ações específicas, principalmente as de visibilidade social, cobrança de legislação e políticas públicas.

Todavia, foi manifestada grande incerteza entre as mães causada pela estagnação na esfera local para concretizar o que as famílias conquistaram sobre proteção legal no âmbito federal. Tais percepções vinculam-se à continuidade da realidade em que pessoas com autismo e seus familiares permanecem sem o direito de usufruir plenamente das funções sociais da cidade – desde o básico acesso à saúde e educação adequadas que reflete em sobrecarga dos cuidadores, degradação da qualidade de vida familiar, e com ela da sociedade em que se inserem.

Os depoimentos das mães indicam tal processo encadeado e revelam a composição da realidade das famílias dos autistas como um nicho de desigualdade, com acesso e oportunidades que se distribuem desigualmente: a) entre o grupo em estudo e a sociedade segundo padrões discriminatórios, e b) dentro do grupo segundo níveis socioeconômicos. Tais dados são indícios de cidades na contramão da participação, que alimentam a segregação, armazenando além do descontentamento de indivíduos e coletivos, perdas para a produção e estabilidade social.

A facilitação pelas vias da internet foi registrada várias vezes nas interações do grupo focal como o fator que democratizou o conhecimento sobre autismo e uniu as famílias. No Brasil, a presença e ação do grupo do autismo nas redes sociais atreladas às tecnologias de informação é concreta há vinte anos. Em constante ampliação pela chegada de novas famílias, o propósito inicial se mantém: disponibilizar a informação não proporcionada/democratizada pela rede pública e privada de conhecimento, estabelecendo assim um contraponto ao “poder” que mantém sob custódia os meios diagnósticos, métodos e abordagens educacionais e terapêuticas.

A extensão do desconhecimento sobre direitos é apontada como função dos inumeráveis dispositivos da burocracia que mimetizam os acessos à informação e os tornam subutilizados pelos grupos que deles necessitam. Mesmo a liderança do Movimento Pró-Autista relatou a própria dificuldade enfatizando os prejuízos oriundos do atraso para desvendar os caminhos da garantia de direitos.

Essa *face emergencial* da informação vem proporcionando a acolhida de que mães e pais necessitam e implica não apenas as trocas de experiências sobre as formas de lidar com um filho autista, mas o limiar da emancipação a sujeitos sociais que delineiam as pautas de suas demandas e reivindicações diante da sociedade e do poder público, atuando por sua cidadania. As discussões sobre direitos e sobre as estratégias para fazê-los valer alicerça a base da organização coletiva, fruto da conscientização do que vem sendo negado em cada cidade às pessoas com autismo.

Considerações finais

Neste trabalho evidenciamos as conexões entre formação de identidades sociais e formas de participação política constituídas por mobilizações coletivas e as demandas de famílias de autistas por políticas sociais e urbanas no cotidiano da cidade.

O cotidiano das famílias e a constituição de sua identidade na busca para se tornar sujeito social foram revelados desde o contexto mais amplo, no papel do Estado que se ausenta do cumprimento aos direitos desse grupo social, avizinjado das condicionantes da cidade onde se interdeterminam as relações espaciais, sociais e da participação política.

A pesquisa indicou que a urgência em prover os itens básicos ao desenvolvimento dos filhos com autismo esbarra nas discrepâncias do espaço urbano e do acesso aos bens e serviços, uma vez que localização e distâncias inviabilizam os outros aspectos da vida do familiar cuidador como a permanência no trabalho, a manutenção do lar, e o equilíbrio físico, emocional e financeiro.

Nesse cenário foram obtidos dados reveladores da cidade pouco democrática onde famílias de pessoas com autismo enfrentam dificuldades continuamente, situação que é retroalimentada pelas barreiras históricas à participação política e deliberação nos assuntos que determinam seu cotidiano e resgatam seus direitos.

A ascensão desse grupo a sujeitos políticos mobilizados pela coesão de sua identidade social é caracterizada na transformação do cotidiano de sofrimento em lutas com e pelo grupo do autismo que tem sustentado ações coletivas e iniciativas de associativismo. A busca pelos pares demonstra padrões de solidariedade e o suporte

emocional caracteriza-se como elemento agregador do grupo cujas necessidades compartilhadas e conflitos com o meio social se apresentam como catalisadores de expressivas intervenções conjuntas, as quais tenderiam à inocuidade se individuais e isoladas. Nesse sentido, aspectos marcantes da identidade coletiva das famílias de pessoas com autismo são compartilhados pelas pessoas com deficiência e suas famílias, tendo em comum a natureza dos enfrentamentos e a condição de invisibilidade social.

No processo de reconhecimento recíproco dos vínculos identitários, a constituição do grupo torna-se uma mediação à consciência política, e a percepção de que carregam o cotidiano vivido como saber e contribuição promove entre as famílias a reivindicação pela efetiva participação, desde as parcerias com o Estado no balizamento de políticas públicas até o controle social.

Ao engajarem-se em um processo de reconhecimento e legitimação de suas demandas por parte do poder público e da sociedade, caracterizando um “Movimento Social do Autismo” as famílias de pessoas autistas demonstram que a identidade pode motivar e alavancar a diluição do preconceito, a construção de políticas públicas, fortalecendo os sujeitos para os enfrentamentos e lutas sociais.

Referências

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. In: **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002. E-book, p.1-17. Disponível em: <<http://ebookbrowse.net/uma-escada-da-participacao-cidada-arnstein-doc-d415313738>>. Acesso em: 09 Mai 2014.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2, 6ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Autism Spectrum Disorder (ASD). Data & statistics, prevalence. United States Department of Health and Human Services, 2016.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13ª. ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.). **Anos 90 - Política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994, p. 103-115.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAPLAN, H. B. & LIU, X. Social movements as collective coping with spoiled personal identities: intimations from a panel study of changes in the life course between adolescence and adulthood. In: **Self, Identity, and Social Movements**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2000, p. 215-238.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

MACHADO, M.F.L. **O espaço da participação e a cidade no cotidiano de famílias de pessoas com autismo**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

MACHADO, M.F.L., ANSARA, S. De figurantes a atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 517-533, 2014.

MELUCCI, A. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PAOLI, M. C. Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 33, p. 115-133, out-1991.

TAJFEL, H. **Grupos Humanos Y Categorías Sociales**. Madrid: Biblioteca de Psicología, 1984.

TARROW, S. **El poder en movimiento: los movimientos sociales, la acción colectiva y la política**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **State of the world's cities 2012/2013: prosperity of cities**. New York: Routledge, UN-Habitat, 2013.

UNITED NATIONS HABITAT. The Vancouver Declaration on Human Settlements. In: **Report of Habitat, United Nations Conference on Human Settlements**. Vancouver, Canada: 1976. Disponível em: <<http://www.unbrussels.org/agencies/habitat.html>>. Acesso em: 18 Set 2013.

UNITED NATIONS HABITAT. **The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action**, capítulo II, item 27/I. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/downloads/docs/1176_6455_the_habitat_agenda.pdf>. Acesso em: 18 Set 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2009.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas; 30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES).

Seminário Temático 12: Democracia, Participação e Políticas identitárias e Interseccionais: limites, impacto e horizontes.

Título do trabalho: A diáspora africana na fronteira das políticas públicas de igualdade racial

***Cauê Gomes Flor* (Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp/Campus Marília)**

Resumo: Nos últimos vinte anos, observamos transformações substanciais tanto no lugar que é atribuído aos povos, às culturas e tradições de origem africana na formação da sociedade brasileira, quanto na maneira como a identidade nacional é abordada nos debates e discussões que se dedicam à investigação das relações raciais na contemporaneidade. Essas transformações trilham um caminho que reflete um novo olhar sobre a presença desses povos e culturas, muitas vezes, informado e influenciado por um conceito que tem ganhado destaque nas discussões tanto no mundo acadêmico quanto no da militância: a diáspora africana. A noção de diáspora africana representa tanto uma nova categoria analítica, como também a expressão de novas formas de etnicidade negras que tem tensionado pelo seu caráter descentrado, intencionalmente ou não, o modelo de identidade negra pré-requisito de políticas públicas atuais. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo analisar o impacto dos potenciais deslocamentos teóricos, epistemológicos e discursivos que a noção de diáspora africana produz, especificamente, nas discussões sobre as políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Palavras Chave: identidade negra, igualdade racial, modernidade, diáspora africana,

Identidade negra: uma invenção moderna.

A identidade negra é uma invenção moderna¹. Aparentemente esta é uma afirmação retórica, mas é preciso dizê-la. De acordo com a moderna filosofia africana (cf. GORDON, 2008), especialmente se tomarmos como referência os trabalhos ligados ao existencialismo negro de Franz Fanon (2008[1952]) e Lewis Gordon (2000), o Negro surge não na África, mas na relação colonial entre os povos, culturas e tradições de origem africana e a Europa. É colonialismo que cria, inventa o Outro/o Homem Negro no exato momento em que nega a sua humanidade, extraindo-lhe a possibilidade de se reconhecer simplesmente como Homem. Junto a ação de negação, a invenção do Outro/Negro prosseguiu segundo sua acomodação e inscrição no interior dos paradigmas/discursos teóricos/epistemológicos da modernidade. A suposta ausência de história na África anunciada por Georg Hegel e David Hume e a

¹ Nesse texto em especial estabecerei essa afirmação em diálogo, sobretudo, com a sociologia, especialmente, com a sociologia das relações raciais. No entanto, já realizei reflexão análoga dialogando com antropologia, especialmente, com figura de Gilberto Freyre. Ver: FLOR, C, G. O estereótipo enquanto prática do discurso colonial: Gilberto Freyre e a narrativa da formação da nação. *Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. Volume 4, p. 43-58, 2015.

impossibilidade/distinção epistemológica atribuída aos africanos foram, também, fundamentais para a invenção do Negro HARRIS, 2007, p. 85).

Segundo as críticas pós-coloniais e as recentes abordagens de-coloniais latino-americanas, foi por meio dessa estrutura ontológica e epistemológica que se prosseguiu a relação entre “colonialidade e modernidade/racionalidade” (MIGNOLO, 2007, p.88). Essa relação, que autores os do existencialismo negros (FANON, 2008) vão chamar de *processos de racialização*, os pós-coloniais de *discurso colonial* (BHABHA, 2013; HALL, 2010) e os de-coloniais de *colonialidade do poder* (BALLESTRIN, 2013), foi eficaz em posicionar as categorias analíticas da teoria social no domínio e nas oposições internas aos conceitos modernos enraizados nas tradições gregas e latinas (europeias). E, foi também eficaz, sobretudo, em colocar as subjetividades e as experiências dos europeus como modelos de desenvolvimento teológico e secular.

Desse modo, nesse pequeno ensaio realizamos uma primeira aproximação, que tem como objetivo explicitar que no Brasil, não diferente de outros países pós-coloniais, a identidade negra do ponto vista teórico está inscrita no interior dessa estrutura epistemológica. É evidente que a experiência de *ser negro* extrapola o discurso normativo da modernidade ocidental, pelo contrário, estabeleceu e produziu alternativas a modernidade (GILROY, 2002). No entanto, estendemos que a realização desse movimento desconstrutivista é fundamental para tornarmos inteligíveis as mudanças e o lugar que o debate sobre as relações raciais ocupa no Brasil contemporâneo.

Recentemente, no ano de 2013, foi publicada a obra de autoria do sociólogo² Mario A. Medeiros da Silva intitulada: *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960 – 2000)*. Além do argumento central do texto, que consiste na construção de uma profunda e rica narrativa sobre a formação do que hoje reconhecemos ser a chamada literatura negra e periférica e que tem como ponto de partida a obra de Carolina Maria de Jesus³: *Quarto de despejo* (publicada originalmente em 1960). Há também no texto de Medeiros (2013) outra tese que, pela sua recepção recorrentemente marcada por certa polêmica, podemos considerar como ilustrativa da reflexão pretendemos construir.

² Mario Augusto Medeiros da Silva é reconhecido como uns dos intelectuais negros mais promissores da nova geração. Atualmente Professor no Curso e Programa de Ciências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

³ Maria Carolina de Jesus (1914 – 1977) foi senão a maior escritora negra do século XX. Suas obras mais conhecidas são: *Quarto de despejo* (1960); *Casa de alvenaria* (1961); *Pedaços da fome* (1963) e mais recente a obra *Meu estranho diário* obra póstuma (1996).

Grosso modo, Medeiros (2013), por meio de uma vasta pesquisa centrada em fontes documentais da Associação Cultural do Negro⁴ (1954-1964) e, sobretudo, nas fontes orais dos antigos militantes que compunham a associação naquele momento, Medeiros em seu texto explicita não apenas a intrínseca relação entre militantes negros e intelectuais acadêmicos. Mas, ao demonstrar que a presença e a pauta desses militantes foi decisiva nas elaborações finais dos textos que foram publicados como resultado do Projeto Unesco⁵ que estava sob a supervisão (em São Paulo) de Roger Bastide e Florestan Fernandes, seu trabalho senão desloca, tenciona a história/narrativa hegemônica sobre questão racial no Brasil. Isto é, atribui ao movimento negro o protagonismo de pautar e estabelecer a agenda teórica que possibilitou o processo de institucionalização da sociologia brasileira.

Cabe chamar a atenção que essa pesquisa (Projeto Unesco Anhembi) foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho que deu origem a tese de cátedra de Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP): *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Outro trabalho que também caminha nessa mesma direção, isto é, demonstrando a íntima relação entre o negro, o associativismo negro e a formação da sociologia brasileira é o da antropóloga negra Janaina Damaceno Gomes (2013) - *Os segredos de Virgínea: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*.

Virgínea Lemes Bicudo era uma mulher negra, visitadora, psiquiatra, psicanalista e em 1945 fez parte da primeira turma de mestres da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o que a tornou a primeira socióloga do Brasil. O estudo que Virgínia realizou para a obtenção do título de mestra em sociologia, sob a orientação do professor Donald Pierson (um dos grandes expoentes da escola sociologia de Chigado) foi parte integrante dos primeiros resultados do projeto Unesco em São Paulo e, portanto, sendo parte integrante do relatório final publicado com o título: *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo (1955)*.

⁴ Fundada em 1954, a Associação Cultural do Negro foi uma das grandes expressões do movimento/associativismo negro na cidade de São Paulo, organizando eventos acadêmicos, culturais, esportivos e culturais. Encerra sua atividade, como tantas outras organizações políticas e sociais, em 1964 com o Golpe Militar.

⁵ Diante da barbárie do holocausto judeus, justificado pelo estado totalitário nazista devido a suposta superioridade da raça ariana, a Organização das Nações para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) protagonizou um amplo projeto o contra o ódio racial. Nesse contexto, o Brasil apresenta-se como outra possibilidade, como exemplo de supostas relações raciais harmoniosas entre raças realizou-se no Brasil um conjunto de pesquisas para a elaborações de alternativas ao conflito racial. Esse projeto de pesquisa ficou conhecido como Projeto Unesco (1951-1952). Ver: Marcos Chor Maio – O Projeto Unesco e agenda das ciências sociais no Brasil (1999).

Se considerarmos o papel decisivo que Roger Bastide teve, mas, sobretudo, o papel desempenhado por Florestan Fernandes não só no processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Mas, também no caráter e na agenda de pesquisa, especialmente, da sociologia brasileira, passamos a ter dimensão do lugar que o debate sobre relações raciais ocupou na formação de nossa teoria social. E posicionar os movimentos sociais negros e a solidariedade política elaborada entorno de uma identidade racial que eles articulam no centro do processo de institucionalização da sociologia é, também, posicionar esses movimentos e suas demandas no interior dos paradigmas epistemológicos e normativos da modernidade.

A princípio tanto no trabalho de Florestan Fernandes quanto no de Virgínia Bicudo observamos uma profunda influência, como já dito, da escola sociológica de Chicago. De difícil definição, a escola de Chicago, como ficou conhecida a iniciativa do conjunto heterógeno de docentes do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (fundada em 1910), se propunha a pensar a relação entre a cidade como sinônimo de relações sociais modernas e modernizantes e os chamados grupos “raciais”, especialmente (no caso norte-americano), negros, irlandeses e italianos. Autores como os Robert Park e Donald Pierson (orientador de Virgínia Bicudo) passariam a se interessar em compreender como determinados grupos sociais experenciam esta nova ordem e o quanto eles são *assimiláveis* ou não a sociedade que estava sendo construída (cf DAMACENO, 2013, p. 65).

Num momento (1940 -1950) em que se começa a discutir nacionalidade, nação, cidadania no Brasil mais intensamente, a correlação entre cidade/modernização e grupos assimiláveis, fundamento dos *estudos de atitudes raciais* da Escola de Chicago, vai ganhar cada vez mais espaço no vocabulário das ciências sociais brasileira e das pessoas que trabalham com, agora, as chamadas relações raciais. Definida como: “*an attitude is a sum total of a mas’s inclination and fellings, prejudices or bias, preconceived notions, ideas, fears, theats, and, convections about any topic*” (Thurstone apud Park, 1931, p. 28), as atitudes raciais só emergiriam em contextos *urbanos (cidade) e, portanto, modernizante, marcado pela competitividade capitalista*, onde há uma competição efetiva pelo trabalho, pelas oportunidades e pelos privilégios. O preconceito era compreendido como expressão desse conjunto de disputas, em última instancia, uma questão de *classe* (cf. PIERSON, 1945).

Segundo Borgers Pereira (1970) devido a essa correlação entre atitudes raciais, cidade/modernização e grupos assimiláveis, o Negro *surge (inventado)* no Brasil para Donald Pierson como expressão social na década de 1930 e ganha estudos sistemáticos na década de 1950.

O negro que surge das reconstruções históricas de Gilberto Freyre é por demais conhecido. É o escravo que se movimenta na trama das relações sociais da família patriarcal do Nordeste açucareiro; já o negro de Donald Pierson é o negro cidadão-negro ou negro cidadão, as voltas com o seu processo de *ajustamento* uma subexpressão da sociedade brasileira representada pelo principal palco de suas investigações – a sociedade urbana da Bahia (PEREIRA, 1971, p.23)

O *cidadão-negro* é, segundo Pereira (cf. 1971), a originalidade estabelecida por Pierson em seus estudos, expressão da relação direta com a cidade como espaço de contato e cidadania. Segundo Damaceno (2013, p.90), “não há como distinguir os estudos de Pierson como sobre relações raciais ou estudos urbanos, no trabalho dele, um só existe por causa do outro”.

No entanto, será dos trabalhos de Florestan Fernandes (2008a; 2008b), durante as décadas de 1940 e 1950, que as teses da Escola de Chicago vão tomar ainda mais importância e se institucionalizarão como aparato metodológico no trato da questão racial no Brasil, sobremaneira, devido ao seu recorte entre grupos não-brancos e classe para vincular a delimitação de “grupos raciais” diretamente à análise de assimetrias socioeconômicas. Em sintonia com perspectivas marxistas, a abordagem de Fernandes que posteriormente deu origem a Sociologia das Relações Raciais, vêm abordando relações raciais como um coproduto do capitalismo. Os trabalhos, por exemplo, de Fernando Henrique Cardoso, Otavio Ianni e Carlos Hasenbalg vão seguir essa orientação.

Florestan (2008a; 2008b) não só investiria na correlação entre modernização e urbanização, como também posicionaria o antigo escravo no interior de uma transição histórica e social: a transição do Brasil de uma sociedade tradicional, marcada por mecanismo de regulação social oriundos desse antigo regime, para uma sociedade complexa, moderna, urbana, industrializada e, sobretudo, marcada pela competitividade de classe. Nesse registro, Fernandes (2008a; 2008b), seguindo as orientações intervencionistas da Escola de Chicago quanto a relação de grupos minoritários e sua assimilação no interior do Estado-Nacional, vai tecer um conjunto de elaborações sobre desajustamento estrutural e psíquico/subjetivo do negro frente as novas exigências de uma sociedade marcada pelas modernas relações de classe (problemática qualificada como o *problema negro*). O chamado *déficit negro* se tornaria uma expressão para denotar que a anomia social e o desajustamento do negro a sociedade competitiva não apenas preservariam o nível de pobreza inicial da população negra. Mas, agravaram-na, sistematicamente, convertendo a pobreza “numa constante do estilo de vida do negro na cidade” (FLORESTAN, 2008a, p. 53).

É nesse contexto (década de 1940 e 1950) reconhecido no pensamento social brasileiro pela consolidação do estado-nação brasileiro e a emergência de uma *modernidade nacional* (cf. GUIMARÃES, 2012), que a abordagem sociológica sobre a questão do negro no Brasil sedimenta-se. É também sobre essa lastro que, posteriormente, no final da década de 1970 e início dos anos 1980 que o movimento negro (movimento negro unificado) passa a organizar a sua agenda. A noção de uma condição social comum (retroalimentada pelo diálogo com a sociologia das relações raciais) foi fundamental para o movimento negro organizado não só para denunciar o *mito da democracia racial*, mas, também, essencial para a elaboração de uma solidariedade política, um senso de pertencimento/identidade, baseado em uma condição social comum (COSTA, 2006; HOFBAUER, 2006).

É evidente que a experiência vivida do negro é muito mais ampla e complexa do que podemos expor aqui. Contudo, com a sistematização dessa narrativa hegemônica da formação e institucionalização da questão racial no Brasil, especialmente, a partir da narrativa sociológica, temos o interesse em estabelecer de que modo a presença dos povos, tradições e culturais de origem africana foram posicionadas no interior da teoria social. Essa narrativa foi eficaz em posicionar experiência vivida no negro no interior dos modelos explicativos ligados as teorias da modernização e a conceitos enraizados e organizados segundo a experiência eurocentradas (cf. MIGNOLO, 2007). Vale chamar também a atenção que o contexto, durante as décadas de 1940 e 1950, é também o momento que grandes movimentos meta-teóricos como a teoria da dependência estavam sendo gestados.

É da correlação, entre o, agora, negro-cidadão, o processo de urbanização e industrialização, a eclosão de uma sociedade competitiva e a consolidação do estado-nação moderno e liberal brasileiro junto com uma sociologia imbuída de um ethos modernista e nacional, que emerge o *sujeito negro* na teoria social brasileira. O sujeito negro emerge como um *sujeito sociológico*. A identidade negra, no interior dessa narrativa, surge como uma *identidade centrada*, capaz de alinhar a subjetividade de sujeitos e grupos com os lugares que ocupam no mundo social e cultural (cf. HALL, 2001, p. 12). A identidade costuraria o sujeito na estrutura. “Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” (HALL, 2001, p. 12). Dito de outro modo, o sujeito e a identidade negra essenciais para a sociologia e, especialmente, para a sociologia das relações raciais são uma invenção moderna, isto é, são posicionados, analisados e compreendidos dentro dessa perspectiva teórica que converge para estrutura estáveis e a fixidez.

Igualdade racial, diversidade cultural e a noção de diáspora africana

Desde as primeiras publicações do Projeto UNESCO (MAIO, 1999), protagonizadas, na década de 1950, por Florestan Fernandes, Roger Bastide e Virgínia Bicudo⁶, o ideário de nação brasileira, elaborado por Gilberto Freyre (2008), propagado pelo Estado Novo (1937-1945) e em vigor até o final da ditadura militar (1964-1985), vem sendo questionado. Durante as décadas de 1980 e 1990, coube ao “movimento negro”, como o Movimento Negro Unificado (GUIMARÃES, 2002), organizado em torno de uma solidariedade política pautada na consciência da racialização da experiência coletiva e fundamentada na ideia de uma identidade e de uma cultura comuns, denunciar a íntima relação entre desigualdades sociais e adscrições raciais presentes na sociedade brasileira. Esses movimentos sociais negros, por meio desse modelo de identidade e de cultura, não só lutaram por direitos, mas contribuíram para a desconstrução da suposta natureza homogênea, harmônica e não conflituosa da sociedade brasileira (COSTA, 2006; HOFBAUER, 2006). Isto significa dizer que, desde as formulações sociológicas de Florestan (2008a; 2008b), que o *sujeito negro centrado* tem sido o fundamento sobre qual se pensou tanto a agenda do movimento negro de combate ao racismo quanto as políticas públicas de combate à desigualdade racial.

Contudo, a mudança do contexto social e de posturas políticas das duas últimas décadas, incluindo a ascensão de novas ideias paradigmáticas a respeito das diferenças humanas, como o multiculturalismo⁷, tem repercutido significativamente para a reformulação de tal modelo de identidade e sujeito. Esse fenômeno vem causando transformações profundas no debate sobre a questão racial e o lugar que os povos de origem africana ocupam atualmente na sociedade brasileira (TRINDAD; SILVÉRIO, 2012; SILVERIO, 2015). Segundo alguns estudiosos, como o teórico cultural Stuart Hall (2006) e o antropólogo Thomas Eriksen (2004), o fenômeno que vem sendo chamado de globalização, que tem funcionado como uma força ao mesmo tempo fragmentária e homogeneizadora, deve ser reconhecido como um importante fator para a emergência e (re)definição de novos padrões de identidade, cultura e pertencimento. Desse modo, embora aparentemente contraditória, a globalização tem contribuído não apenas para

⁶Embora, não amplamente citado, mas também de competência do Projeto UNESCO, *Estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*, de Virgínia Bicudo, é um dos primeiros trabalhos a investigar, naquele momento, a relação entre brancos e pessoas de cor em São Paulo. Ver: GOMES, Janaina D. Os Segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955). São Paulo. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). 2013.

⁷ Ver: HONNET, A. A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

induzir processos de hibridismo e cosmopolitismo, mas também para criar e/ou fortalecer laços entre grupos separados uns dos outros por processos históricos desagregadores. Além disso, de acordo com Hall (2006) e Gilroy (2007), a identidade cultural tem sido cada vez mais articulada no interior dos Estados Nacionais como um veículo para o estabelecimento de políticas, direitos culturais e de questionamento das narrativas de formação das sociedades nacionais, na maioria das vezes descritas como homogêneas cultural e racialmente.

Segundo Costa (2006), foi durante a participação brasileira na “III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata”, realizada pela ONU em Durban, África do Sul, em 2001, que os efeitos dessas novas formas de identidade, cultura e agenda política induzidas pela globalização ganharam força no debate sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo. Os movimentos sociais negros, por meio de “uma compreensão da história nacional muito distinta daquela alardeada pelos nacionalistas mais contundentes” (COSTA, 2006, p. 145), produziram um solo fértil para o desenvolvimento e difusão de uma plataforma antirracista. Um dos maiores, se não o maior efeito dessa plataforma, foi a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), em decorrência da Lei nº 10.639/03 e seu desdobramento prático, presente nas Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2003, 2004; SILVÉRIO; TRINDAD, 2012).

Desde então, com a fundação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), sob o *status* de Ministério, e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), vinculada ao Ministério da Educação, observamos o aprofundamento do debate sobre o antirracismo na esfera pública nacional. À demarcação de terras de comunidades remanescentes quilombolas (MATTOS, 2006), e ao comprometimento da política educacional no combate ao racismo, por meio das ações afirmativas direcionadas à população negra ao longo dos anos 2000 (MUNANGA, 2006; SEGATO, 2005), somam-se importantes mudanças no interior do movimento negro, tais como a profissionalização acadêmica dos militantes⁸ (HOFBAUER, 2016) e a construção de um amplo diálogo binacional (Brasil e Estados Unidos), envolvendo fundações voltadas para financiar projetos de estudos de estudantes, pesquisadores e ativistas norte-americanos e brasileiros (COSTA, 2006).

⁸ Exemplo candente desse processo, durante as décadas de 1990 e 2000, foi os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB's), disseminados em todas as regiões do país.

Para alguns estudiosos, como Costa (2006) e Silvério (2015), esse conjunto de fatores tem contribuído para a ascensão de novas formas de pertencimento/identificação, propagadas por meio de movimentos transnacionais de (re)construção de vínculos com a África. Tal contexto levou alguns autores, como Silvério (2014;2015), a defender a ideia de que estaríamos vivendo um momento de transição entre “um modelo de integração racial baseado na ideia fundacional de nação mestiça para um modelo no qual se busca reconhecer identidades étnicas e raciais distintas presentes na formação social brasileira e que passaram a questionar o seu “apagamento” (...)” (SILVÉRIO, 2015, p. 40).

Guardadas as devidas proporções entre as diferentes abordagens e campos disciplinares, pode-se afirmar que existe entre intelectuais, como os sociólogos Sergio Costa (2005, 2006), Valter R. Silvério⁹ (2015) e o antropólogo Kabengele Munanga¹⁰ (2012), certo consenso de que essas transformações deslocaram irreversivelmente o *ethos* nacional brasileiro. Nesse contexto de mudanças empíricas, tanto conceituais, quanto institucionais, um novo olhar sobre a presença africana e de seus descendentes no Brasil estaria surgindo e se tornando cada vez mais aparente. E seria em virtude da necessidade de novas formas de pensar a relação entre sociedade nacional e presença africana (no que diz respeito às questões de ordem cultural e política) que a noção de diáspora africana emerge, ganhando significado e força no Brasil, pelo menos no discurso de alguns cientistas e militantes.

Portanto, mais do que a apropriação de um conceito, a noção de diáspora africana aparece em nosso contexto como o efeito desse conjunto de mudanças. Pode-se dizer, nesse sentido, que vêm ocorrendo um processo de deslocamento de ordem epistemológica que está requalificando o lugar que a presença africana ocupa no interior da teoria social, ou melhor dizendo, há um deslocamento dos próprios parâmetros teóricos metodológicos da teoria social. Esse deslocamento tem início no Brasil no final da década de 1990 e início dos anos 2000, com a presença cada vez maior de categorias como *multicultural*, *multiculturalismo* e *luta por reconhecimento* nos debates sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo e é também desse momento em diante que o termo (essencial a nossa reflexão) *diversidade cultural* se sedimenta no debate (cf. SILVÉRIO, 2000; COSTA, 2006)

⁹ Representante brasileiro na comissão científica da UNESCO para elaboração do 9º volume da História Geral da África (HGA).

¹⁰Um dos idealizadores do projeto promovido pela UNESCO para uso pedagógico HGA (Brasil e África: uma histórica cruzada) Ver: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/inclusive-education/brazil-africa-project/about-brazil-africa-crossed-histories/#c1098725>.

Antes, porém, de nos voltarmos a *diversidade cultural* e/ou étnico racial pode ser útil, como sugere Hall (2006, p. 50), fazer aqui uma distinção entre o *multicultural* e *multiculturalismo*. Multicultural¹¹ é uma designação qualificativa. É utilizado para descrever as características sociais e os problemas de governabilidade enfrentados por qualquer sociedade nacional em que diferentes comunidades culturais convivem, ao mesmo tempo, e que retêm algo de suas identidades originais. O multiculturalismo, por outro lado, é um termo substantivo, diz respeito as práticas políticas utilizadas para lidar com os problemas culturais advindo de sociedades multiculturais. E, embora, grafado no singular o “ismo” do multiculturalismo refere-se a uma variedade de políticas dedicadas ao trato das sociedades multiculturais.

Hall (2006, p. 51) chama a atenção para o multiculturalismo conservador que insiste na assimilação dos diversos grupos culturais as tradições e costumes da maioria. O multiculturalismo liberal que busca integrar os diferentes grupos culturais a narrativa hegemônica da sociedade nacional (ao grupo majoritário), baseado em uma cidadania individual e universal, tolerando praticas particulares apenas no âmbito privado. O multiculturalismo pluralista que avalia diferenças grupais em termos culturais e concede direitos de grupos distintos a diferentes comunidades dentro de um estado. E o multiculturalismo crítico ou revolucionário que dedica suas atenções ao poder, privilégio e as hierarquia, que procura ser “insurgente, heterogloso e anti-fundacional” (GOLDBERG, 1994, apud HALL, 2006, p.51).

No caso brasileiro, num primeiro momento, a partir de 2003, com a aprovação da lei 10.639 e do parecer de 2004 que estabelece as Diretrizes Nacionais Curriculares para a ERER e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, observamos a emergência do reconhecimento da *diversidade cultural/étnico racial*, segundo a taxonomia de Hall (2006, p, 51), dentro dos marcos do *multiculturalismo liberal*. Foi durante Audiência Pública Federal (ADPF) 186 realizada aos 3 e 4 de Abril de 2009 que essa percepção torna-se mais saliente.

Embora essa afirmação possa parecer um contrassenso uma vez que o Partido Democratas, promotor da ação de inconstitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas (BRASIL, 2009), argumentou em suma que as ações afirmativas (e esse foi o principal argumento daqueles desfavoráveis a sua implementação e manutenção), ameaçariam o universalismo e a neutralidade do estado liberal, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade formal. Grosso modo, aqueles que defenderam, durante ADPF 186 (SILVÉRIO, 2012), a implementação e manutenção das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras

¹¹ Brasil, Estados Unidos, Canadá e Índia são exemplos de sociedades multiculturais

fundamentaram seus argumentos nas concepções de raça e racismo ligadas a sociologia das relações raciais para afirmarem a legitimidade das ações afirmativas e a luta por igualdade racial (cf, HOFBAUER, 2006, p.12). Nesse sentido, pressupõe-se, implicitamente a existência de grupos (étnicos e raciais) bem consolidados que se reconhecem como tais, a manifestação do preconceito é apresentada, nesta linha de argumentação, como um dado que se deve as relações socioeconômicas.

É também a partir desse momento que termo *diversidade cultural/étnico-racial* passa a tomar cada vez mais espaço nos debates sobre as políticas públicas de igualdade racial. A diversidade étnico-racial da sociedade multicultural brasileira passa a ser evocada como argumento para o reconhecimento das contribuições dos povos, culturas e tradições de origem para formação da sociedade brasileira. Do ponto de vista do debate em relação ao “regime de representação” (HALL, 2010), elaborado por Gilberto Freyre (2008), o elogio da diversidade étnico-racial tem sido eficiente em fazer reconhecer a presença africana escamoteada sob o signo da mestiçagem e da brasilidade (SILVÉRIO, 2016). Do outro lado, o elogio da diversidade étnico-racial também tem sido essencial para elaboração de uma gramática política na luta por reconhecimento, especialmente para as populações quilombolas (HOFBAUER, 2016b). Essencial, portanto, ao discurso da igualdade racial e, sobretudo, ao da diversidade étnico-racial é o reconhecimento da contribuição dos povos africanos para a formação da sociedade brasileira par além do trabalho escravo.

O que na maioria das vezes não tomamos ciência ou mesmo nos passa despercebido é o questionamento: em que lugar emerge esse discurso e em que contexto teórico ele está inserido? Não coincidentemente essa narrativa emerge contemporânea das abordagens da Escola de Chicago, na figura do antropólogo, amigo de Gilberto Freyre durante a sua estadia na Universidade de Columbia na década de 1920, Melville Herskovits. O antropólogo (HERSKOVITS, 1935), para ficar em alguns temas, concentrou-se em estudar as permanências culturais africanas nas comunidades negras no novo mundo, seus padrões de organização e hierarquias, suas estruturas familiares, culturais, seus sistemas de crenças e rituais religiosos. Esse modo de teorização direcionou a sua atenção para as consequências das sobrevivências africanas, aos, como o autor denominava, *africanismos*, e seu intuito era compreendê-los para contribuir no ajustamento dos negros no novo mundo.

Não raramente, nos debates sobre diversidade étnico-racial, ouvimos assertivas sobre as contribuições das africanidades e heranças africanas para a formação da nação brasileira. É evidente que essa contribuição deve, de fato, ser reconhecida. No entanto, a relação entre africanidades e a gramática da luta por reconhecimento a partir da ideia de diversidade étnico racial tem, muitas vezes, comportado-se como uma força

normativa na luta por direitos. De acordo com o antropólogo Hofbauer (2016b) a necessidade do reconhecimento, segundo o conjunto de parâmetros estabelecidos pelas políticas públicas, para o acesso ao direito da terra, no caso dos quilombolas, tem funcionado como uma força homogeneizadora, ou seja, para se conseguir reconhecimento e direitos é preciso *dever ser*.

O que também não se deve passar despercebido é que a noção de *africanismos* emerge também estreitamente contigua a ideia de integração e ajustamento do negro ao mundo moderno. Do ponto de vista epistemológico os africanismos e/ou a diversidade étnico-racial não se distanciam substancialmente de nossa premissa: a identidade negra é uma invenção moderna. Pelo contrário, coaduna com ela. Os africanismos e/ou a diversidade étnico-racial tende, seguindo a orientação de Hall (2006, p.12) que já evocamos antes, a alinhar as subjetividades negras aos lugares que ocupam no mundo social e cultural. Dito de outro modo, a diversidade étnico-racial estabiliza a identidade negra, uma vez que sutura o sujeito a estrutura (social e cultural), passamos a ter agora uma cultura negra e um sujeito racial centrado, predizível. É, agora, comum e politicamente incontroverso celebrar a diversidade, mas nos termos em que a posicionamos a diversidade étnico-racial, vale chamar atenção, continua inscrita no modelo que pensa a diferença dentro dos parâmetros modernos, contribuindo para a formação da nação e, portanto, para um modelo de multiculturalismo dentro dos marcos do liberalismo.

Mas, se, como supomos, a diáspora africana é muito mais a expressão de um conjunto de deslocamentos de ordem teórica e epistemológica no trato da questão racial nos últimos vinte anos, do que a apropriação de um conceito, a demonstração pode ser levada um pouco mais adiante. Pois, se, por um lado, a noção de diversidade étnico-racial foi essencial para sedimentar o debate sobre o multiculturalismo, questionando a narrativa freyriana hegemônica da nação. Por outro lado, mais recentemente, a noção de *diferença/differance* (BHABHA, 2013; ERIKSEN, 2006) étnico/racial/cultural tem sido eficiente em tencionar a narrativa da integração e da modernização do negro na sociedade brasileira. E, a noção de diáspora africana tem se apresentado, justamente, como efeito dessa tensão.

Não nos cabe nessas circunstâncias discorrer sobre os diferentes modelos e perspectivas africana que hoje compõe o campo dos African Diaspora Studies (cf. HAMILTON, 2007). Todavia, há uma espécie de consenso entre os estudiosos (WILLIAMS, 1999; DAVIES, 2008) de que a noção de diáspora africana apenas nos anos 1950 passou a ser utilizada e adquiriu o *status* de conceito. Em um contexto marcado pelas orientações políticas pan-africanistas, desencadeadas pela luta pelos direitos civis nos Estados Unidos e pelas lutas de libertação nacional na África (DAVIES,

2008), foram os historiadores Joseph E. Harris e George Shepperson os responsáveis por apresentar o conceito de diáspora africana durante duas conferências patrocinadas pela UNESCO: uma delas realizada no *First International Congress of Negro Writers and Artists*, em Paris, 1956; e outra no *International Congress of African Historians*, em Dar es Salaam, Tanzânia, outubro de 1965.

A discussão semântica do conceito ocorreu apenas em 1979, no *First African Diaspora Institute*, organizado por Joseph E. Harris, na *Howard University*. Esse seminário deu origem à primeira edição da clássica coletânea *Global dimensions of the African Diaspora*, na qual Harris (1994 [1979]) define o conceito de diáspora africana da seguinte maneira: “*The global dispersion (voluntary or involuntary) of Africans throughout history; the emergence of a cultural identity abroad based on origin and social condition; and the psychological or physical return to homeland, Africa*”¹² (HARRIS, 1994, p. 3-4).

Segundo Harris (cf. 2007, p. 85), a noção de diáspora africana surge justamente na luta por estabelecer a História da África como um campo legítimo de estudos. As velhas ideias que caracterizavam a África como inferior e como não tendo história promovida por filósofos David Hume e George Hegel tinham ainda grande força nas ciências sociais de meados do século XX. Assim, a inclusão da diáspora africana como um tema nesse emergente campo de estudos foi fundamental para a consolidação da história africana. Mas, mais do que consolidar-se sob um contexto de luta epistemológica, a noção de diáspora africana é elaborada em um contexto de luta ontológica (sobretudo no atlântico) dos povos, cultura e tradições de origem africana e, portanto, vinculada a temas fundantes da filosofia africana como identidade, emancipação e existência negra (cf. GORDON, 2000; FANON, 1952[2008], DAVIES, 2008).

O primeiro deslocamento que a noção de diáspora africana nos possibilita realizar está intimamente ligada a essa dimensão ontológica. As recentes e novas formas de pertencimento e identificação transnacionais agenciadas a partir da (re)construção e vínculos com a África tem descentrado o nosso modelo centrado de sujeito racial. A noção de diáspora africana produziria uma fissura no tempo homogêneo e vazio da modernidade que posiciona o negro interior dessa narrativa normativa da formação da nação, ligada a perspectiva da assimilação e mestiçagem (FREYRE, 2008) ou ligada a perspectiva da integração na sociedade de classes (FLORESTAN, 2008a;

¹² A dispersão global (voluntária ou involuntária) dos africanos ao longo da história; o surgimento de uma identidade cultural no exterior baseada na origem e condição social; e o retorno psicológica ou físico para a terra natal, África (tradução nossa)

2008b). Se, o sujeito Negro é inventado não na África, mas na relação colonial (FANON, 2008), não se nasce Negro, torna-se (parafrazeando *Simone de Beauvoir*).

O sujeito sublinhado pela categoria “negro” não chega previamente dado as relações, esse sujeito é atravessado por um conjunto de discursos que o constituem. Ser negro, desse modo, não consiste num fato natural, mas uma performance cultural em que o aspecto de naturalidade é constituído por meio de discursos performativos compelidos (BUTLER, 2003) que o produzem no interior de categorias que reescrevem a relação entre “colonialidade e modernidade/racionalidade” (cf. QUIJANO, 2007). No limite, a fissura temporal que a noção de diáspora africana articula, explicita a forma pela qual a relação entre colonialidade e modernidade/racionalidade opera como uma matriz racializadas, que, informa epistemologicamente as formulações e construção de oposições identitárias relacionais binárias e essencialmente fixas - *o negro* e *o branco*. É esta estabilidade epistemológica/ontológica que ao fim e ao cabo faz com que a categoria identidade negra perda potencialidade crítica/política sendo recorrentemente operada como categoria normativa. Naturaliza-se, como esperado, os efeitos discursivos, se fixa a identidade – o negro.

A Sociologia das Relações Raciais (cf. COSTA, 2006) opera, nesse sentido, sob um substrato epistemológico/ontológico racializado, em que subsiste essa relação binária entre identidades essencialmente fixas. O negro, ao estender-se como categoria representacional articulada politicamente de forma a garantir legitimidade aos sujeitos sublinhados por ela torna-se também normativa. Não se trata de tão só buscar a origem do negro, suas raízes culturais genuínas, “genealogicamente” falando é certamente profícuo também investigar as relações entre política, saber e poder que designam a emergência e causas dessa categoria identitária. Devemos pensar quais são as possibilidades políticas resultado dessa crítica radical as categorias raciais/identidades fixas, promovidas pela noção de diáspora africana.

A expressão desse descentramento vem se tornando cada vez mais aparente nos últimos anos e repercutido de forma mais ampla no Brasil. Reconhece-se a importância da identidade negra enquanto consciência política na luta antirracista, fundamental para a denúncia do racismo e da discriminação, e pré-requisito para a elaboração de políticas públicas de acesso à cidadania e à integração no interior do estado-nação. No entanto, paradoxalmente, as políticas públicas pautadas nessa forma de identidade política, sobremaneira aquelas ligadas à educação, passam a deslocar, intencionalmente ou não, essa mesma forma de identidade.

Cada vez mais, não a noção de diversidade, mas de diferença étnico-racial tem sido evocada para realizar três movimentos ao mesmo tempo. Reivindicar a presença africana na sociedade brasileira (lutar por direitos). Tencionar, do ponto de vista

empírico, os valores morais e as hierarquias culturais características do *multiculturalismo liberal* na medida em que desloca as cultura e tradições de origem dos discursos celebrativos da diversidade e da pluralidade. Aqui, os povos, culturas e tradições de origem africana trazem as suas heranças, não só como contribuições, mas, como signos (SEGATO, 2005; ERIKESSEN, 2006) que descentram a semiótica das relações sociais, questionando os processos de racialização que organização a nossa sociabilidade.

E por fim, se a diversidade está inscrita no interior de modelos epistemológicos ocidentais. A noção de diferença tem as suas rotas de passagem, podemos dizer, na crítica da modernidade e das representações ocidentais do pós-estruturalismos francês (nas figuras de Gilles Deleuze e Jacques Derrida) (PETERS, 2000), no existencialismo africanos/negro (FANON, 2008) e nos pensamentos que criticam a antinomia colonial, ou seja, no pensamento pós-colonial e de-colonial. A noção de diferença, marca, justamente os limites e as fronteiras epistemológicas e ontológicas do ocidente. Isto é, ao elaborarmos essa narrativa que estabelece a identidade negra e o sujeito negro como invenções de um discurso sociológico temos como objetivo, como já salientado, de posiciona-los no interior dos paradigmas normativos da modernidade e, ao mesmo tempo, denunciar que esses são a princípio os limites epistemológicos dentro dos quais a questão e as política públicas de igualdade racial são pensadas no Brasil.

Mas, ao chamarmos à atenção para esses limites também deslocamentos o nosso olhar para as fronteiras. E fronteiras não são necessariamente o ponto onde algo termina, mas são os pontos a partir dos quais algo começa a se fazer presente. Se o jargão de nossos tempos – pós-modernidade, pós-colonialismo e mais recente de-colonial – tem algum significado não está no uso da palavra “pós” para designar algo posterior – uma modernidade posterior ou o fim da colonialidade (cf. BHABHA, 2013, p. 24).

“A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os limites epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também a fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até mesmo dissidentes: mulheres, colonizados, grupos minoritários e portadores de ‘sexualidades policiadas’” (BHABHA, 2013, p. 24-25).

A noção de diáspora africana tem se comportado no contexto brasileiro como esse lócus de enunciação, que introduz o novo no debate, deslocando os próprios parâmetros teórico sobre questão racial no Brasil e causando profundas transformações no que é “ser negro” em nosso contexto.

Referências Bibliográficas

Ballestrin, L. 2013. América Latina e o giro decolonial. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, (11), 89-117. 2013

BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. PP 7- 60 e 205 -214.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2013.

COSTA, S. **Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo**. 2006.

DAMACENO, J. **Os Segredos de Virgínia: estudos de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)**. São Paulo. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). 2013.

DAVIES, C, B. Introduction; In: **Encyclopedia of the African Diaspora: Origins, Experiences, and Culture**. ABC-CLIO, 2008.

ERIKSEN, T, H. **What is Anthropology?** London: Pluto Press, 2004.

_____. Diversity versus difference: neo-liberalismo in the minority debate. In: Richard Rottenburg, Burkhard Schnepel, Shingo Shimada (org.) **The Making and Unmaking of Difference**. Transation, p. 13 -36, 2006.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA. 2008.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**, vol 1, Global Editora, 2008a.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol 2, Global Editora, 2008b.

FLOR, C, G. O estereótipo enquanto prática do discurso colonial: Gilberto Freyre e a narrativa da formação da nação. In: **Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. Volume 4, p. 43-58, 2015.

FRYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação família brasileira sobre o regime patriarcal**. GLOBAL. 2003.

GILROY, P. **O Atlântico Negro**. EDITORA 34 Ltda. 2002.

Gordon, L. Africana Phylosophy of Existence. In: **Understanding Africana existential thought**. Routledge New York. 2000.

_____. Introduction. In: **An introduction Africana Philosophy**. Cambrige University Press. 2008.

GUIMARÃES, A, S. **Classes, raças e democracia**. São Paulo, EDITORA 34, 2002.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Editora UFMG.2009.

_____. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. DP&A editora. 2001.

_____. Nuevas etnicidades. In: **Sin garantías: trayectorias y problemáticas em estúdios culturales**. Evión Editores. 2010.

HAMILTON, R. S. Rethinking the African Diaspora: global dynamics. In: **Routes of passage: rethinking the African Diaspora, vol 1, part 1**. Michigan State University Press. 2007.

HARRIS, J, E. Introduction; In: **Global dimensions of the African Diaspora**. Harvard University Press, 1994.

_____. Historicizing the African Diaspora. In: HAMILTON, R. S. **Routes of passage: rethinking the African Diaspora, vol 1, part 1**. Michigan State University Press. 2007.

HERSKOVITS, M, J. **The new world Negro**. Bloomington: India University Press, 1966[1935].

HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. In: **Lua Nova (Impresso)**. v.68, p.9-56, 2006.

_____. En torno a la institucionalización del antirracismo em Brazil: Contextos y estrategias; In: **Diversidad cultural y desigualdad social en América Latina y el Caribe: desafíos de la integración global**. (Org) Fontaine, D. & Aparicio, P, C. FUNDACIÓN HEINRICH BOLL, 2016, p. 227-242.

_____. Políticas de identidade: posições antropológicas frente aos direitos quilombolas e às cotas raciais. **ARTELOGIE**. , v.1, p.1 – 24, 2016b.

MATTOS, H. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil; In: **Revista USP, nº 68**, dez/fev, 2005/2006, p.104-111.

MAIO, C, M. O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50; In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14 nº 41, 1999.

MEDEIROS, M, A. **A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)**. Aeroplano, 2013.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, no 34, p. 287-324, 2008.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. Educação e diversidade cultural; In: **Cadernos PENESB**, v. 10, 2010, p. 37-54.

_____. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos; In: **Revista USP**, v. 68, 2006, p. 45-57.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Autentica, 2000.

PEREIRA, J. B. B. Estudos Antropológicos e Sociológicos sobre o Negro no Brasil. In: SCHEDEN, E (org.) **Introdução ao Estudo de Antropologia no Brasil**. I Seminário de Estudos Brasileiros, IEB/USP, p. 14 -27, 1971.

PIERSON, D. **Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial**. Editora Nacional, 1971 [1945].

ROBINSON, P. Area studies in search of Africa: the case of the United States. In: **ZELEZA, P. (Ed) The Study of Africa Volume 2: Global and Transnational Engagements**. CODESRIA, 2007.

SEGATO, R, L. Raça é signo. In: **Série Antropologia**, Brasília, 2005.

SILVÉRIO, V, R. Relações étnico-raciais e educação: Entre a política de satisfação de necessidades e a política de transfiguração. **Revista Eletrônica de Educação (São Carlos)**, v. 9, p. 35-66, 2015

_____. O multiculturalismo e o reconhecimento: mito e metáfora. In: **Cultura Vozes**, Petrópolis/RJ, v. 1, p. 83-100, 2000.

TRINDAD, C, T & SILVÉRIO, V, R. **Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo?** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012, p. 891-914.

WILLIAMS, D, E. Rethinking the African Diaspora: A comparative look at race and identity in a transatlantic community; In: **Crossing boundaries**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA POLÍTICA: a busca por participação e representação num país LGBTfóbico

**ST 12: DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS IDENTITÁRIAS
E INTERSECCIONAIS: LIMITES, IMPACTOS E HORIZONTES
AUTOR: CAIO BENEVIDES PEDRA (FJP)**

**UFES – Vitória (ES)
30/05 a 02/06/2017**

Travestis e transexuais na política:

a busca por participação e representação num país LGBTfóbico

Caio Benevides Pedra¹

Resumo

O Brasil é o país que mais mata transexuais e travestis no mundo, segundo o levantamento detalhado de uma ONG internacional. Esses números, apesar de assustadores, são subestimados, uma vez que grande parte desses assassinatos não é registrada como crime de ódio, por conta da LGBTfobia institucionalizada na nossa sociedade e do descaso das autoridades.

Além de LGBTfóbica, a sociedade brasileira é racista, machista e avessa a atividades como a prostituição. Num contexto como esse, de marginalização completa de travestis e transexuais, é até difícil imaginar a participação desses grupos no cenário político nacional. Essa participação, no entanto, apesar de ainda tímida e insuficiente, iniciou o processo de surgimento e fortalecimento e é muito importante para dar visibilidade à causa e a esses grupos tão marginalizados.

Palavras-chave: travesti; transexual; eleição; participação; representação; democracia.

¹ Caio Pedra é Mestrando em Direito pela UFMG e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro com pesquisas relacionadas ao acesso à cidadania por travestis e transexuais. Bacharel em Direito pela UFMG, é assessor técnico-legislativo da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (SECCRI) do Governo do Estado de Minas Gerais, membro do projeto de extensão "Diverso UFMG", do Grupo de Pesquisa "Estado, Gênero e Diversidade" (EGEDI-FJP) e da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/MG.

Introdução

De acordo com um levantamento da ONG internacional *Transgender Europe*, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. O relatório mais atualizado², publicado em comemoração ao 18º Dia Internacional da Memória Trans, celebrado no dia 20 de novembro de 2016, informa que, de janeiro de 2008 a setembro de 2016, foram registradas 900 mortes de travestis e transexuais no Brasil. O segundo lugar ficou para o México e seus 271 assassinatos, e o terceiro para os Estados Unidos, com 154 mortes. A imensa superioridade dos índices no Brasil parece ainda mais assustadora quando nos lembramos de que esses dados são sempre subestimados, já que inúmeros casos não são relatados ou registrados como crimes de ódio.

Somada a essa perseguição e aos altos índices de violência, travestis e transexuais vivem, hoje, uma realidade de pouquíssima representação. A história de candidaturas LGBT no Brasil tem início na década de 1980, quando João Batista Breda (PT-SP), então deputado estadual, “assumiu-se” enquanto tentava se reeleger. Na mesma eleição, Herbert Daniel também surgiu com uma “*candidatura rosa*” e contribuiu de forma fundamental para que o Partido dos Trabalhadores (PT) discutisse internamente as temáticas de gênero e sexualidade. Nenhum dos dois, no entanto, conseguiu se eleger.

Nas eleições de 1996, já foram identificados dez candidatos LGBT (oito gays, uma travesti e uma lésbica), que assinaram um manifesto em favor das principais bandeiras dessa população e da busca pela garantia do acesso à cidadania pelas minorias sexuais. Nesse mesmo ano, Kátia Tapety, que não assinou o manifesto, foi eleita vereadora em Colônia do Piauí (PI) e se tornou a primeira travesti a ocupar um cargo eletivo no Brasil. Em 2000, o número de candidaturas LGBT subiu para vinte e quatro (SANTOS, 2016, p. 66-7).

A LGBTfobia e a conquista de espaço

A LGBTfobia impregnada na sociedade orienta-se por *um binarismo reducionista e enrijecedor* que impõe normas ditadas pela heteronormatividade a todos os sujeitos, reduzindo-os aos seus corpos e genitálias e ignorando suas particularidades. Segundo essas regras, rígidas e impositivas, travestis e transexuais são reduzidas a *cidadãs de segunda categoria, pré-sujeitas* afastadas do livre gozo e exercício de direitos e do acesso a bens e serviços (PERES, 2010, p. 313).

As pessoas que problematizam as normas de gênero correm, diariamente, risco de serem agredidas. A sistemática violência de gênero contra as travestis as posiciona como a população mais vulnerável na sociedade brasileira. O peso do estigma é tão intenso que o próprio Código Brasileiro de Ocupação (CBO) define a travestilidade como um dos sinônimos possíveis para trabalhadores sexuais, prostitutas, putas. Todo o caráter identitário é negado pelo próprio Estado

² Disponível em <http://transrespect.org/en/tmm-trans-day-remembrance-2016/>. Acesso em 23 de abr. de 2017.

brasileiro. Não é possível uma travesti cientista? Afirmar que a travestilidade é uma experiência identitária não significa esquecer a dor e angústia que marcam as subjetividades daqueles que sentem e desejam viver experiências que lhes são interditas por terem comportamentos considerados impróprios para seus sexos. As narrativas das travestis nos remetem a um mundo de dúvidas, angústias, solidão e medo constante de rejeição. (BENTO, 2015, p. 359-60)

A luta feminista tem no direito de voto um de seus capítulos mais importantes. Isso porque a busca pelo sufrágio universal foi, por muitas décadas, o *ponto focal do movimento das mulheres*. Só através da conquista do direito de voto, as mulheres poderiam, finalmente, ser reconhecidas em situação de igualdade em relação aos homens na gestão da vida coletiva e na tomada de decisões a respeito dos seus futuros, independentes de proteção de seus pais e maridos. Conquistado, no entanto, o direito ao voto, o que se sucedeu, infelizmente, foi a manutenção de uma elite política formada quase que exclusivamente por homens (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 93), por uma série de fatores, como a falta de sensação de pertencimento das mulheres e, até mesmo, as suas dificuldades práticas de dedicação à vida política.

Se apenas recentemente as mulheres passaram a integrar a política e atuar na tomada de decisões, falar em exercício do poder político e redistribuição de poder e de recursos para travestis e transexuais, nesse contexto, soa quase como futurismo, o que demonstra que essa evolução ainda está longe de ser concluída. É preciso superar a dicotomização “homem-mulher” e ampliar o debate acerca do gênero, de forma a incluir as pessoas que ainda se encontram marginalizadas.

Peres (2010, p. 304) define a “travestifobia” como *uma reação imediata, nem sempre consciente, que expressa medo, nojo, inveja e/ou repugnância pelas pessoas travestis*. E complementa denunciando que:

Essas vivências expõem essas pessoas a riscos epidêmicos, sociais, políticos e culturais que as impossibilitam de terem o direito fundamental de participação nas tomadas de decisões da sociedade e de construir suas cidadanias, decorrentes da destruição da autoestima e da crença em suas potencialidades que foram massacradas por exclusões vividas de toda ordem normativa. (PERES, 2010, p. 304)

Nesse atual momento de *desencantamento com a política*, como apontam AREIA e VIEIRA (2016), *os discursos que envolvem os espaços de “poder político” estão tomados de expulsismo. A política se tornou o lugar do nojo, da corrupção, do “problema sem jeito”*. E esse discurso, quando assimilado, enfraquece *a confiança no voto e na capacidade da representação enquanto ferramenta política útil*. Quando, na verdade, o (único possível) caminho não passa pelo distanciamento da política, mas pela sua ocupação. É preciso que a atual “velha política” seja tomada pelas *ideias, cores e pautas* do movimento LGBT.

Esse movimento já se iniciou, mas ainda precisa ser ampliado:

No entanto, uma marca evidente é que embora tivéssemos candidaturas gays e lésbicas em diferentes partidos políticos e para distintos cargos de representação logo no período de abertura democrática no Brasil, não tínhamos candidaturas transexuais e travestis. Possivelmente, por várias questões históricas pode-se

vislumbrar a impossibilidade e a dificuldade da participação político-partidária de pessoas transexuais e travestis em um contexto em que a principal luta política era conter a violência policial, a qual aniquilava a cada dia travestis e mulheres transexuais em todo o território nacional, bem como, um pouco mais tarde, a centralidade da luta contra a AIDS, a qual gerou uma participação política em organizações da sociedade civil de travestis e transexuais bastante densa no país. (PRADO, 2016)

A participação de travestis e transexuais na política, então, ainda se encontra num estágio bem mais inicial. Em 2014, como afirma Santos (2016, p. 79), sete candidatas travestis e transexuais se candidataram, em cinco estados brasileiros (São Paulo, Ceará, Maranhão, Pará e Paraná), aos cargos de deputada federal e deputada estadual. O número é bastante pequeno, principalmente se considerarmos o total de candidaturas registradas pelo Tribunal Superior Eleitoral³. Em 2014, foram registradas 7.137 candidaturas ao cargo de deputado federal no Brasil, sendo apenas 3 delas de mulheres transexuais ou travestis. Para deputado estadual, foram registradas 17.005, 4 delas de travestis e transexuais. E o mais grave é que nenhuma dessas sete candidatas foi eleita.

Em 2016, o número de candidaturas de travestis e transexuais cresceu e chegou a 94 nomes, distribuídos entre 22 dos 26 estados da Federação nas eleições municipais. Desses 22 estados, seis tiveram candidatas eleitas (Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rondônia e Rio Grande do Sul) (PRADO, 2016).

Ainda que os números continuem pequenos, esse rápido crescimento das candidaturas demonstra uma vontade política cada vez maior por parte desses grupos e aumenta a sua visibilidade. Aos poucos, é muitíssimo importante que essas pessoas tomem parte do cenário político, pois o Brasil vive um momento especialmente complicado. Se, antes, a população LGBT precisou lidar com a mera indiferença para com as suas demandas, hoje, o que se vê é o crescimento de pautas visivelmente contrárias à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Enquanto, em 2014, todas as candidaturas de travestis e transexuais foram registradas por partidos políticos identificados como “de esquerda” ou sem identificação ideológica (SANTOS, 2016, p. 79), os partidos que tiveram candidatas transexuais e travestis eleitas em 2016 (PSDB, PR, PRB, PSD, PP, PMDB) não se identificam como “de esquerda” nem possuem experiência acumulada de pautas LGBT com visibilidade (PRADO, 2016).

A conquista do direito de voto pelas mulheres, como vimos, serviu como um ponto de chegada definitivo e gerou outros problemas para esse grupo no que diz respeito à representatividade e participação na política. O sufrágio universal sempre foi defendido e entendido como a principal maneira de permitir que todos os grupos e interesses sejam levados em consideração na hora da tomada de decisões. No entanto, a partir do momento em que as mulheres conquistaram o direito ao voto, enfraqueceram fortemente as discussões a respeito de

³ Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014>. Acesso em 9 de dez. de 2016.

políticas afirmativas. Isso porque, para os liberais, uma vez reconhecido que *cada um é o melhor juiz do próprio interesse*, estender o direito de voto às mulheres é forma suficiente de garantir que elas sejam ouvidas (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 97).

Se as mulheres (como indivíduos) podem expressar suas preferências nas eleições, então as mulheres (como grupo) não podem se queixar se estão pouco ou mal representadas nas esferas decisórias. Essas esferas são compostas como resultado da agregação das escolhas individuais. Quando mulheres eleitoras preferem votar em homens ou, de maneira mais geral, privilegiam outras formas de lealdade política e outras facetas de sua identidade, em vez do pertencimento de gênero, suas escolhas devem ser respeitadas. (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 97)

Esse mesmo raciocínio é aplicado às outras minorias. Uma vez garantido o direito ao voto, os discursos contrários às cotas, por exemplo, são assim fundamentados. Como se o direito de votar e ser votado fosse suficiente para garantir que todos os grupos consigam ser representados. Por isso, é importante que a população LGBT tenha candidatos, candidatas e, principalmente, eleitores engajados em fazer com que esses espaços de representação sejam ocupados.

E, mais que isso, é importante que os eleitores se organizem para que essas pessoas recebam votações significativas (o que, veremos, não é suficiente para eleger um candidato ou uma candidata no Brasil, mas ainda é a única maneira). Nas últimas eleições, algumas plataformas chegaram a reunir os principais nomes e propostas de candidatos e candidatas comprometidos com a bandeira da diversidade, para facilitar a escolha dos eleitores LGBT. A tendência é que iniciativas como essa cresçam mais e mais a cada pleito e isso é muito importante e útil para aumentar a representatividade desses grupos.

O sistema político brasileiro

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, em levantamento disponibilizado e constantemente atualizado em seu sítio eletrônico, o Brasil conta com 144.088.912 eleitores⁴. Desses, 16.610.595⁵ são filiados a algum dos 35⁶ Partidos Políticos, o que corresponde a apenas 11,52% do eleitorado nacional.

Se parece pouco pensar que pouco mais de 10% dos eleitores encontram-se, hoje, filiados a algum partido político, por identificação ou engajamento, é preciso considerar que esse número apresenta uma zona cinzenta. Isso porque são muitos os casos de filiações “não voluntárias”.

Em cidades pequenas (e não só nelas), é comum que pessoas com menor instrução sejam estimuladas a assinar fichas de apoio e formulários de filiação sem saberem claramente o que estão fazendo, seja para a criação dos partidos ou para o engrossamento de

⁴ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas>. Acesso em 05/05/2017.

⁵ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em 05/05/2017.

⁶ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acesso em 05/05/2017.

sua base. Às vezes, com a intenção de apoiar a criação de um novo partido político (ou, em alguns casos, sem ter consciência nem mesmo disso), pessoas acabam aumentando esse índice.

Na verdade, esse número é tão pequeno que é pouco maior que o número de eleitores só do estado de Minas Gerais, por exemplo, estimado em 15.700.630⁷. Esses dados demonstram que a maior parte da população brasileira não se encontra atualmente vinculada a algum partido político.

Os partidos políticos, no entanto, representam uma instituição importante para a manutenção do Estado Democrático de Direito (DANTAS, QUEIROZ, 2011), então, é importante saber se essa baixa adesão é motivada por desinteresse ou se há outros empecilhos afastando a participação popular.

Art. 1º O Partido Político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição da República. (BRASIL, 1995)

Assim inicia a Lei Federal nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição da República, ressaltando o caráter privado dos Partidos Políticos, mas, sobretudo, o grande interesse público que reveste a sua existência.

Os partidos políticos são, hoje, fundamentais para a manutenção do Estado Democrático de Direito pois, além de possibilitarem a polarização dos espaços de debates políticos, haja vista a inviabilidade (e impossibilidade) de que todas as decisões políticas sejam tomadas por meio da democracia direta (CAMPOS, SANTOS, 2013), são o único caminho legítimo de ascensão aos cargos eletivos.

Nas palavras do Prof. José Jairo Gomes:

No mundo contemporâneo, os Partidos Políticos tornaram-se peças essenciais para o funcionamento do complexo mecanismo democrático. Para se ter noção da penetração e influência dessas entidades, basta dizer que detêm o monopólio do sistema eleitoral, chegando a definir o perfil assumido pelo Estado. Não há, com efeito, representação popular e exercício do poder estatal sem a intermediação partidária.

Tais entidades constituem canais legítimos de atuação política e social; captam e assimilam rapidamente a opinião pública; catalisam, organizam e transformam em bandeiras de luta as díspares aspirações surgidas no meio social, sem que isso implique ruptura no funcionamento do governo legitimamente constituído. (GOMES, 2013, p. 89)

A principal função dos partidos é captar e representar a vontade do povo em meio a processos eleitorais. Isso porque, dentro do sistema competitivo que marca o nosso sistema eleitoral, cada partido reúne e representa um conjunto de convicções e ideologias que dão o caráter heterogêneo da representação.

⁷ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-por-municipio-zona>. Acesso em: 05/05/2017.

A liberdade de criação de partidos políticos, prevista no art. 2º da Lei Federal nº 9.096, de 1995, existe exatamente para que toda ideologia que respeite *a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana* possa se fazer representar.

Essa liberdade, no entanto, não consegue garantir a representação de toda a pluralidade de sujeitos. Pelo contrário, o que se percebe é que ainda existem grupos sociais excluídos da participação política. E a representação de todos é fundamental no nosso regime político porque os interesses dos grupos dominantes e dominados, na maior parte das vezes, não são somente diferentes, são definitivamente opostos (MIGUEL, BIROLI, p. 99-101).

A doutrina, em geral, admite que os partidos têm por função fundamental organizar a vontade popular e exprimi-lo na busca do poder, visando a aplicação de seu programa de governo. Por isso todo Partido político devia estruturar-se à vista de uma ideologia definida e com um programa de ação destinado à satisfação dos interesses do povo. (SILVA, 1999, p. 402)

A variedade de posicionamentos e opiniões a respeito de determinados temas garante um ambiente plural e polarizado de discussão, muitas vezes até conflitante. Assim, cada partido reúne em si os sujeitos que pensam de determinada forma com a intenção de se organizarem para chegarem ao poder e decidirem as questões políticas a partir de um ponto de vista que compartilham.

O grande papel dos Partidos Políticos é transmutar em termos políticos de organização e de construção, converter em esquemas de trabalho e de ação social, o imenso material – desejos, aspirações – que os indivíduos, incessantemente criam e depositam no vasto círculo da convivência coletiva. (LIMA, 1957, p. 48)

A escolha por um candidato, então, é, na verdade, a escolha por um grupo social para ascender ao poder. No Brasil, no entanto, o que se vê são eleitores votando por identificação pessoal com os candidatos, ignorando ou não dando a devida importância à ideologia que o partido do candidato defende ou representa.

Muitas vezes, os eleitores se deixam levar por candidatos com boa oratória, histórico de superação e carisma e não se preocupam com o grupo social e ideológico que aquele candidato compõe e alimenta. Nessa realidade, os partidos, muitas vezes, tornam-se apenas um pré-requisito para candidatura, nos termos do inciso V do § 3º do art. 14 da Constituição da República e do art. 9º da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições.

No regime proporcional adotado no Brasil, no entanto, essa realidade pode ocasionar resultados não esperados para os eleitores. Isso porque, inicialmente, são computados os votos de cada partido ou coligação e, posteriormente, os votos de cada candidato. Assim, os partidos costumam investir em candidatos com grande apelo midiático para as eleições do Legislativo, para que estes consigam muitos votos e garantam mais cadeiras.

(...) localmente nem sempre os partidos políticos são percebidos como posições político-ideológicas, mas atuam sobremaneira com uma perspectiva mais personalista do que propriamente partidária, pois há partidos que nacionalmente apresentam pautas totalmente opostas aos direitos trans e travestis, mas localmente tiveram candidatas e candidatos trans e travestis. (PRADO, 2016)

Em 2014, por exemplo, o Deputado Federal Celso Russomanno (Partido Republicano Brasileiro – PRB/SP) foi eleito com 1,5 milhão de votos, o suficiente para garantir cinco cadeiras na Câmara dos Deputados, a sua e de mais quatro colegas, dentre eles o cantor sertanejo Sérgio Reis, que havia recebido apenas 45 mil votos. O mesmo aconteceu com o Deputado Federal Francisco Everardo Oliveira Silva (Partido da República – PR/SP), conhecido como Tiririca, que teve votação suficiente para três cadeiras, e levou consigo mais dois companheiros de partido.

Nesse contexto, torna-se curioso, por exemplo, filiações como a de Thammy Miranda, filho da cantora Gretchen, conhecido pela participação em novelas, programas de TV e por ser um homem trans que fez toda a sua transição sob as lentes da imprensa nacional, ao Partido Progressista (PP), mesma legenda que abriga o Deputado Federal Jair Bolsonaro, nome frequente em escândalos de racismo, machismo, homofobia e transfobia.

Caso os dois se candidatem ao mesmo cargo e pela mesma região alguma vez, poderá acontecer, por exemplo, do voto de um eleitor do Bolsonaro, em defesa do conservadorismo, do militarismo e de tudo o que ele representa, contribuir para a eleição do Thammy. Ou, ao contrário, alguém votar no Thammy, em prol da diversidade e de uma maior representatividade de transexuais, e esse voto eleger o Bolsonaro.

Ainda que isso nunca aconteça, é difícil imaginar uma legenda que abrigue posicionamentos tão díspares dentro de um mesmo grupo político, o que só comprova que não há, como cultura, uma preocupação grande com a ideologia dos partidos políticos. O que se percebe é somente a busca pelo poder e a utilização de estratégias midiáticas muitas vezes completamente dissociadas do que deveria, na verdade, nortear a representatividade.

Um elemento interessante é observarmos as pautas políticas das campanhas das candidatas trans que foram eleitas. Temas LGBT aparecem em sua maioria, como formação e cursos para pessoas LGBT, violência contra mulher, liberdade religiosa, defesa de todas as formas de família, abusos e violências contra crianças, ética e transparência, preocupações da relação entre eleitores e políticos, causas relacionadas a cuidados com animais, turismo e diversidade. Observando as pautas das candidaturas eleitas e das não eleitas, percebe-se que os temas relacionados à diversidade e às experiências LGBT são os mais expressivos, independente de partidos políticos. (PRADO, 2016)

O que precisa ser sempre lembrado e observado (e os exemplos no Brasil são visíveis) é que as ideologias partidárias não parecem tão importantes (e costumam ser esquecidas ou ignoradas) quanto da propositura de planos de governos e da realização de promessas. Na hora de efetivação dos trabalhos, no entanto, passada e bem sucedida a eleição, a situação costuma mudar um pouco de figura. Por isso, não pode causar espanto a proposição de pautas progressistas e inclusivas (principalmente no que diz respeito à população LGBT) por candidatos

e candidatas de partidos conservadores. O que causaria espanto, na verdade, seria essas pautas saírem do papel e ganharem forma num ambiente ideologicamente contrário.

A busca por representatividade

Não bastassem os problemas apontados, que dificultam a identificação da população com os partidos políticos e, conseqüentemente, a representatividade e, mais que isso, o sentimento de representação das pessoas, as estruturas internas dos partidos políticos nem sempre têm a democracia como regra.

Como visto, a filiação partidária é condição para que alguém possa concorrer em uma eleição. No entanto, não basta que a pessoa tenha interesse. A candidatura precisa ser de interesse do partido e isso é deliberado nas convenções partidárias, reuniões dos partidos onde os membros (ou apenas alguns deles) discutem assuntos de interesse do grupo, bem como decidem quais filiados vão se candidatar pela legenda e avaliam a formação de coligações.

Ocorre que a Constituição da República e as leis que tratam sobre os partidos políticos reservam grande autonomia para que eles regulem suas formas de organização e suas questões internas e de funcionamento. Assim, muitas de suas regras são definidas em estatuto, como é o caso das convenções. Cada partido pode definir, por exemplo, como deve ser feita a convocação dos filiados, o quórum de instalação e deliberação e até quem tem direito a voto.

Em grande parte dos partidos, se não na maioria deles, o direito a voto nessas convenções não é franqueado a todos os filiados, o que reduz muito a participação popular. Embora todos possam se inscrever previamente como candidatos, o voto (e, portanto, a capacidade de decisão) é prerrogativa de poucos, geralmente quem ocupa algum cargo ou posição de destaque dentro do partido, as direções e os delegados. Assim, um pequeno grupo é quem pode definir as questões internas do partido, os seus candidatos e isso afasta a participação popular.

Um exemplo disso é o previsto no Estatuto do Partido dos Trabalhadores, segundo maior do país em número de membros, com 1.584.568⁸ filiados (9,54% do número de brasileiros filiados a partidos políticos):

Art. 158. A Convenção será convocada pela respectiva Comissão Executiva e poderá ser realizada em qualquer dia da semana e pelo período necessário às deliberações.

§1º: Constituem a Convenção os membros da Comissão Executiva do mesmo nível correspondente.

§2º: A Convenção poderá instalar-se com a presença de qualquer número de convencionais, mas as deliberações somente poderão ser tomadas, por, no mínimo, 50% do total de convencionais.

[...]

Art. 159. Se a Convenção partidária se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelas instâncias superiores do Partido, a

⁸ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>. Acesso em 05/05/2017.

Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá anular tais decisões e os atos delas decorrentes.⁹

Como visto no §1º, só compõem a Convenção do partido os “membros da Comissão Executiva de mesmo nível correspondente”, restringindo, desde já, o acesso de grande parte dos filiados à tomada de decisões. Ainda, no art. 159, prevê-se a possibilidade de anulação das decisões de uma convenção pela Comissão Executiva de instância superior, o que torna ainda mais frágil o poder de uma decisão do partido.

É também bastante recorrente a judicialização dessas questões. Inúmeras discussões começaram nas Convenções partidárias e terminaram somente nos tribunais, prologando-se pelo tempo. Como é o caso do exemplo seguinte:

“[...] Registro individual. Candidatura. Indicação prévia. Convenção partidária. Não-homologação. **Violação ao estatuto do partido. Matéria interna corporis. Reflexo no processo eleitoral.** Competência da Justiça Eleitoral. É competência da Justiça Eleitoral analisar controvérsias sobre questões internas das agremiações partidárias quando houver reflexo direto no processo eleitoral, sem que esse controle jurisdicional interfira na autonomia das agremiações partidárias, garantido pelo art. 17, § 1º, da CF.” (Ac. de 20.9.2006 no REspe nº 26.412, rel. Min. Cesar Asfor Rocha.) (grifos nossos).

Como visto, os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado, conforme art. 44, V, do Código Civil, mas, por sua relevância no processo democrático e nas regras eleitorais, têm reconhecido interesse público e, por isso, o Tribunal Superior Eleitoral permite o controle de legalidade sobre algumas de suas questões internas.

O TSE, na verdade, vai além ao permitir um controle de juridicidade, no sentido de verificar, ainda que de maneira tímida, um procedimento democrático (*due process of law*) nas decisões dos Partidos Políticos que possam ter reflexos no processo eleitoral.

Além de obstáculos à representatividade e à sensação de representação por parte dos filiados, esse contexto desestimula a participação popular nas decisões dos partidos políticos. E os partidos políticos, único caminho possível para o acesso de uma pessoa a um cargo eletivo no nosso país, permanecem sob o controle de poucas pessoas.

Alguns partidos tentam, atualmente, mudar esse quadro de pouca participação e reduzir o distanciamento entre as decisões dos partidos e os desejos e expectativas dos seus membros. O avanço da tecnologia, a democratização (em curso) do acesso à internet e a grande adesão popular às redes sociais contribuem como grandes facilitadores desse processo.

É nítido que a eliminação das barreiras formais à inclusão, por si só, não foi capaz de garantir condições igualitárias de ingresso na arena política aos grupos marginalizados. Outros diversos entraves continuam existindo e é preciso que a inércia estrutural seja rompida para que os espaços de decisão sejam ocupados (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 94). Nesse sentido, são

⁹ Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2016/03/ESTATUTO-PT-2012-VERSAO-FINAL-alterada-outubro-de-2015-2016mar22.pdf>. Acesso em: 05/05/2017.

constantemente objetos de discussões as propostas de medidas afirmativas que permitam a inclusão de grupos marginalizados. Isso porque:

Não importa que um parlamento exclusivamente ou quase exclusivamente masculino seja fruto de uma eleição em que as mulheres formavam metade (ou, na verdade, um pouco mais da metade) dos votantes. Esse parlamento não é capaz de representá-las de modo adequado e, portanto, são necessárias medidas corretivas, como as cotas. (MIGUEL, BIROLI, p. 98)

O exemplo das mulheres (e sua busca por espaço e representação no sistema político) foi aqui exaustivamente utilizado porque é um caso claro e de fácil visualização. No Brasil, hoje, mais de oitenta anos depois da conquista do direito ao voto pelas mulheres, elas representam 52% do eleitorado¹⁰ e, nas eleições de 2016, ocuparam somente 13% dos cargos eletivos disputados¹¹. Desde 2009, no entanto, com a minirreforma trazida pela Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, cada partido ou coligação tem a obrigação legal de preencher o mínimo de 30% de candidaturas de mulheres.

E, ainda hoje, os interesses das mulheres são vistos como uma pauta específica. *A cultura e a vivência do grupo dominante são universalizadas e vistas como a norma*, seus interesses são apresentados como interesses universais num processo de *imperialismo cultural*. É o grupo dominante quem fala em nome da coletividade em geral, enquanto as mulheres se dedicam aos “seus” direitos, “suas” bandeiras, e às áreas da sociedade mais identificadas com o que se espera da *persona* feminina, como educação, saúde e assistência social (MIGUEL, BIROLI, p. 106).

Visualizar a desigualdade enfrentada pelas mulheres (uma minoria composta pela maioria da população) permite vislumbrar, ainda que minimamente, o quanto podem ser mais complicadas as questões de representação de outros grupos, como a população LGBT, com especial destaque para o público T, que concentra as piores condições de vida e os maiores índices de exclusão.

É discutível se há uma posição na sociedade que abarque todas as mulheres, sedimento comum das posições particulares de cada uma delas, ou se outros determinantes (classe, raça, orientação sexual, geração etc.) afetam de tal maneira as perspectivas que não se pode abstrair um ponto de vista unificado. Na prática, as posições de representantes políticas tendem a ser monopolizadas por aquelas em situação privilegiada (profissionais brancas heterossexuais burguesas ou de classe média). Elas são representantes das mulheres, em geral, ou de uma parcela de mulheres, com determinadas características distintivas? (MIGUEL, BIROLI, p. 102)

O grupo das mulheres brasileiras, então, é composto por subgrupos que guardam entre si profunda desigualdade e *ignorar essas questões implica manter a estrutura de desigualdades dentro do grupo das mulheres*, o que pode levar ao silenciamento de subgrupos

¹⁰ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/eleicoes-2016>. Acesso em 06/05/2017.

¹¹ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2016/resultados>. Acesso em 06/05/2017.

que compõem outras minorias, como, por exemplo, as negras e as lésbicas. No entanto, uma interpretação mais radical desse entendimento pode talvez levar à conclusão pela impossibilidade da representação, haja vista a pluralidade de sujeitos (MIGUEL, BIROLI, p. 102-3).

A pluralidade e as desigualdades internas dos grupos sociais excluídos são problemas reais, mas não devem ser vistas como empecilhos para a representação política. Servem como um estado de alerta, uma atenção redobrada e especial para que todos os subgrupos sejam alcançados e ouvidos. Dentro da população LGBT, então, é sabido que travestis e transexuais compõem o subgrupo que sofre maior marginalização. Por isso, é importante que representantes dessa população ocupem os espaços de participação política, para que a representação e defesa dos seus interesses não fique a cargo dos homens gays ou das mulheres lésbicas, por exemplo.

Conclusão

A representatividade dos grupos LGBT (e, destacadamente, de travestis e transexuais) vem crescendo a cada eleição, mas ainda tem um longo caminho a percorrer. É preciso, além do surgimento de novas candidaturas (que tragam mais opções aos eleitores e eleitoras), uma organização por parte do eleitorado para que essas candidaturas recebam o apoio, a visibilidade e os votos necessários para que ocupem esses espaços de representação política.

Isso não é tão fácil, como vimos, porque o sistema eleitoral brasileiro contabiliza os votos dos partidos políticos antes de contabilizar os dos candidatos e candidatas, então a quantidade de votos que cada candidatura recebe não é o único fator considerado na determinação da eleição. É, ao contrário, muito comum candidatos e candidatas com expressivas votações não alcançarem as vagas e elas serem ocupadas por candidaturas menos votadas numericamente (mas integrantes de partidos ou coligações que receberam grande votação). Nesse contexto, a personificação das candidaturas se torna um problema real na nossa cultura política, com efeitos muito prejudiciais para a representatividade dos grupos minoritários.

O exemplo das mulheres e sua luta pelo direito ao voto, aqui bastante discutido, demonstra que o direito ao voto por si só não é garantia suficiente de representação. E, ainda que o fosse, é preciso considerar sempre a diversidade existente dentro do grupo das mulheres. Não dá pra esperar que todas as mulheres tenham o direito de votar e ser votadas quando outros direitos ainda são negados a algumas delas, como as negras e as lésbicas, por exemplo.

Essa visão global dos grupos marginalizados é especialmente importante quando nos debruçamos sobre as exclusões e vulnerabilidades enfrentadas pela população LGBT, porque são imensas as desigualdades dentro desses grupos. De escolaridade, evasão escolar, empregabilidade, acesso a saúde e cultura... a realidade dos homens gays não é a mesma das mulheres lésbicas, por exemplo, e nenhuma realidade é tão delicada quanto a de travestis e transexuais, motivo pelo qual esse grupo precisa e merece especial atenção e análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AREIA, Ari; VIEIRA, Helena. **LGBTs e a política partidária: Sobre disputa e democracia**. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2016/07/lgbts-e-a-politica-partidaria-sobre-disputa-e-democracia/>. Acesso em 9 de dez. de 2016.
- BENTO, Berenice Alves Melo. Travestilidade. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth M.; MENEGHEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infância** – acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.
- BORTOLINI, A.S. Diversidade sexual e de gênero na escola - Uma perspectiva Intercultural e Interrelacional. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, ano XI, nº 123, p.27 - 37, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Ementa: **Dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9096.htm.
- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Ementa: **Estabelece normas para as eleições**.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral.
- CAMPOS, Adriana ; SANTOS, Polianna P. . **O Princípio da Fidelidade Partidária e a possibilidade de perda de mandato por sua violação: Uma análise segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 14, p. 01-26, 2013.
- DANTAS, Humberto; QUEIROZ, Luiz Cesar. O desafio da questão urbana. *In: Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 4. nº 45, abril de 2011.
- GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 9. ed. rev. atual. E ampl. São Paulo: Atlas, 2013.
- LIMA, Hermes. **Idéias e figuras**. Rio de Janeiro: MEC, 1957, p. 48.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PERES, William S. Travestis, Cuidado de Si e Serviços de Saúde: Algumas Reflexões. *In: COSTA, Horácio et al.* (Org.). **Retratos do Brasil Homossexual** - Fronteiras, Subjetividades e Desejos. São Paulo: EdUSP - Imprensa Oficial, 2010.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo. Transexuais e travestis nas eleições 2016. Sexuality Policy Watch. 2016. Disponível em: <http://sxpolitics.org/ptbr/representacao-local-e-politica-partidaria-candidaturas-transexuais-e-travestis-no-brasil/6884>. Acesso em 04 de maio de 2017.
- SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *In: Sex., Salud Soc. (Rio J.)* [online]. 2016, n.23, pp.58-96. ISSN 1984-6487. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.03.a>. Acesso em 5 de mai. de 2017.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

**III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)**

Seminário Temático: ST 12 - Democracia, Participação e Políticas identitárias e
interseccionais: limites, impactos e horizontes

**Como o movimento feminista atua no legislativo federal?: estudo exploratório
sobre atuação do Consórcio de ONGs feministas no caso da Lei Maria da Penha**

Renata Rodrigues Carone (UNICAMP)

Resumo

A interação entre instituições políticas e atores sociais neste trabalho é representada pelo estudo de um Consórcio de ONGs feministas que, através do uso de repertórios voltados para influência no Congresso, atuou no caso da Lei Maria da Penha. A atuação desse Consórcio ocorreu desde a proposição da lei até sua aprovação. Trata-se, portanto, de organizações de movimento social atuando no legislativo federal para aprovar uma política pública. Tomando por base o próprio fluxo do processo legislativo, descrevemos, em cada fase da tramitação, os repertórios de ação utilizados pelo Consórcio. Dos resultados encontrados, constatamos que o Consórcio atua dentro das Comissões em pelo menos dois momentos chaves: 1) formulação do parecer das relatoras e 2) definição do posicionamento da Comissão. No âmbito mais geral, os resultados da pesquisa indicam que a atuação do movimento ocorre na fase de formação da agenda, na definição do conteúdo da lei e na tramitação.

Palavras – chave: Movimento feminista; legislativo federal; Lei Maria da Penha

1. Introdução

Em 22 de março de 2006, ocorreu a sessão em que o projeto de lei 4.559/2004 foi votado, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília. Nessa oportunidade, uma das relatoras do projeto, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pediu a palavra para enaltecer o apoio daquela Casa Legislativa em torno da proposição. Ao longo da tramitação do projeto, na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), foram realizadas catorze audiências públicas, pelo Brasil, e um seminário nacional. A deputada menciona que houve um grande consenso em torno do projeto, na Câmara dos Deputados e fora dela. Ela cita o apoio de um Consórcio feminista, da sociedade civil e da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Para a parlamentar, o projeto reflete uma “grande vitória dessa Casa para coibir, prevenir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher”¹.

Pouco depois, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) pede a palavra e destaca o trabalho realizado pela Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM); pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); pela rede de organizações feministas; e pelas relatoras do projeto, nas diversas comissões, pelas quais a proposição tramitou. A deputada atribuiu, ao Partido dos Trabalhadores (PT), a criação de “um sistema de garantias em que a violência não será mais algo a ser tratado entre quatro paredes”².

Ao longo da mesma sessão, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) registra que o governo brasileiro assumiu compromissos em conferências internacionais, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), no sentido de criar mecanismos legais para coibir a violência doméstica contra a mulher. Na sua visão, ao votar o projeto de lei que trata desse assunto, a Câmara se associa concretamente “à luta das mulheres contra essa tragédia, a violência doméstica, a que está submetida a mulher brasileira”³. Ao final, a votação no plenário da Câmara foi encaminhada pelos líderes que, majoritariamente, votaram a favor do projeto de lei 4.559/2004. O projeto foi aprovado, por unanimidade, e seguiu para o Senado Federal sendo promulgado, pelo Executivo, em agosto de 2006, alguns meses depois da votação ocorrida na Câmara.

¹ Disponível em: <goo.gl/0XXJWA> (D.O. da Câmara dos Deputados de 23/03/2006, p. 14.352). Acesso em 2 jun. 2016

² Disponível em: <goo.gl/0XXJWA> (D.O. da Câmara dos Deputados de 23/03/2006, p. 14.352). Acesso em 2 jun. 2016

³ Disponível em: <goo.gl/0XXJWA> (D.O. da Câmara dos Deputados de 23/03/2006, p. 14.353). Acesso em 2 jun. 2016

O projeto de lei 4.559/2004 se transformou na Lei 11.340/2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, denominada Lei Maria da Penha. A escolha desse nome para a lei serviu como uma espécie de reparação simbólica⁴, a Maria da Penha Maia Fernandes, que vivenciou um caso de violência doméstica conhecido nacionalmente (Calazans e Cortes, 2011). O projeto foi proposto ao Congresso pelo Executivo, em 2004, e dois anos depois, houve a promulgação da lei.

Até a Lei Maria da Penha ser aprovada, os crimes de violência doméstica contra a mulher eram tratados pela Lei 9.099/95, a Lei dos Juizados Especiais Criminais. Essa lei estabelece mecanismos de conciliação, e propõe a aplicação de penas não privativas de liberdade aos delitos, cuja pena máxima não ultrapasse dois anos de reclusão. Tais delitos são definidos como de menor potencial ofensivo.

Dentro desse critério, como a maior parte dos crimes cometidos contra a mulher tem pena de até dois anos, casos envolvendo, por exemplo, lesão corporal leve, ameaça, injúria e calúnia passaram a ser encaminhados para os Juizados. Em discordância dessa premissa, Campos (2004) argumenta que o potencial ofensivo de um delito não deveria ser definido, simplesmente, com base na pena prevista no tipo penal. O bem jurídico lesionado deveria ser levado em conta, principalmente, porque certos delitos, ainda que tenham a mesma pena, tem consequências igualmente distintas na vida concreta das pessoas.

A criação dessa lei se deu num contexto internacional de informalização do Poder Judiciário (Campos, 2001), que começou na Europa e nos Estados Unidos, propondo a simplificação de mecanismos judiciais, e transferindo para a sociedade a resolução de conflitos de menor significância, destinando o encarceramento aos crimes graves. Sob o ponto de vista dos operadores jurídicos, os Juizados traziam a possibilidade de se efetivar, pela primeira vez no Brasil, mecanismos jurídicos mais afinados com a perspectiva dos direitos humanos, por meio da celeridade nos casos julgados e através da aplicação de penas alternativas ao encarceramento (Romeiro, 2007). Aplicando essas medidas aos crimes de violência contra a mulher, o resultado era a conciliação, realizada entre a mulher e o seu agressor, em nome da harmonia familiar.

⁴ Maria da Penha foi vítima de sucessivos atos de violência física e psicológica, por parte do seu marido, que tentou assassiná-la em duas ocasiões, em 1983. Desde então, não haviam sido tomadas medidas efetivas pela justiça brasileira para julgar e punir o agressor, apesar das acusações apresentadas. Em 1998, esse caso foi levado pela própria vítima a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), apoiada por ONGs atuantes na temática. Em 2001, a Comissão responsabilizou o Estado brasileiro, por tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres, inaugurando jurisprudência internacional nessa matéria. Dentre as recomendações feitas, pela Comissão, ao governo brasileiro citamos: reparação simbólica e material à vítima, o julgamento efetivo do seu agressor e o aprofundamento do processo de reformas, que evitem a tolerância estatal, a violência doméstica contra as mulheres, no Brasil.

De acordo com Calazans e Cortes (2011), 90% desses casos terminavam em arquivamento, nas audiências de conciliação, sem que as mulheres encontrassem uma resposta efetiva do poder público sobre a questão. Nos poucos casos em que ocorria a punição do agressor, sua condenação geralmente consistia na entrega de cestas básicas a entidades filantrópicas.

Nesse contexto, um grupo de organizações não governamentais feministas⁵, que tinha uma visão crítica sobre a Lei 9.099/95, articulou-se em 2001 para debater os aspectos críticos dessa legislação, e o quanto essa norma vinha contribuindo para a impunidade dos crimes de violência doméstica, praticados contra as mulheres, no Brasil (Barsted, 2007). Ao longo de 2002, esse grupo passou a ser denominado de Consórcio de ONGs ou Consórcio de ONGs Feministas (Calazans e Cortes, 2011).

O objetivo do grupo era promover uma solução legislativa mais adequada a questão da violência doméstica contra a mulher. O processo de elaboração dessa proposta legislativa durou, pelo menos, dois anos. O grupo avaliou os efeitos da Lei 9.099/95 sobre os crimes domésticos praticados contra as mulheres, além da análise dos projetos de lei que tramitavam no Congresso Nacional, bem como uma pesquisa da legislação latino-americana sobre o tema (Barsted e Lavigne, 2002). O produto final desse processo foi apresentado aos atores políticos, tanto na instância do Executivo, como do Legislativo. A partir daí um longo processo se desenrola tendo como resultado a aprovação de uma lei que incorpora, em termos substantivos, pontos essenciais defendidos pelo Consórcio. O primeiro deles é a não aplicação da Lei 9.099/95 nos casos de violência doméstica contra as mulheres, defendido como uma cláusula pétrea pelo Consórcio (Calazans e Cortes, 2011). Outro ponto seria a criação das Varas Especiais de Violência Doméstica, com juízo cível e criminal, congregando competências diversas em um mesmo Juizado para dar celeridade as diversas demandas (cíveis, penais e administrativas) das mulheres em situação de violência.

O resultado final do processo decisório, favorável ao Consórcio, está relacionado a diversos fatores. É importante lembrar que o processo legislativo é fragmentado em múltiplos estágios decisórios, ou seja, não se trata de um jogo de rodada única. Como observa Mancuso (2007), toda decisão política é resultado de um processo em que

⁵ As organizações não governamentais que compõe o consórcio e suas integrantes são: Cepia (Leila Linhares Barsted), Themis (Carmen Hein de Campos), Cladem (Silvia Pimentel), Cfemea (Iáris Ramalho Cortes), Advocaci (Beatriz Galli) e Agende (Elizabeth Garcez). Participaram também Rosana Alcântara, do Conselho Estadual de Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim); Rosane Reis Lavigne, defensora pública do Estado do Rio de Janeiro; e Ela Wiecko de Castilho, sub-procuradora da República. Três anos depois de sua formação, quando o Consórcio apresenta o Anteprojeto de Lei a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), novos nomes são acrescentados a essa lista, mas as organizações permanecem as mesmas.

estão envolvidos vários fatores, que interagem de forma complexa, por isso, existe uma grande dificuldade de produzir evidências sólidas que justifiquem a afirmação, de que uma decisão política é causada pela influência de um determinado ator ou grupo de atores. Ainda assim, em termos do efeito da atuação do Consórcio sobre a produção da Lei Maria da Penha, essa atuação nos pareceu uma condição necessária para que determinados pontos fossem incluídos no texto final da lei. Ao elaborar um anteprojeto de lei, o Consórcio se concentrou em defender suas ideias junto aos atores políticos, para inserir o tema na agenda, e garantir que o projeto de lei proposto ao Congresso, pelo Executivo, se alinhasse ao conteúdo legislativo que o grupo havia produzido

Nos próximos tópicos, buscaremos argumentar em favor dessa hipótese. Primeiramente, vamos tratar da formação do Consórcio de ONGs feministas e do debate por trás da Lei Maria da Penha. Em seguida, fazemos uma discussão sobre os dois processos em que reconhecemos a atuação do Consórcio, no caso da Lei Maria da Penha: formação da agenda e produção do conteúdo legislativo. Por último, apresentamos as considerações finais.

2. A formação do Consórcio de ONGs feministas e a discussão por trás da Lei Maria da Penha

As organizações envolvidas no Consórcio foram fundadas entre os anos 1989 e 2001: Cfemea⁶ (1989), Cepia⁷ (1990), Themis⁸ (1993), Cladem⁹ (1995), Agende¹⁰ (1998), Advocaci¹¹ (2001). Elas foram criadas, em sua maioria, num momento posterior à promulgação da Constituição de 1988. Além disso, suas integrantes tinham formação jurídica, eram ligadas historicamente ao movimento feminista, mas também ao Estado, através da atuação, de algumas delas, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e do trabalho na constituinte. Trata-se de instituições que acumularam, ao longo dos anos 90, expertise jurídica nas áreas dos direitos humanos e da mulher, além do acesso às arenas formais globais e nacionais (Maciel, 2011). Suas atividades de trabalho incluem: consultoria técnica em projetos e ações específicas, *lobby* no Legislativo e Executivo federais, propositura de projetos de lei e de políticas públicas de igualdade de gênero, capacitação de agentes estatais das redes de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual, etc.

⁶ Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

⁷ Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia).

⁸ Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

⁹ Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (Cladem).

¹⁰ Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende).

¹¹ Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (Advocaci).

A motivação da formação do Consórcio foi causada por vários fatores, e segundo afirma Iáris Cortes, integrante do Cfemea, “a ideia de uma lei de combate à violência doméstica estava no imaginário feminista desde sempre” (Sarmiento, 2013, p.44). A entrevistada indica, também, que o parecer da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sobre o caso Maria da Penha foi um instrumento importante “para acelerar o processo de elaboração de uma lei específica que, há quatro décadas era esperada pelo movimento” (Idem, ibidem).

Numa tentativa de elencar os fatores que mobilizaram a formação do grupo, vamos mencionar os pontos citados nas entrevistas, realizadas com integrantes do Consórcio (Entrevistas 2, 3 e 4)¹². Trata-se de um processo antigo, de acúmulo feminista, que foi ganhando vários impulsos ao longo do caminho. Um primeiro impulso foi o projeto de lei contra a violência familiar elaborado por Sílvia Pimentel¹³ e Maria Inês Pierro, na década de 90, apresentado pela Deputada Maria Luiza Fontenele (PSB-CE), que acabou arquivado¹⁴. O segundo foi originado dos efeitos negativos trazidos pela aplicação da Lei 9.099/95, aos casos de violência contra as mulheres, e o conflito dessa norma com os princípios defendidos pela Convenção de Belém do Pará¹⁵, incorporada pela legislação brasileira, em 1995. O terceiro impulso foi o caso Maria da Penha e a decisão proferida, em 2001, pela Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), que teve uma repercussão nacional muito forte. Um quarto impulso foi o veto presidencial, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ao projeto de lei apresentado pela deputada Jandira Feghali¹⁶(PCdoB-RJ). Trata-se da proposição mais ampla, sobre violência doméstica, que havia sido apresentada desde a Constituinte. Esse veto motivou um estudo do Cfemea, sobre os projetos de lei em tramitação, que foi uma das bases para a proposta legislativa elaborada pelo Consórcio. O quinto impulso foi a criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), no início do governo Lula, em 2003. E o último impulso foi o próprio trabalho comum das organizações, e a percepção de que aquele era um momento favorável para escrever e apresentar a proposta legislativa.

¹² Essas entrevistas foram realizadas sob confidencialidade junto as integrantes do Consórcio. Demais informações sobre o questionário utilizado, bem como o processo de seleção das entrevistadas, podem ser encontradas na pesquisa de mestrado (Carone, 2017).

¹³ Sílvia Pimentel integrou o consórcio de ONGs, que atuou no caso da Lei Maria da Penha, representando o Cladem.

¹⁴ Disponível em: <goo.gl/OfR0E3>. Acesso em 5 out. 2016.

¹⁵ A Convenção de Belém do Pará foi elaborada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e trata-se do único instrumento internacional voltado para tratar a violência de gênero, definida como “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no âmbito privado” (Barsted, 2011, p.21).

¹⁶ Disponível em: <goo.gl/VaYalY>. Acesso em 5 out. 2016.

Dentre todos os fatores mencionados acima, uma das entrevistadas descreve como os efeitos negativos da aplicação da Lei 9.099/95, nos casos de violência doméstica, motivou a formação do Consórcio. Enquanto advogada, ela relata que as saídas de enfrentamento a violência, propiciadas pela Lei dos Juizados Especiais Criminais, não eram satisfatórias para as mulheres que ela atendia na Themis (Entrevista 2). Além disso, a entrevistada alega que a Convenção de Belém do Pará, embora ratificada pelo Brasil, não era reconhecida pelo poder judiciário. Nesse sentido, as feministas atuantes nas ONGs do Consórcio tinham, em comum, um incômodo e certa resistência a lei vigente, mas não tinham alternativas, pois não havia, até aquele momento, uma legislação que tratasse da violência doméstica e familiar contra as mulheres de maneira ampla e integral (Santos, 2010).

Levando em conta o acúmulo feminista das representantes do Consórcio e os impulsos que foram se somando, quando esse grupo se forma, a questão do conflito legislativo era muito presente para as organizações envolvidas. Existiam duas normas que, aplicadas ao tema da violência contra a mulher, ofereciam interpretações divergentes: a Convenção do Belém do Pará, ratificada pelo governo brasileiro, e a Lei 9.099/95 que criou os Juizados Criminais. Isso porque a Convenção e uma série de instrumentos internacionais consideram a violência contra a mulher uma violação de direitos humanos, ou seja, um crime de grande gravidade. No entanto, a Lei 9.099/95 que incorporou tipos penais, comumente, praticados contra as mulheres - como lesão corporal leve e ameaça - considerava tais delitos como crimes de menor potencial ofensivo.

Esse conflito é o núcleo do debate ocorrido entre o movimento feminista, os operadores jurídicos e os atores políticos que apoiavam cada grupo. Nesse contexto, dois dos pontos mais relevantes defendidos pelo Consórcio eram: a não aplicação da Lei 9.099, no tratamento da violência doméstica cometida contra as mulheres¹⁷, e a criação de Varas Especializadas para julgar esses casos, com competência cível e criminal. Sobre o segundo ponto, o grupo defendia a unificação, em um mesmo juízo, das matérias de cunho civil e penal que, tradicionalmente, eram tratadas de forma separada pelo poder judiciário brasileiro (Romeiro, 2009). Essa medida era indispensável a eficácia social da lei, considerando que a violência doméstica contra a mulher não se restringe a violência física, mas inclui também outras formas de violência, como a violência patrimonial, por exemplo.

¹⁷ Dentre as principais críticas das feministas sobre a Lei 9.099, citamos: o despreparo dos conciliadores para lidarem com as questões de gênero; a visão tradicional da Justiça sobre a função social da família; a estipulação de simples multas no combate à violência, como as cestas básicas; e a definição de violência de menor potencial ofensivo, em desacordo com as prerrogativas defendidas pelos instrumentos jurídicos internacionais, dos quais o Brasil é signatário (Calazans e Cortes, 2011; Campos, 2004; Romeiro, 2009).

Do outro lado, os operadores jurídicos questionavam a atribuição exclusiva da mulher, ao papel de sujeito passivo de relações violentas. Eles criticavam a premissa, que exclui a possibilidade, de que os homens também ocupem esse papel. Nessa visão, um dos argumentos utilizados pelos representantes do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) era que, entre pares que mantêm relações de afetividade, a especificidade de uma lei para as mulheres feria “o princípio da igualdade proposto pela Constituição Federal de 1988” (Romeiro, 2007, p.89). Além disso, duas outras críticas são defendidas pelos operadores jurídicos. Uma delas recai sobre a não aplicação da Lei 9.099/95 e a penalização, via encarceramento, sobre os delitos de violência doméstica contra a mulher, deixando de lado a perspectiva da conciliação. Outro ponto está relacionado a interferência da lei na organização jurídica de estados e municípios. Isso porque o artigo 33, da Lei Maria da Penha, prevê que as Varas Criminais julguem os crimes de violência doméstica contra a mulher, acumulando competências cível e criminal, enquanto não sejam estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Segundo relatório do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje) é “absolutamente inconstitucional qualquer interferência sobre a organização judiciária dos Estados e do Distrito Federal” (Idem, 2009, p. 67).

Essas divergências entre o Consórcio e os representantes do Fonaje perpassam todo o processo de produção da Lei Maria da Penha, desde o Grupo de Trabalho Interministerial¹⁸ (GTI) até a discussão do projeto no Senado Federal. No GTI, os próprios operadores jurídicos defenderam esses pontos, em discussão com representantes do movimento feminista e demais atores governamentais. Ao longo do processo legislativo, os posicionamentos dos dois grupos se refletiram nas visões dos parlamentares, que reproduziram muitos dos questionamentos trazidos tanto pelos operadores jurídicos, como pelo Consórcio de ONGs feministas.

Levando isso em conta, vamos abordar no próximo tópico a atuação do Consórcio sobre a fase inicial da produção da política, trazendo o tema da violência doméstica para ser deliberado na arena legislativa.

3. A atuação do Consórcio na formação da agenda

Em 2001, um acontecimento importante tornou pública a necessidade de o governo repensar a forma como a violência doméstica estava sendo tratada pelo Estado

¹⁸ Por meio do decreto presidencial nº 5.030, de 31/03/2004, o GTI foi instituído para elaborar proposta legislativa com o intuito de coibir a violência doméstica, sob coordenação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM). Disponível em: <goo.gl/GCGGYS>. Acesso em 15 jun. 2016.

(Sarmiento, 2013). A decisão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos¹⁹ (CIDH) sobre o caso Maria da Penha condenou o Brasil pela omissão, tolerância e impunidade nos casos de violência doméstica contra a mulher, impulsionando uma mobilização nacional sobre o tema (Maciel, 2011). Inicialmente, essa decisão não surtiu efeito imediato, mas a recomendação do Comitê da CEDAW²⁰, em 2003, para que o governo brasileiro elaborasse uma legislação sobre violência doméstica (Santos, 2010), aliado à mobilização por parte do movimento, evidenciaram o problema. O governo reconhecia a pressão do movimento feminista sobre o tema da violência contra a mulher, durante as últimas décadas, para que o Estado assumisse o seu papel no enfrentamento dessa questão (Brasil, 2006).

A própria criação da Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM), comprometida com a igualdade de gênero, refletia essa preocupação. A agência foi criada pelo governo Lula, em 2003, por meio de uma medida provisória, posteriormente convertida em lei. A SPM era vinculada ao gabinete presidencial e sua liderança tinha status de ministro (a), o que representava um avanço em relação as agências, anteriormente criadas a nível federal (Bohn, 2010). Seu objetivo era desenvolver ações conjuntas, com os demais Ministérios e Secretarias, incluindo as especificidades das mulheres nas políticas públicas executadas pelo governo federal. Para Santos (2010), a criação da agência permitiu a possibilidade de alianças entre governo e as ONGs feministas. A percepção de uma das entrevistadas sobre a SPM era de um ministério recente, com estrutura pequena, mas composto de muitas burocratas vinculadas ao movimento feminista (Entrevista 4). É citado o nome da assessora parlamentar da SPM à época, Regina Dantas, que vinha do movimento feminista, como um ponto focal importante, por isso, havia a ideia de se construir a legislação em parceria. Desse modo, com a percepção política de que havia um clima favorável (Entrevistas 1 e 2), o Consórcio compartilha sua visão sobre o problema e aponta alternativas, encontrando interlocutores tanto na arena legislativa quanto no Executivo.

De acordo com a ministra Nilcéa Freire, essa agenda se inicia com a articulação do Consórcio, que apresenta sua minuta de anteprojeto tanto a bancada feminina, como

¹⁹ A decisão da CIDH sobre o caso Maria da Penha Maia Fernandes pode ser consultada em: <goo.gl/xLzVQX>. Acesso em 5 mai. 2016.

²⁰ A sigla Cedaw significa Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women, traduzida em português por, Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Essa convenção foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1979, e ratificada pelo Brasil, em 1984. Ela define a violência contra a mulher como um ato de discriminação, pois prejudica o pleno exercício dos seus direitos fundamentais.

ao Executivo²¹. Entre 2001 a 2003, houve o processo de elaboração de uma proposta legislativa pelo Consórcio que durou, pelo menos, dois anos. Os registros indicam que em novembro de 2003, a minuta elaborada pelo Consórcio foi apresentada a bancada feminina da Câmara, num seminário sobre violência doméstica²².

O Seminário foi realizado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), através do requerimento da deputada Iriny Lopes (PT-ES). A deputada explica que se constituiu, dentro da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, alguns subgrupos de trabalho e um deles tratava da violência doméstica, do qual ela era relatora. Segundo ela, a expectativa do evento era trazer ideias e proposições que ajudassem os parlamentares na aprovação das leis sobre a violência doméstica contra as mulheres. Em resumo, a minuta de anteprojeto apresentada pelo Consórcio, nesse Seminário, continha as seguintes propostas:

- a) conceituação da violência doméstica contra a mulher com base na Convenção de Belém do Pará, incluindo a violência patrimonial e moral;
- b) criação de uma Política Nacional de combate à violência contra a mulher;
- c) medidas de proteção e prevenção às vítimas;
- d) medidas cautelares referentes aos agressores;
- e) criação de serviços públicos de atendimento multidisciplinar;
- f) assistência jurídica gratuita para as mulheres;
- g) criação de um Juízo Único com competência cível e criminal através de Varas Especializadas, para julgar os casos de violência doméstica contra as mulheres e outros relacionados;
- h) não aplicação da Lei 9.099/1995 – Juizados Especiais Criminais – nos casos de violência doméstica contra as mulheres. (Calazans e Cortes, 2011, p.44)

É interessante notar a participação do Consórcio nesse seminário, com a pauta de apresentar sua proposta legislativa sobre o tema da violência doméstica, principalmente, porque a participação de membros da sociedade civil como expositores, nesses eventos, depende de um convite por parte dos parlamentares. Ao questionarmos as entrevistadas sobre como se deu essa oportunidade, uma delas respondeu “a gente já estava dentro” (Entrevista 3). Outra complementou que as organizações feministas, como o Cfemea, são sempre chamadas pela bancada feminina para participar das pautas do Congresso em relação as mulheres (Entrevista 4).

²¹ Fala da Ministra Nilcéa Freire, no Seminário Violência Contra a Mulher: Um Ponto Final, realizado para debater o PL nº 4559, de 2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ocorrido em 16 de agosto de 2005. Disponível em: <goo.gl/SIFeX5>. Acesso em 10 jun. 2016.

²² O arquivo sonoro do seminário em que o Consórcio apresenta a minuta à bancada feminina da Câmara está disponível em: <goo.gl/jEvq3x> (manhã) <goo.gl/dH6FFc> (tarde). Acesso em 10 jun. 2016.

No próprio Seminário, as parlamentares discutiram sobre formas de apresentação da proposta legislativa, elaborada pelo Consórcio, ao Congresso. Ao final, Calazans e Cortes (2011) relatam que se chegou ao consenso de que a proposta deveria ser feita pelo Executivo. O principal motivo apontado pelas autoras é o fato de que o projeto incluía a criação de despesas cuja competência cabe ao Executivo - como, por exemplo, a criação de Varas Especializadas para julgar os casos de violência doméstica. Desse modo, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) se engajou na questão “prontificando-se a dar andamento ao projeto no menor espaço de tempo possível” (Ibidem, p.45).

A partir de dezembro de 2003, uma das organizações integrantes do Consórcio passa a receber um financiamento da SPM, por meio de um convênio, cujo objetivo principal era produzir um anteprojeto de lei sobre violência doméstica contra a mulher²³. Posteriormente, todo o material produzido através do convênio foi, oficialmente, entregue a SPM em março de 2004. Esse material foi utilizado como subsídio nas discussões do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

O Grupo de Trabalho Interministerial foi criado para elaborar o projeto de lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, por iniciativa da ministra Nilcéa Freire (SPM). Foram envolvidos nessa discussão representantes de diversos ministérios, além de grupos da sociedade civil como o Consórcio de ONGs feministas; Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB); Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e o Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje). O Consórcio se envolve nas discussões que acabam por definir o conteúdo do projeto que será apresentado pelo Executivo. A proposta legislativa, elaborada e aprimorada pelo Consórcio serve de insumo para o produto final do GTI, apresentado ao Congresso por meio do projeto de lei 4.559/2004²⁴. Entretanto, em alguns pontos importantes da discussão, o *lobby* do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje), acaba por sair vitorioso, por isso, a estratégia do grupo é reverter esses pontos na discussão no Legislativo. É importante dizer que antes do projeto de lei chegar ao Congresso, tanto o Consórcio quanto o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher receberam a versão final do texto e a sinalização da SPM foi que “as discussões e a negociação dos pontos divergentes poderiam ser feitas no âmbito do Legislativo” (Barsted, 2007, p. 133).

²³ Trata-se do convênio 023/2003, realizado entre o Cfemea e a SPM, no período de 10/12/2003 a 10/11/2004. O relatório final desse convênio foi obtido pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e está disponível como anexo da dissertação de mestrado (Carone, 2017).

²⁴ Os dados da tramitação da Lei Maria da Penha, no Legislativo, estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados, como o PL 4.559/04, e no Senado Federal, como o PLC 37/2006. As fichas de tramitação dos projetos estão disponíveis em: <goo.gl/Hy5Aut> (Câmara dos Deputados) e <goo.gl/ghZWNv> (Senado Federal). Acesso em 13 jun.2016.

Em suma, tudo indica que foi o grupo quem, primeiramente, propôs o anteprojeto de lei de violência doméstica contra a mulher aos atores políticos, de forma a inserir o tema na agenda política. Apresentamos abaixo, uma tabela da sequência dos fatos.

Quadro 1: Cronologia da apresentação do PL 4.559/2004 ao Legislativo federal

Período	Descrição
2001/2003	Consórcio se articula em 2001, e ao longo de dois anos de reuniões e estudos, elabora minuta de anteprojeto sobre violência doméstica contra a mulher. A coordenação do grupo ficou sob responsabilidade do Cfemea, por estar sediado em Brasília, e pela experiência da organização em <i>advocacy</i> ²⁵ no Legislativo e Executivo.
Novembro/2003	Consórcio apresenta sua minuta de anteprojeto num seminário sobre Violência Doméstica, realizado na Câmara dos Deputados.
Dezembro/2003 a Novembro/2004	SPM e Cfemea realizam um convênio, cujo objetivo principal era a produção de um anteprojeto de lei sobre violência doméstica contra a mulher. Em março de 2004, as organizações apresentam sua proposta legislativa a ministra da SPM.
Março/2004	Criação do Grupo de Trabalho Interministerial, sob coordenação da SPM, cuja finalidade era elaborar projeto de lei para coibir a violência doméstica contra a mulher. O anteprojeto produzido pelo Consórcio é o documento base da discussão do GTI, em que as organizações também participam, pautando o debate.
Dezembro/2004	Executivo apresenta ao Congresso o projeto de lei 4.559/2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do artigo 226 da Constituição Federal.

Fonte: Elaboração própria

Como já apontamos, a participação do Consórcio tanto no seminário da Câmara, quanto no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) depende de um convite por parte dos atores políticos, o que denota o trânsito dessas organizações no parlamento. Além do trânsito, nos termos de Kingdon (2003 apud Capella, 2006), isso mostraria o reconhecimento de que o Consórcio integra uma comunidade de políticas (*policy communities*) sobre o tema.

²⁵ O entendimento acerca do que é *advocacy* e a forma com que essa ação estratégica é realizada está explicitada na publicação intitulada “Incidência Política do Cfemea – dinâmicas e reflexões”, disponível no site (goo.gl/7ZgTG7). Em resumo, para a organização, *advocacy* pressupõe ação coletiva, pública e política com a finalidade de promover conquistas mais justas e democráticas que beneficiem a sociedade em geral. A partir disso a organização desenvolve, desde suas origens, sistemas de acompanhamento e monitoramento das normas produzidas pelo Congresso Nacional que têm impacto nos direitos e na vida das mulheres, além da elaboração de propostas e encaminhamento de demandas.

O próprio convênio realizado entre SPM e Cfemea também corrobora para esse entendimento, uma vez que a agência estatal fez repasse de recursos financeiros, para uma das organizações integrantes do Consórcio, com o objetivo principal de que as organizações se dedicassem a produzir o anteprojeto de lei sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal anteprojeto, como já destacamos, é usado como subsídio para as discussões ocorridas no GTI.

Desse modo, quando a agenda chega ao Congresso como o PL 4.559/04, ela já havia sido construída com base no que o grupo havia pautado, tanto no Legislativo, quanto no Executivo. Os principais termos da discussão foram trazidos pelo Consórcio e eles giram em torno, principalmente, da não aplicação da Lei 9.099/95 e da criação dos Juizados de Violência Doméstica com competência cível e criminal. Sobre o primeiro ponto, a ministra afirma que o principal conflito ocorrido no GTI foi sobre a Lei 9.099/95²⁶.

Nesse sentido, o grupo chamou atenção das autoridades para o tema, sendo reconhecidos como especialistas na temática. Além de oferecer insumos técnicos que serviram de argumento aos atores políticos, o Consórcio produziu o próprio conteúdo legislativo que serviu de base para o projeto de lei apresentado pelo Executivo. Na própria exposição de motivos²⁷, apresentada pela ministra da SPM junto ao PL 4.559/04, observamos o reconhecimento do grupo no processo, trazendo a questão ao governo. Essa informação é também reforçada no relatório institucional da SPM:

Um consórcio de organizações não-governamentais (Advocaci, Agende, Cladem, Cfemea, Cepia e Themis) entregou uma primeira proposta à SPM, que dando consequência às discussões, coordenou um grupo de trabalho plural – governo e sociedade civil, realizou consultas técnicas e políticas e chegou a um resultado na forma de um projeto de lei que foi encaminhado pela SPM ao Congresso Nacional, em 25 de novembro de 2004 (Brasil, 2006, p. 24).

Analisando o exposto nos termos de Kingdon (1995; 2003 apud Capella, 2006), consideramos que a repercussão contínua do caso Maria da Penha, em um dado momento, atraiu atenção do governo. Inicialmente, a decisão da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), em 2001, não surtiu efeito imediato, mas a recomendação do Comitê Cedaw, em 2003, aliado à mobilização por parte do movimento (Maciel, 2011) evidenciaram o problema. Nesse contexto, a criação da SPM abre uma janela de oportunidade (Kingdon, 2003 apud Capella, 2006) para o Consórcio agir. Diante dessa oportunidade, o Consórcio enquadrado o problema e

²⁶ Fala da Ministra da SPM, Nilcéa Freire, na Audiência Pública realizada para debater o PL nº 4559, de 2004, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ocorrida em 26 de abril de 2005. Disponível em: <goo.gl/HO8Ki1>. Acesso em 10 jun. 2016.

²⁷ Disponível em: <goo.gl/phqJdb>. Acesso em 5 out. 2016.

apresentou uma solução, difundindo suas ideias nas arenas institucionais, enquanto parte da comunidade de políticas (*policy communities*).

Em suma, o Consórcio conseguiu capturar a atenção dos atores políticos completando com sucesso os pré-requisitos que fazem com que determinada condição seja vista como um problema e ascenda para a agenda de decisões (Kingdon, 1995). Do ponto de vista político, destacamos a receptividade da SPM, ao tema, sua articulação com a bancada feminina do Congresso e com as organizações do movimento feminista (Brasil, 2006; Pinheiro, 2010; 2015).

No próximo tópico, vamos abordar a atuação do Consórcio sobre a produção do conteúdo legislativo da Lei Maria da Penha.

4. A atuação do Consórcio sobre o conteúdo legislativo da Lei Maria da Penha

Ainda que de modo geral, o projeto de lei apresentado pelo Executivo (PL 4.559/04) tenha incorporado grande parte das propostas apresentadas pelo Consórcio (Calazans e Cortes, 2011), a SPM cedeu ao lobby dos juizes. A Secretaria Especial de Política para as Mulheres (SPM) acolheu as objeções dos operadores jurídicos, mantendo os crimes de violência doméstica sob a égide da Lei 9.099/95, ainda que com algumas adaptações (Lavigne, 2011). Esses crimes continuariam a ser julgados, separadamente, pelos Juizados Especiais Criminais e os Juizados Especiais Cíveis, enquanto não fossem criados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar. Ambas as propostas colidiam com os pontos defendidos pelo Consórcio, e apresentados ao Executivo, mesmo antes do início da tramitação do projeto. Em suma, o projeto apresentado pelo Executivo, ao Congresso, estava em desacordo com alguns pontos defendidos pelo Consórcio e, em contrapartida, atendendo aos anseios dos representantes dos Juizados Especiais Criminais, presentes no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

Na visão das representantes do Consórcio era esperado que o texto apresentado pelo grupo fosse modificado, a partir do momento, que ele fosse discutido num grupo mais amplo e com a presença dos operadores jurídicos (Entrevistas 3 e 4). O Consórcio tinha voz no Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), mas enfrentava resistências e críticas ao documento apresentado. Por isso, o texto final refletiu esses embates dando vantagem aos representantes do Fórum Nacional de Juizados Especiais (Fonaje). Apesar disso, as entrevistadas acreditavam que a derrota no GTI poderia ser revertida no Legislativo, que é um campo onde o grupo sabe atuar (Entrevista 1).

A partir do momento que o projeto é apresentado pelo Executivo ao Congresso, muito da atuação do Consórcio, ao longo da tramitação da matéria, ocorreu dentro das

comissões pelas quais o projeto passou, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal²⁸. Essa atuação se deu, principalmente, através do contato com as relatoras do projeto. O grupo atuou ao longo dos processos decisórios, que ocorreram nas Comissões, mobilizando diversas estratégias e repertórios com o intuito de defender alguns pontos essenciais no conteúdo da lei que estava em discussão.

Nas comissões, o relator é o parlamentar designado para apresentar parecer sobre matéria de competência do colegiado. Com base num parecer, cabe ao relator sugerir a rejeição ou aprovação da matéria, além de acatar ou rejeitar emendas ao projeto, apresentadas por outros parlamentares. Na elaboração do parecer, o relator tem liberdade para emendar ou mesmo alterar o projeto original. Se o seu parecer é aprovado pelo plenário da comissão, em todos os seus termos, transforma-se no parecer do colegiado. Se ao parecer forem sugeridas alterações, com as quais o relator concorde, é atribuído um prazo, até a reunião seguinte, para a redação do novo texto. Se o voto do relator não for adotado pela comissão, a redação do parecer vencedor será feita pelo relator substituto²⁹.

Ao analisar os projetos de iniciativa do Executivo alterados pelo Legislativo³⁰, Freitas (2016) aponta que essas alterações são coordenadas pela coalizão no interior da arena legislativa. Elas ocorrem, principalmente, nas Comissões Parlamentares e o relator, normalmente, um membro do partido da coalizão, representa esse papel de coordenador de preferências. Para Santos e Almeida (2005) além das funções regimentais pré-determinadas, o relator encarna a figura do agente informacional da comissão, cuja atribuição consiste na coleta e divulgação de informação sobre as consequências da proposta de política pública a ser analisada. No que tange as comissões, Junqueira (2016) indica o sistema de comissões brasileiro como peça chave do processo decisório. A autora advoga, em resumo, que as comissões servem a produção de informação, sobre os projetos em discussão, e a ação partidária.

Partindo dessas premissas, no caso do Consórcio, a interação com a arena legislativa se deu pelo ponto de acesso estratégico, com maiores chances de sucesso, do ponto de vista institucional. Atuar ao longo da tramitação, dentro das comissões, e próximo

²⁸ Ao longo do processo legislativo, a proposição tramitou na Câmara dos Deputados, como PL 4.559/04, por três Comissões: Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), Comissão de Finanças e Tributação (CFT), Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). No Senado, o projeto que vem da Câmara torna-se o PLC 37/2006, tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

²⁹ Essas disposições foram extraídas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (Brasil, 2011). No artigo 57, incisos XI e XII estão previstas normas relativas ao trabalho do relator nas comissões.

³⁰ O universo de análise da pesquisa foram os projetos, de iniciativa do Executivo, que sofreram algum tipo de veto, parcial ou total. Esse critério foi escolhido por entender que são essas as matérias mais conflituosas, ou as únicas, onde o conflito entre Executivo e Legislativo é explícito e mensurável. O período inclui as matérias, com origem no Executivo, que foram apresentadas e aprovadas entre 01/01/1995 (início do governo Fernando Henrique Cardoso) e 31/12/2010 (final do governo Lula).

das relatoras se mostrou um ótimo meio de levar suas demandas para o Legislativo. Até aqui, apontamos que o Consórcio pautou a agenda e produziu conteúdo legislativo, que serviu de insumo para o PL 4.559/04. No entanto, para afirmarmos que a atuação do Consórcio incidiu sobre o conteúdo legislativo da Lei Maria da Penha, temos alguns desafios pela frente.

Se a interação dos atores sociais com atores políticos nos processos de produção de políticas públicas é uma realidade, a literatura interessada em compreender as consequências da ação dos movimentos sociais, sobre as políticas públicas, se defronta com diversos desafios metodológicos. Mencionamos aqui, os desafios referentes a dificuldade de se atribuir ao movimento determinado resultado na política, ou seja, o problema de se aferir efeito causal (Tatagiba e Teixeira, 2016). Ao transferir esses desafios, ao nosso caso, a pergunta é: como garantir que um resultado político, favorável ao Consórcio, não seja apenas produto da coincidência de preferências entre os atores sociais e os atores políticos, envolvidos na produção da política?

Nesse caso, adotamos a saída proposta por Mancuso (2007), que nos permite reconhecer que o Consórcio foi bem-sucedido na produção da política, pelo fato da lei promulgada convergir com o conteúdo legislativo defendido e produzido pelo grupo, em ao menos, dois pontos chave: i) não aplicação da Lei 9.099/95, nos casos de violência doméstica contra a mulher; ii) criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, com competência cível e criminal.

Essa convergência se explica, em parte, pela atuação do Consórcio sobre o conteúdo das propostas elaboradas por representantes do Legislativo (Amenta et al, 2010), ao longo do processo. O grupo participou ativamente da formulação dos pareceres das comissões através, principalmente, da produção de informação junto aos relatores, atuando como um agente informacional (Santos et al, 2016).

Essas análises seguem o modelo apresentado por Zampieri (2013). Segundo ele, as ações de influência e defesa de interesses nas comissões podem ser estabelecidas em três momentos de decisão: definição de relatoria; formulação do parecer pelo relator; e definição do posicionamento da comissão.

No momento da definição do relator, as ações possíveis se restringem ao convencimento dos atores políticos. Ao influenciar o presidente da comissão, os atores podem indicar um deputado (a) para a função de relator, cujas ideias se alinhem com as do grupo de pressão.

Durante a formulação do parecer, as ações são realizadas com mais facilidade pelos grupos. Eles têm a oportunidade de apresentar seu posicionamento ao relator “sob a forma de petições, memoriais ou pareceres que são empregados junto aos deputados

federais, na tentativa de adequar o texto da proposição aos interesses defendidos” (Aragão, 1994 apud Zampieri, 2013, p. 133).

No momento do posicionamento da comissão, a ação do partido tem maior influência, por isso, os grupos de pressão atuam no sentido de convencer, os membros da comissão, a votar pela aprovação ou rejeição do parecer do relator, a depender de como seus interesses se adequam ou não ao texto.

A partir dessa discussão, apresentamos na página seguinte um quadro em que relacionamos a atuação do Consórcio, em cada comissão, e o principal resultado alcançado, do ponto de vista das demandas do grupo. As informações sobre a atuação do Consórcio nas Comissões foram coletadas: i) através dos dados sobre a tramitação do projeto, disponível nos sites da Câmara dos Deputados e Senado Federal e ii) por meio das entrevistas realizadas junto a representantes do Consórcio e do Legislativo federal. Sobre os principais resultados deliberados nas Comissões, extraímos essa informação dos textos aprovados em cada colegiado, também disponibilizados nos sites das Casas Legislativas.

Quadro 2: Resultados do processo decisório, por Comissão Parlamentar, relacionados a atuação do Consórcio

Instância/interlocutor	Momento da atuação do Consórcio	Repertórios mobilizados pelo Consórcio	Principais resultados deliberados nas Comissões
CSSF/CD – deputada Jandira Feghali – PCdoB/RJ (relatora)	Formulação do parecer da relatora	<ul style="list-style-type: none"> Definição conjunta, com a relatora, sobre as estratégias de atuação ao longo da tramitação do projeto. Participação nas audiências públicas, nos Estados, e articulação com redes locais para garantir a presença dos movimentos, nas audiências. Participação no grupo de apoio e assessoria, ao trabalho da relatora, e atuação conjunta na redação do parecer. Apoio na organização de Seminário e participação de representantes do Consórcio, como palestrantes. Participação em reunião, com a ministra da SPM, juntamente com demais integrantes do grupo de apoio e assessoria, para definir o conteúdo final do parecer. 	<ul style="list-style-type: none"> Afasta-se a aplicação da Lei 9.099/95 dos casos de violência doméstica. É mantida a criação dos Juizados de Violência Doméstica e os julgamentos dos crimes de violência doméstica contra a mulher são direcionados as Varas Criminais. Essas varas acumulam competências cíveis, além das criminais, para julgar os casos enquanto não fossem criados os Juizados.
CFT/CD – deputada Yeda Crusius – PSDB/RS (relatora)	Formulação do parecer da relatora	<ul style="list-style-type: none"> Participação nas reuniões da Comissão. Negociação com a relatora sobre conteúdo do parecer. 	<ul style="list-style-type: none"> Alterações pouco significativas no texto do projeto.
CCJC/CD – deputado Antonio Biscaia – PT/RJ (presidente da Comissão)	Posicionamento da Comissão	<ul style="list-style-type: none"> Uso de contato pessoal para negociação, com o presidente da Comissão, sobre pontos divergentes do projeto. Contato direto com assessor parlamentar, da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), que também negociou com os deputados resistentes sobre alguns pontos do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Mantém a exclusão da Lei 9.099/95 (havia resistência). Mantém a criação dos Juizados de Violência Doméstica e a solução temporária de que seus julgamentos sejam feitos nas Varas Criminais (havia resistência).
CCJ/SF – senadora Lúcia Vânia – PSDB/GO (relatora)	Formulação do parecer da relatora	<ul style="list-style-type: none"> Participação no grupo de apoio, ao trabalho da relatora, e atuação conjunta na redação do parecer sobre o projeto. Articulação local, junto ao movimento de mulheres, para pressionar parlamentar (senador Demóstenes Torres) que discordava de alguns pontos do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> Alterações pouco significativas no texto do projeto (apenas emendas de redação, para corrigir vícios no texto).

Fonte: Elaboração própria

No quadro 2, verificamos que o Consórcio atuou em peso junto a relatora da Comissão de Seguridade Social e Família, cujo partido pertencia a coalizão do governo³¹. A própria deputada, Jandira Feghali, reconhece o papel do grupo ao afirmar que, sem a contribuição do Consórcio, conquistas importantes não teriam se efetivado na lei promulgada como, por exemplo, a não aplicação da Lei 9.099/95 (Entrevista 6). Outros casos em que a atuação do grupo, junto as reladoras, ficou evidente foram nas Comissões de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados; e Constituição, Justiça e Cidadania, do Senado Federal.

Na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, a atuação do grupo foi mais no sentido de neutralizar posições contrárias, de parlamentares, em relação a pontos inegociáveis do texto. Algumas dessas posições eram representadas pelo próprio presidente do colegiado³². Desse modo, uma das integrantes do Consórcio, que tinha acesso a ele, buscou reverter essas posições. Além disso, elas tiveram o apoio de um assessor parlamentar do PT (Partido dos Trabalhadores), que estava envolvido com o projeto desde a sua redação. Ou seja, aqui, a atuação do grupo se concentrou mais no momento da definição do posicionamento da Comissão.

A tramitação nas demais comissões manteve as alterações realizadas ao longo do processo legislativo, favoráveis ao Consórcio, em relação aos dois pontos principais já mencionados. Nesse sentido, reconhecemos que consta no texto da lei promulgada parte importante das reivindicações feitas pelo Consórcio, ao longo da produção da política. Um desafio, como já citamos, é saber que variáveis explicam esse resultado. A atuação do Consórcio nos pareceu uma condição necessária para que determinados pontos fossem incluídos, no texto final da lei. No entanto, é importante lembrar que as alterações feitas numa proposição ao longo do processo legislativo, só serão de fato incluídas no texto da lei, se houver concordância entre o Executivo e a maioria do parlamento (Freitas, 2016). Por esse motivo, o apoio da SPM e a articulação dessa agência com a bancada feminina, também integram os fatores que explicam esse resultado, positivo para o grupo. Em suma, estamos tratando aqui de um processo no qual diferentes causas operam simultaneamente, nesse sentido, consideramos que a atuação do Consórcio parece ser uma delas.

³¹ Ao longo dos dois mandatos do governo Lula, o Pcdob fez parte da coalizão do governo. Além disso, o projeto tramitou ao longo do segundo mandato, e nesse período, a porcentagem de cadeiras da coalizão do governo era majoritária, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Essas informações podem ser confirmadas através dos dados apresentados por Freitas (2016, p.148-9).

³² O deputado Antonio Biscaia (PT-RJ), presidente da Comissão, tinha resistência à exclusão da Lei 9.099/95, como foro de julgamento dos casos de violência doméstica contra as mulheres, e a acumulação de competências cíveis, pelas Varas Criminais, para julgar temporariamente esses delitos.

5. Considerações Finais

Consideramos que esse caso indica que os movimentos sociais precisam ser mais bem observados dentro do jogo legislativo. Assim como os grupos de interesse (Santos et al, 2016), os atores sociais não empenhariam esforços, para atuar na arena legislativa, se não houvesse espaço para a defesa de uma agenda favorável ou para barrar proposições que contrariam seus interesses. É importante ressaltar que, para atuar nesse caso, o Consórcio adaptou suas estratégias e repertórios às condições institucionais próprias dos poderes Executivo e Legislativo (Dowbor et al, 2016).

Ainda assim, é interessante notar que, no âmbito dos estudos legislativos, sabe-se muito pouco sobre a atuação dos atores sociais no parlamento (Santos, 2014). A literatura que estuda a ação dos grupos de interesse, no Congresso, não explora a atuação dos movimentos sociais nessa arena. No mesmo sentido, ocorre com a literatura de movimentos sociais quando Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam que estudos sobre a relação entre movimentos sociais e o Legislativo são raros no Brasil. A produção bibliográfica sobre o tema é escassa, o que influencia na produção de pesquisas mais exploratórias e descritivas, como é o caso desse trabalho. Apesar disso, esse caso nos parece indicar que a atuação dos movimentos sociais produz efeitos importantes sobre a produção de políticas públicas.

6. Referências Bibliográficas

- ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. (2014) Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. Dados, vol. 57, nº2, pp. 325-357.
- AMENTA, E.; CHIARELLO, E.; SU, Y. (2010) The political consequences of social movements. Annual Review of Sociology, 36, pp. 14.1-14.21.
- BARSTED, L.L.; LAVIGNE, R. R. (2002) Proposta de Lei de Violência Doméstica contra as Mulheres. Carta da Cepia. Ano VIII, nº 10, pp. 8-9. Disponível em: <goo.gl/XxcosP>. Acesso em 20 nov. 2016
- _____. (2007) A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil. In: ALMEIDA, S. (org.). Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, pp.119-136.
- _____. (2011) Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, C.H. (org.) Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris.
- BOHN, S.R. (2010) Feminismo estatal sob a Presidência Lula: o caso da Secretaria de Política para as Mulheres. Revista Debates, v. 4, n. 2, pp. 81-106.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. (2006) Memória 2003 - 2006: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/Presidência da República. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. (2011) Regimento Interno da Câmara dos Deputados, 9ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara.

CALAZANS, M.; CORTES, I. (2011) O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C.H. (org.) Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris.

CAMPOS, C.H.(2001) Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, C.; PINTO, C.R. (orgs.), Tempos e lugares de gênero. São Paulo: Editora 34 e Fundação Carlos Chagas, pp. 301-322.

_____. (2004) Justiça consensual, violência doméstica e direitos humanos. In: STREY, M.N.; AZAMBUJA, M.P.R.; JAEGER, F.P. (orgs.) Violência, gênero e políticas públicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 63-84.

CAPELLA, A. C. N. (2006) O processo de agenda-setting na reforma da administração pública (1995-2002). Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CARONE, R.R. (2017) Como o movimento feminista atua no Legislativo federal?: estudo sobre a atuação do Consórcio de ONGs feministas no caso da Lei Maria da Penha. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, M.C.A (2016) Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: proposições analíticas e desafios metodológicos. In: Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

FIGUEIREDO, A.C.; LIMONGI, F. (1999) Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FREITAS, A. (2016) O presidencialismo da coalizão. Rio de Janeiro: Editora Fundação Konrad Adenauer.

JUNQUEIRA, A. (2016) Desvendando o Papel da Estrutura de Comissões para a atuação da Oposição. In: VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, São Paulo.

KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete.

(2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246).

LAVIGNE, R. M. R. (2011) Caso Fonaje: o ativismo de juízes integrantes do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – Fonaje no processo de elaboração da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C.H. (org.) Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris.

MACIEL, D. (2011) Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da Campanha da Lei Maria da Penha. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, nº 77 pp. 97-112.

MANCUSO, W.P. (2007) O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas/Edusp.

PINHEIRO, M.B. (2010) Os dilemas da inclusão de minorias no parlamento brasileiro: a atuação das frentes parlamentares e bancadas temáticas no congresso nacional. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. (2015) Sobre a relação entre os movimentos feministas e o Estado no Brasil (2003-2014). Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais.

ROMEIRO, J. (2007) A institucionalização das políticas de combate à violência conjugal no Brasil: inovações e controvérsias. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. (2009) A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da violência conjugal no Brasil. In: MORAES, A. F.; SORJ, B. (org.). Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 49-74.

SANTOS, C.M. (2010) Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, 89, pp. 153-170.

SANTOS, F.; ALMEIDA, A. (2005) Teoria informacional e a seleção de relatores na Câmara dos Deputados. Revista de Ciências Sociais, vol.48, nº4, pp. 693-735.

SANTOS, M.L. (2014) Representação de interesses na arena legislativa: os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). Texto para Discussão (IPEA), nº 1975, pp. 7-39.

SANTOS, M.L.; HIGGINS, S.S.; RESENDE, C.A.S. (2016) O lobby dos grupos de interesses na Câmara dos Deputados: acesso e influência no sistema de comissões parlamentares. In: Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. Disponível em: <goo.gl/9xhKR9>. Acesso em 22 nov 2016.

SARMENTO, R. (2013) Entre tempos e tensões: O debate mediado sobre a Lei Maria da Penha (2001-2012). Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A.C. (2016) Efeitos combinados dos movimentos de moradia sobre os programas habitacionais autogestionários. Revista de Sociologia Política, vol.24, nº 58, pp. 85- 102.

ZAMPIERI, E. (2013) Ação dos grupos de pressão no processo decisório das comissões permanentes do Congresso Nacional. E-Legis, nº12, pp. 122-136.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

SEMINÁRIO TEMÁTICO 12

**Sessão 01 | Políticas públicas e instituições
participativas: limites e possibilidades**

Democracia, políticas públicas e conservadorismo: percepções e reações

**KATIA MIKA NISHIMURA (PUCCAMP e UNIFOA)
CAROLINAS RAQUEL DUARTE DE MELLO JUSTO (PGPPOL/UFSCAR)
FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO (CESOP/UNICAMP)**

RESUMO

Democracia, políticas públicas e conservadorismo: percepções e reações

Os dados do ESEB-Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002 apontaram um dos paradoxos da experiência brasileira de apoio à democracia e aos seus procedimentos e a prevalência de posicionamentos, valores, opiniões e atitudes conservadores no âmbito social. Passados alguns anos em que a sociedade brasileira passou a conviver com a publicização de questões antes tomadas como privadas, como os direitos das mulheres e dos grupos LGBT, ou fortemente negadas, como os direitos das populações afro-descendentes; manifestações conservadoras se configuraram como reações ao que antes eram demandas de movimentos sociais organizados e tornaram-se políticas públicas com a criação de secretarias de estado específicas. Para além de um conjunto de regras e procedimentos, interessa conhecer também as diferentes concepções e percepções que estariam vinculadas às noções de democracia nos últimos anos. Qual o peso das políticas públicas voltados a grupos específicos nas manifestações contrárias observadas no contexto recente? A partir de surveys, este trabalho discute as percepções de democracia em um contexto marcado pelas reações à implementação de políticas públicas voltadas a grupos sociais específicos.

PALAVRAS-CHAVE

conservadorismo, políticas-públicas, democracia

Resumo expandido

No início dos anos 90, uma pesquisa do tipo survey realizada em uma grande cidade brasileira mostrou que, para a maioria dos membros dos setores sociais entrevistados, a dimensão mais importante para que um país fosse considerado democrático consistia no tratamento igualitário para todos. O que esses dados também mostraram era que não se tratava de uma oposição dos entrevistados às instituições formais da democracia, mas antes expressava uma crítica ao seu funcionamento e suas práticas. Tendo como uma das preocupações centrais deste trabalho a investigação acerca das concepções de democracia e de cidadania, nas suas dimensões ampliadas, que envolvam práticas e ações, discute-se a existência de práticas e percepções ligadas às concepções de democracia e de cidadania que incorporem também posicionamentos e atitudes democráticos no cotidiano das relações sociais, por um lado, como também interessa saber, por outro, se os elementos que sustentam o autoritarismo social, determinadas práticas sociais e culturais, como o tratamento desigual, estão presentes no cenário recente das últimas eleições nacionais. Os dados da primeira onda do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), pesquisa do tipo survey realizada logo após o pleito nacional de 2002, mostraram que o conservadorismo presente na sociedade brasileira é um fenômeno multidimensional com dimensões distintas. Embora possa se caracterizar um perfil sociodemográfico e socioeconômico do brasileiro conservador, formado pelo sexo masculino, pela baixa escolaridade, menor renda e pelo público de mais idade; é preciso destacar também que, a partir dos dados do ESEB 2002, tais posicionamentos conservadores acerca de temas socioculturais podem ser encontrados em todos os grupos sociais. Considerando esse cenário apresentado pelos dados de 2002, em que se verifica um dos paradoxos da experiência democrática de apoio ao regime político e a prevalência de posicionamentos, valores, opiniões e atitudes conservadores no âmbito social, e o contexto recente marcado pelas discussões acerca de alguns temas que despertam posturas conservadoras, discute-se em que medida o fenômeno identificado como conservadorismo social, apreendido em 2002, pode ser visualizado no cenário político social dos últimos anos, a partir do estudo e análise de dados mais recentes. Um outro elemento que deve ser levado em conta ao tratar dessas temáticas, diz respeito ao fato de que algumas dessas questões foram em um período recente (2003-2014) tomadas pelo governo federal como medidas e objeto de políticas: como a questão do combate ao preconceito e à discriminação racial com a criação da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, a implementação da Lei Federal nº 10.639/03, que torna

compulsório o ensino da história e cultura afro-brasileiras em todos os níveis da educação pública e privada; a questão dos direitos das mulheres e da proteção contra a violência sofrida, com a criação da SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres), com a implementação da Lei Maria da Penha, em 2006, e o recente (9/03/2015) reconhecimento do crime contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, o Femicídio, Lei 13.104/15; o tema da homossexualidade e dos direitos homossexuais, como o reconhecimento da união homoafetiva estável em 5/05/2011 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e o posterior movimento, em 2013, do Conselho Nacional de Justiça em favor do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Com esse posicionamento por parte do governo e de suas instituições, tais questões deixaram de representar apenas demandas de grupos organizados e movimentos sociais, passando a configurar políticas públicas. Verifica-se uma mudança de “estatuto” dessas questões e temas que antes eram demandas e tornam-se políticas públicas. Uma questão, que antes era uma demanda de um determinado grupo social, ao ser transformada em uma política pública, além de ganhar maior visibilidade e ser colocada no centro dos debates, pode também acirrar opiniões e posicionamentos contrários. Assim como pode também contribuir para um debate saudável e necessário em uma sociedade democrática, em que o dissenso pacífico deveria ser a regra.

Introdução¹

Um dos fenômenos que têm marcado a experiência democrática brasileira recente é o paradoxo do apoio à democracia, a preferência pelo regime e a valorização dos seus procedimentos, de um lado, e a persistência de posicionamentos e valores que remetem ao conservadorismo, por outro. Os dados dos ESEB de 2002 permitiram conhecer o quadro de valores associados aos posicionamentos e opiniões conservadoras, em relação às questões do âmbito social, que estava presente no contexto político das eleições nacionais que elegeram Lula presidente (NISHIMURA, 2009).

Passados quase quinze anos, no contexto das jornadas de junho de 2013 e de outras manifestações, o teor autoritário de atitudes em apoio à volta da ditadura e ou em defesa da extinção dos partidos políticos e outras manifestações conservadoras, direcionados a figura da Presidente Dilma tornou-se público e com significativa visibilidade nos grandes meios de comunicação e nas redes sociais. Esse cenário, permeado pelas manifestações conservadoras e autoritárias, instigou o questionamento acerca desses posicionamentos, considerando que, nesse período (2003-2014), uma série de políticas públicas inclusivas foram implementadas pelo governo federal. Como explicar esses posicionamentos? Essas manifestações e posicionamentos conservadores poderiam ser interpretados como uma reação ao conjunto de políticas sociais de inclusão implementados?

Considerando esse quadro em que o conservadorismo parece ter ganhado força nos últimos anos, este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa, em fase exploratória dos dados, que tem por objetivo discutir os valores e posicionamentos presentes no cenário político brasileiro desde junho de 2013, destacando as mudanças e permanências em relação aos elementos trazidos pelo quadro do contexto pós-eleitoral de 2002. Nesse sentido, destaca-se no cenário recente a manutenção da preferência pelo regime democrático que, como em 2002, também se configura como uma dimensão em separado dos posicionamentos relativos às questões consideradas da esfera privada. Os posicionamentos acerca dos direitos sexuais das mulheres e da comunidade LGBT apresentam-se como uma dimensão separada da avaliação do regime democrático e do seu funcionamento. O debate acerca da descriminalização do aborto, bem como a discussão sobre o reconhecimento dos direitos dos homossexuais, nesse período esteve presente na

¹ Versão preliminar. Por favor não citar sem a autorização das autoras.

agenda dos poderes executivo, legislativo, judiciário e da sociedade. Não obstante, a publicização de tais questões não vem acompanhada do reconhecimento no cotidiano das relações sociais dos direitos de seus sujeitos ou da adoção de posturas mais favoráveis à discussão de tais temáticas. Uma das interpretações que se desenvolve neste trabalho é a de que tal quadro se deve a uma reação às políticas implementadas nesse período pelo governo federal.

Por outro lado, os dados para 2014 e 2015 permitiram incluir na análise percepções sobre a democracia associadas à sua dimensão social, em particular sobre seu papel quanto à redução das desigualdades sociais e em acabar com a miséria. Em nosso conjunto de resultados, embora ainda em fase exploratória, chama atenção que a preferência pelo regime democrático emergja associada à ideia de que “a democracia somente será verdadeira quando acabar com a miséria”, “que o Estado deve implementar políticas de redução das desigualdades de renda” e da opinião frente às políticas de cotas para negros e indígenas. Ainda nessa análise exploratória dos dados, destacam-se os posicionamentos em relação aos beneficiários do Programa Bolsa Família, que não andam junto com as percepções do papel da democracia para a redução das desigualdades sociais e para acabar com a miséria no país. Esses resultados são abordados e discutidos nas seções seguintes em uma perspectiva que busca destacar as permanências e as mudanças das opiniões e atitudes com o quadro apresentado anteriormente à implementação dessas políticas públicas sociais.

Para tanto, na seção a seguir são discutidos alguns dos elementos que, em 2002, configuraram o cenário paradoxal do apoio à democracia e da coexistência do conservadorismo no âmbito social, com intuito de contextualizar as interpretações dos achados dos dados dos anos recentes e os referenciais. O apoio à democracia no contexto da implementação das políticas públicas inclusivas também é discutido a partir dos estudos publicados no período. Na última seção os resultados da análise preliminar dos dados de 2014/2015 são apresentados e discutidos.

Democracia e conservadorismo: O paradoxo da experiência democrática em 2002

O contexto das eleições gerais de 2002 é marcado pelo que poderíamos apontar como um dos paradoxos da experiência democrática recente, que consiste no apoio à democracia e aos seus procedimentos, de um lado, e a presença de posicionamentos conservadores na dinâmica das relações sociais, de outro.

Quadro da análise fatorial**

	DIMENSÕES							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Opinião sobre: “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo”	,667							
Opinião sobre a democracia	-,611*							
Opinião sobre as eleições presidenciais	,638							
Votaria caso o voto não fosse obrigatório	,494							
Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil	,493							
Opinião sobre: prisão perpétua		,758						
Opinião sobre: pena de morte		,779						
Opinião sobre: prisão para menores de idade		,472						
Opinião sobre: uso do exército no combate à violência nas ruas das grandes cidades								
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão diz que ele pode tomar banho na piscina do edifício			,750					
Atitude que um empregado deveria ter se o patrão lhe diz que pode ser tratado de você			,638					
Atitude que os empregados de um prédio deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social			-,718					
Opinião sobre: “se Deus fez raças diferentes é para que elas não se misturem”				,650				
Opinião sobre: “as únicas coisas que os negros sabem fazer melhor é música e esportes”				,597				
Opinião sobre: “toda raça tem gente boa e gente ruim, independente da cor da pele”						-,710		
Opinião sobre: “os partidos só servem para dividir as pessoas”					-,690			
Opinião sobre as discussões entre os partidos políticos					,646			
Opinião sobre o trabalho de cuidar da casa e dos filhos						,451		
Atitude que uma mulher agredida fisicamente pelo marido deveria tomar						,466		
Opinião sobre invasão de terras pressionar o governo							,702	
Opinião sobre reforma agrária:							-,618	
Opinião sobre proibição de um programa de tv que defende o casamento entre homossexuais								,458
Opinião sobre o aborto								,639
% Variância	7,759	6,759	6,597	6,158	5,602	5,381	5,070	4,929
% Variância total explicada				48,255				

Método: Análise de Componentes Principais.

* sinal negativo proveniente de codificações diferentes das variáveis.

** Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 ($p > .5$).

O quadro com fatores que resulta dessa análise fatorial, cujo modelo elaborado apresenta 48,0% da variância explicada, apresenta a melhor associação possível entre as variáveis presentes em cada fator. Os resultados dessa análise, que envolveu o conjunto de variáveis sobre questões socioculturais e políticas, apontaram a existência de oito dimensões em que as questões do mundo da política aparecem em dimensões separadas das questões socioculturais. Diferentemente do que se observou junto ao público conservador da capital paulista em que as opiniões conservadoras acerca de assuntos do cotidiano se refletiam nas opiniões políticas

(Pierucci, 1999); *para os brasileiros, a dimensão sociocultural, que diz respeito às questões presentes no seu dia-a-dia, é uma dimensão distinta da dimensão política, da avaliação do regime político e de suas instituições políticas democráticas. Esse quadro reflete o distanciamento dos brasileiros do mundo da política, que se seria uma dimensão distante da dinâmica do seu cotidiano (NISHIMURA, 2009).* Os dados mostram ainda que a dimensão institucional da democracia – preferência pelo regime democrático – aparece(ia) em primeiro lugar para os cidadãos e que a mesma estava diretamente ligada ao voto. Por outro lado, as visões sobre os partidos que, como mecanismos vitais da democracia representativa, esperava-se aparecessem associadas à ideia institucional de democracia, só ocupam a quinta dimensão da matriz fatorial, isoladas em um fator e atrás de questões culturais como as visões da segurança pública, autoritarismo social e racismo, o que pode resultar da desconfiança das instituições partidárias (MENEGUELLO, 2010). O tratamento do apoio aos partidos em específico foge aos objetivos deste trabalho, no entanto.

Em resumo, os dados da primeira onda do ESEB mostraram que os brasileiros apresentam posicionamentos favoráveis ao regime democrático, aos seus procedimentos e mecanismos e sustentam, também, opiniões e atitudes que não são consistentes com uma dinâmica democrática das relações sociais; como apoiar medidas de tratamento desigual entre as pessoas.

Ao se referir aos obstáculos ao processo de democratização da sociedade brasileira, Dagnino (1994) menciona o fenômeno do autoritarismo social, que se desenvolve no conjunto das relações sociais marcado pelo quadro de crescente desigualdade econômica, sendo um dos aspectos mais visíveis de um ordenamento social pautado por uma organização hierárquica e desigual. Baseado predominantemente em critérios de classe, raça e gênero, estabelece diferentes categorias de pessoas com seus lugares na sociedade, a partir de uma espécie de código, um sistema de classificações. O código dos lugares sociais pode ser observado nas diferentes esferas em que as relações sociais se dão: privada, coletiva e pública. Enraizado na cultura brasileira, esse fenômeno produz formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que pode ser verificada no conjunto das práticas sociais, alimentando e reproduzindo a desigualdade nos diferentes níveis das relações.

Nesse sentido, um dos caminhos para o entendimento desse paradoxo interpreta esse quadro como parte de um cenário no qual os brasileiros veem o mundo da política (da política institucional, onde ocorrem as eleições e eles votam) como

sendo um mundo separado do seu cotidiano em que se dão as relações sociais. Algumas das características que marcam o dia-a-dia dos brasileiros remetem a uma visão hierárquica da sociedade, em que a existência do *elevador social e de serviço*, por exemplo, é essencial para separar as pessoas, ou ainda – apontar os *lugares sociais* que cada uma deve ocupar segundo suas características fenotípicas ou a posição que ocupam na sociedade de classes.

O fenômeno indicado aqui como conservadorismo contempla essas características apontadas por Dagnino (1994) ao mencionar o autoritarismo social, bem como abarca também a hierarquização social presente nos ditos populares do “Sabe com quem está falando?”, do qual nos fala Da Matta (1997). Como destaca o autor, tal sistema revela uma preocupação substantiva com a posição social e uma consciência significativa das regras e recursos que visam a sua manutenção. Trata-se de uma “forma socialmente estabelecida” que não se restringe a uma época ou uma camada social e opera para além do eixo econômico. Seu uso revela uma estrutura social em que a comunicação dos grupos sociais se dá por meio de um sistema de relações entrecortadas que inibe, de uma certa forma, os conflitos e o sistema de diferenciação social e político que se fundam na dimensão econômica do sistema. A hierarquia social e a desigualdade de tratamento, no caso brasileiro, guardam uma relação bastante estreita com a discriminação e o preconceito racial. Episódios de desigualdade de tratamento e de discriminação devido à cor da pele, ou à raça e à classe ou *status* social, ocorrem corriqueiramente nas relações sociais e nem sempre o foco da discriminação e do tratamento desigual é evidente. De modo que nem sempre é possível identificar se se trata de uma discriminação devido ao fenótipo do indivíduo ou ao seu *status* social. O que contribui para o obscurecimento da questão do racismo e para a negação de sua existência na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 1999).

Como fenômenos intrinsecamente relacionados à discriminação racial, a questão da hierarquia social e da desigualdade de tratamento, na sociedade brasileira, configuram-se como dimensões do conservadorismo, na medida em que as atitudes hierárquicas e aquelas que expressam a desigualdade de tratamento parecem se justificar através do valor expresso na ideia de que as pessoas não são iguais e, por isso, devem ser tratadas diferentemente – como se existissem “tipos” de pessoas cujo tratamento deve obedecer a uma ordenação social na qual contam algumas características fenotípicas e de *status* social.

Para além de uma concepção hierárquica das relações sociais, o conservadorismo na sociedade brasileira se apresentava como um fenômeno de múltiplas dimensões, em que os posicionamentos contrários aos direitos dos homossexuais e das mulheres também estavam presentes. No entanto, sua localização na última dimensão da análise fatorial (Tabela 1) sugere que se tratava de uma questão de menor importância no mapa de valores dos cidadãos.

Os temas do papel da mulher, do aborto e dos direitos sexuais também remetem ao mundo privado e identificadas como temáticas pertencentes ao *conservadorismo sociocultural*, à medida que se referem aos valores morais e tradicionais de preservação da família. Estudos têm destacado, já há algum tempo, o intenso movimento das mulheres em direção ao mercado de trabalho e também seu papel como co-provedora, e muitas vezes, provedora de famílias². Não obstante, não se observa uma participação masculina equivalente na divisão do trabalho doméstico e persistem ainda alguns estigmas que reforçam a ideia da inferioridade ou incapacidade feminina para atuar em diferentes áreas, para além do espaço privado da casa. Apesar do movimento das mulheres na luta pela conquista dos seus direitos, a sociedade e suas instituições não têm acompanhado esse desenvolvimento. As mulheres, ainda que se apresentem como sujeitos ativos da mudança nas relações de gênero, arcam com os custos dessas transformações como a reação violenta masculina à perda do poder, como têm ocorrido muitas vezes no âmbito familiar (VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004).

As opiniões e posicionamentos contrários à legalização do aborto, bem como aquelas que condenam a homossexualidade, estão historicamente vinculados à ideia da preservação dos costumes e modos de vida valorizados pelo conservadorismo. A família na perspectiva conservadora é tomada como uma das instituições fundamentais para a manutenção da ordem social (NISBET, 1987). A defesa dessas bandeiras também foi assumida pelas forças políticas do neoconservadorismo e pela Nova Direita (GIDDENS, 1996). Na sociedade brasileira, mais precisamente entre um público da cidade de São Paulo, os posicionamentos em relação a esses temas estiveram no centro de uma visão da política que se pautava pelos valores da moralidade privada (SADEK, 1986; PIERUCCI, 1987, 1999). Como ficou patente entre o público conservador da capital paulista em que as questões políticas eram pensadas através desse viés apolítico. Entre eleitores malufistas e janistas, que formavam esse reduto conservador na capital paulista, questões ligadas à moralidade privada ou que, para eles, estivessem vinculadas à proteção da

² IBGE 2010.

instituição familiar tinham peso significativo na agenda política, pois, na sua perspectiva, tratava-se de uma inversão de valores em curso.

Para os brasileiros, no entanto, a dimensão que diz respeito à avaliação que fazem das instituições políticas é relativamente independente da dimensão sociocultural, que se revelou conservadora. Os elementos fornecidos pelos dados alimentam a hipótese de que para os brasileiros, o mundo da política, das instituições políticas democráticas, constitui algo distante do seu cotidiano. Embora as eleições e, portanto, o exercício do voto ocorra a cada dois anos, o universo das instituições políticas é tomado como algo distinto das questões cotidianas, como se as opiniões e posicionamentos sobre eles pertencessem a um outro sistema de crenças e valores. De modo diverso daquele encontrado no reduto conservador paulista, parece que os valores relativos à moralidade privada não implicam, necessariamente, posicionamentos não-democráticos sobre as instituições políticas.

A relativa independência entre as dimensões dos posicionamentos acerca de questões do cotidiano e a da avaliação das instituições políticas diz algo sobre a visão que os brasileiros têm sobre o mundo da política. Esses dados são reveladores de como os brasileiros tomam as questões do mundo da política (da política institucional) como algo que não faz parte do seu cotidiano, que não está presente no seu dia-a-dia, como algo distante da sua possibilidade de atuação.

2003-2014: O apoio à democracia e a implementação das políticas públicas de inclusão – reações?

Estudos com dados do final da década de oitenta e da década de noventa destacaram a crescente tendência da preferência, por parte significativa da população brasileira, pela democracia em detrimento de outros regimes. *“Um aspecto central da experiência brasileira de democratização dos anos oitenta e noventa é a adesão normativa dos públicos de massas à democracia”* (MOISÉS, 1995, p. 126). Essa tendência da aceitação da população brasileira da democracia como norma, como conjunto de regras e procedimentos é generalizada na experiência democrática brasileira recente. Ademais, essa adesão ao regime por parte do público brasileiro estaria mais associada com a dimensão procedimental da democracia, ou seja, aos aspectos relacionados aos procedimentos como as eleições e o direito de formar governos através deste meio do que à dimensão social da democracia (MOISÉS,

2010). A aceitação crescente do regime democrático pelo público de massas, também verificada entre as elites políticas (LAMOUNIER e SOUZA, 1991; BALBACHEVSKY e HOLZHACKER, 2011), indica que, paralelamente às transformações democráticas da estrutura política, ocorreram também mudanças substantivas na cultura política do público brasileiro.

Nesse sentido, os dados do ESEB 2002 em relação ao apoio ao regime democrático também destacaram uma adesão significativa ao regime³. A primeira dimensão pode ser apontada como uma *dimensão do mundo da política*, levando em consideração que nesse fator somente aparecem com coeficientes significativos para a análise, variáveis sobre as questões de avaliação do regime político e das instituições políticas democráticas. Nessa, as variáveis sobre democracia e sobre eleições presidenciais aparecem associadas da melhor forma possível entre elas. Ou seja, existe uma associação entre o apoio à democracia, caracterizado por duas variáveis: acerca da *preferência* entre este e outros regimes (-.611), através daquela que apontava a *melhor forma de governo* (.667), e a crença de que *as eleições presidenciais mudam a vida das pessoas* (.639). Essa dimensão indica que para os brasileiros a avaliação do regime político e das eleições presidenciais são temas correlatos. A ideia de um regime democrático é muito associada para os brasileiros com o direito de eleger o presidente do país. Essa associação entre democracia e eleição direta para presidente, que foi tão valorizada pelos movimentos sociais populares, como o movimento *Diretas Já!* no período de abertura do regime autoritário, há 25 anos atrás, ainda é algo bastante presente na visão política dos brasileiros. Entre as variáveis políticas selecionadas são essas que apresentam a melhor associação. Nessa mesma dimensão, com coeficientes não tão altos, mas suficientes para serem destacados estão as variáveis sobre o voto, sobre *sua influência na vida das pessoas* e sobre sua obrigatoriedade. Assim como a eleição direta para presidente, o direito ao voto, que também foi uma das bandeiras defendidas pelos movimentos políticos pró-abertura, é associado ao regime democrático.

Nos estudos de cultura política (Meneguello, 2005, Moisés, 2010) as opiniões e atitudes em relação à democracia têm sido medidas preferencialmente por estímulos nominais diretos e perguntas fechadas, estruturadas, que mencionam a palavra democracia. Esses elementos levam em conta a memória do público aos regimes autoritário e democrático com o objetivo de captar a escolha por um deles

³ Para 76,5% dos entrevistados “a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”; 53,2% dos entrevistados concordam muito e 27,1% concordam um pouco com a ideia de que “a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.” Para 58,0% dos entrevistados, a melhor atuação para resolver os problemas do país consiste na participação da população nas decisões importantes do governo.

diante de alternativas que se referem a diferentes experiências históricas e legados políticos e culturais (ROSE, 2003).

Surveys ao longo do período democrático brasileiro recente também têm permitido verificar os conteúdos que os brasileiros mais associam às definições de democracia, seja através de perguntas estimuladas ou espontâneas. No primeiro caso, perguntas fechadas estimularam os cidadãos a responderem a que princípios, direitos e valores a ideia de democracia estava associada. No segundo caso, os cidadãos deveriam responder, por suas próprias palavras, qual o significado do conceito de democracia. As duas perguntas, analisadas junto às respostas acerca da preferência normativa pela democracia, permitem testar as convicções democráticas dos brasileiros (MOISÉS, 2010). De acordo com a análise de Moisés (2010), quando os cidadãos são estimulados a responder sobre os conteúdos associados à democracia – por exemplo, *direito de escolher governos através de eleições, liberdades políticas, igualdade social, garantia de direitos sociais por parte do governo* – os percentuais de entrevistados que acreditam que a democracia tem a ver ou “muito a ver” com cada um dos tópicos são majoritários e, mais ainda, aumentam de modo expressivo entre 1993 e 2014, sugerindo a importância da experiência dos cidadãos com as instituições democráticas para uma maior cognição de seus conteúdos (MULLER E SELIGSON, 1994). Também nesse sentido, ainda de acordo com a análise de Moisés (2010), quando pedidos para definir a democracia por suas próprias palavras, os resultados entre 1989 e 2006 indicam, primeiramente, o aumento da cognição da democracia através do tempo e que os entrevistados são capazes de definir a democracia em termos de seus *princípios/liberdades; procedimentos/instituições e dimensão social*. Não obstante, ainda segundo o autor, surpreende o fato de que, ao longo do período, apenas em torno de 5% dos entrevistados, em média, tenham, de modo espontâneo, definido a democracia a partir de sua dimensão social.

Em relação a essa questão do apoio à democracia, os dados mais recentes de pesquisas realizadas em 2014 destacam um elemento que não havia aparecido na análise anterior com os dados de 2002. Esse elemento diz respeito à ampliação da noção de democracia, considerando substantivamente a questão da igualdade social e econômica para além da democracia formal e jurídica. Esse dado aparece em dois dos três conjuntos de dados analisados, tanto no LAPOP quanto no ESEB, as variáveis sobre democracia aparecem fortemente associadas com variáveis a partir das quais se apreende uma preocupação com a questão das desigualdades sociais. No LAPOP, a associação entre as variáveis acerca da avaliação e preferência

pelo regime político e o papel do Estado indicam que a preferência pela democracia e sua avaliação como “melhor forma de governo” estão fortemente associadas à ideia de que o “Estado deve implementar políticas para reduzir a desigualdade de renda”. No ESEB, a avaliação de que “a democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” está fortemente associada à ideia de que “a democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria” e à questão acerca das cotas para negros e indígenas. Mostrando que, para os brasileiros, essas seriam questões associadas. Esses resultados sugerem que, para além de uma democracia formal, os brasileiros estariam considerando também os conteúdos substantivos da democracia (BOBBIO, 2005), que dizem respeito à igualdade econômica e social entre os membros da sociedade para avaliarem o regime político.

ESEB 2014

	Dimensões		
	1	2	3
Opiniões sobre a concorrência, se estimula as pessoas a trabalhar mais ou se desperta o que há de pior nas pessoas	,852		
Opiniões sobre se o governo ou os indivíduos são os responsáveis pelo sustento dos cidadãos	,848		
Opiniões sobre a igualdade de distribuição de renda/ diferenças de renda	,727	,390	
O governo deveria tomar medidas para reduzir as desigualdades entre os níveis de renda	,437		
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo		,912	
A democracia só será verdadeira quando acabar com a miséria		,887	
As cotas reservadas para negros e índios prejudicam quem tem mais competência		,602	
Satisfação com o funcionamento da democracia			,753
Preferência democracia / ditadura / tanto faz			,709
% variância	25,0	24,5	12,3
% Variância Total Explicada		61,8	

Método: Análise de Componentes Principais.

** Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 ($p > .5$).

Esse é um período (2003-2014) também marcado pela implementação de algumas políticas públicas inclusivas como o Programa Bolsa Família, o Programa Brasil Quilombola, a Lei Federal nº 10.639/03, que torna compulsório o ensino da história e cultura afro-brasileiras em todos os níveis da educação pública e privada, as Políticas de Cotas para ingresso da população negra e indígena no Ensino Superior e outras políticas sociais que, ao colocar a questão do reconhecimento dos direitos de

grupos sociais historicamente excluídos, fomentaram o debate acerca das desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira e sobre a democracia vigente.

Dentre as políticas inclusivas desenvolvidas, o Programa Bolsa Família foi um dos que ficou mais conhecido entre os brasileiros, pelo tamanho do público atingido ou devido às polêmicas geradas em torno do apoio ou crítica direcionado a ele. Nos dados do LAPOP (2014) as variáveis sobre o Programa Bolsa Família se apresentaram fortemente associadas na primeira dimensão, mostrando ser uma questão julgada relevante pelo público entrevistado. O tema do Bolsa Família era contemplado na pergunta não com foco no programa, mas nos beneficiários. O enunciado continha uma formulação propositalmente preconceituosa e reproduzia alguns dos julgamentos e avaliações corriqueiramente empregados em referência aos beneficiários pelos críticos do Programa, como, por exemplo, as ideias de que o Programa “incentivava os beneficiários a ter mais filhos” e que “tornavam os beneficiários acomodados”. Tais opiniões desfavoráveis aos usuários do Programa foram captadas pela pesquisa do LAPOP em 2014. Em 2015, levantamentos e estudos sobre o Programa e seus beneficiários divulgaram dados que desconstruíram tais afirmações acerca dos beneficiários⁴.

LAPOP 2014

	Dimensões			
	1	2	3	
Bolsa Família incentiva os beneficiários a ter mais filhos	,844			
Beneficiários de Bolsa Família gastam o dinheiro em coisas erradas	,812			
Beneficiários do Bolsa Família tornam-se acomodados	,798			
A democracia é melhor que qualquer outra forma de governo		,781		
Preferência pela democracia		-,627		,409
O Estado deve implementar políticas para reduzir a desigualdade de renda		,552		,362
O aborto é justificável quando a saúde da mãe está em risco			,680	
A discriminação contra a mulher já não é um problema neste país			-,630	
Aprova o direito dos homossexuais de candidatar-se a cargos públicos			,575	
Mulheres estão exigindo muito em suas demandas de igualdade				,661
Impostos mais altos para dar mais aos que tem menos				,650
% variância	18,8	12,2	11,5	11,4
% Variância Total Explicada		53,9		

Método: Análise de Componentes Principais.

⁴ Queda de natalidade é maior entre beneficiários do Bolsa Família, diz IBGE. Carlos Madeiro Do UOL, em Messias (AL) 01/04/2015... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/04/01/queda-de-natalidade-e-maior-entre-beneficiarios-do-bolsa-familia-diz-ibge.htm?cmpid=copiaecola>

** Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 ($p > .5$).

A questão dos direitos sexuais foi abordada no LAPOP e também no LATINOBARÔMETRO, em 2015, por meio dos posicionamentos acerca do aborto e das opiniões sobre os direitos dos homossexuais se candidatarem a cargos públicos e de se casarem. Como na pesquisa de 2002, as variáveis acerca dessas questões se apresentaram fortemente associadas em uma mesma dimensão como mostra o quadro da análise fatorial, indicando que são temáticas que remetem a uma das dimensões do conservadorismo, considerando que a partir delas se pode apreender tais posicionamentos.

LATINOBARÔMETRO 2015

	Dimensões	
	1	2
Igualdade de oportunidades sem importar a origem	,779	
Igualdade entre homens e mulheres	,715	
Justa distribuição da riqueza	,704	
Solidariedade com os pobres e os necessitados	,666	
Quão justa é a distribuição de renda no país	,363	,317
Escala de quanto o país é democrático	-,349	
Escala justificativa: Aborto		,704
Grau de acordo: Casamento entre pessoas do mesmo sexo		-,668
Apoio à democracia		,346
% variância	25,8	14,1
% Variância Total Explicada	39,9	

Método: Análise de Componentes Principais.

** Nesta análise consideramos como associações significativas entre as variáveis somente aquelas com coeficientes maiores que .5 ($p > .5$).

Muito embora as mulheres nesse período tenham sido alvo de políticas públicas voltadas a sua proteção e contra a violência doméstica e a praticada cotidianamente nos espaços públicos, como a Lei Maria da Penha de 2006 e Lei do Femicídio de 2015, o reconhecimento dos seus direitos está longe de se consolidar. A implementação de tais políticas trouxe visibilidade para a questão das mulheres nos meios de comunicação e também fora deles, o que muito contribuiu para fomentar o debate na sociedade. No entanto, a questão do aborto, assim como a questão dos direitos da comunidade LGBT, remete muito mais aos discursos conservadores do que a constituição dos direitos sexuais desses grupos. Como destaca Miguel (2012), a paralisia no que diz respeito às questões sobre o aborto e os posicionamentos majoritários contra sua descriminalização verificados na sociedade não pode ser

somente explicada pela significativa presença da religiosidade e da Igreja Católica. A questão do aborto ocupa o espaço da moral e dos “costumes”, mas deveria ocupar o espaço do debate acerca dos direitos de cidadania, considerando que o direito ao aborto tem a ver com a soberania da mulher sobre o seu corpo. De modo que a condenação do aborto se coloca não só como uma questão de saúde pública, considerando os números de mulheres vitimadas pelos procedimentos clandestinos, como a ausência desse direito torna incompleta a cidadania da mulher (MIGUEL, 2012).

Se, por um lado, a discussão acerca dos direitos sexuais ganhou visibilidade com a realização de conferências com a presença inclusive do Presidente da República em 2008 (CARRARA, 2010), por outro, o modo conservador com que o Poder Legislativo tem tratado as demandas por esses direitos tem sido significativo e impactante, com adiamento e postergação das discussões, condizente com a presença crescente das bancadas evangélicas nos últimos anos (FACHINI, DANILIAUSKAS e PILON, 2013). A luta pelos direitos sexuais como direitos humanos enfrenta também a crescente oposição de parlamentares religiosos que condenam a homossexualidade em seus sermões. Miguel (2012) destaca que o recuo à criminalização da homofobia, observado no Legislativo, sob o argumento de que feriria a liberdade religiosa configuraria um consentimento à existência de espaços na sociedade em que os direitos humanos não precisam ser respeitados.

Algumas considerações finais

A análise exploratória de três conjuntos de dados, do ESEB 2014, do LAPOP e do LATINOBARÔMETRO, apresentou alguns resultados preliminares aqui discutidos considerando também o cenário conservador apresentado pelos dados do ESEB de 2002. Motivado pelo contexto das manifestações das jornadas de 2013 que pareceu suscitar opiniões e atitudes conservadoras e, considerando que o período de 2003-2014 foi também caracterizado pela implementação de políticas públicas inclusivas, a ideia consistia em verificar se o conservadorismo observado na sociedade brasileira e captado pelos dados do ESEB em 2002 poderia também ser observado após esse período. Nossa hipótese inicial era a de que os posicionamentos conservadores ganharam força nesse contexto em reação às políticas sociais desenvolvidas.

Neste sentido, os resultados dos dados apontam para um cenário recente em que também pode se observar as questões do conservadorismo associadas, em dimensões distintas das questões relativas ao mundo da política, da avaliação da democracia. Como mostram a associação entre as variáveis que tratam das questões do aborto, dos direitos das mulheres e dos homossexuais, que nas análises do LAPOP e do LATINOBARÔMETRO aparecem em um mesmo fator, indicando que essas questões ainda configuram uma dimensão do conservadorismo, na medida em que, a partir delas, pode-se captar majoritariamente tal comportamento.

Em relação aos resultados do ESEB de 2002 para as questões do mundo da política, destaca-se, nos dados mais recentes, a forte associação entre as variáveis de avaliação da democracia como regime político, a variável acerca do papel do Estado na implementação de políticas de redução da pobreza e a variável sobre a democracia e redução da miséria em uma mesma dimensão, o que poderia indicar uma ampliação da noção de democracia para os brasileiros que passariam a exigir outros conteúdos da democracia, além de seus procedimentos formais. A associação entre as questões da redução da desigualdade de renda, da realização da democracia condicionada ao fim da miséria, da ideia de cotas para negros e indígenas e da preferência pela democracia como regime político pode sinalizar uma preocupação com os conteúdos substantivos e sociais da democracia. Esses resultados, se não podem ser interpretados como uma ampliação da noção de democracia para além dos seus procedimentos formais, mostra que tal questão deve ser mais investigada para melhor compreender tais posicionamentos em um contexto de implementação de políticas públicas inclusivas por parte do Estado.

Referências:

BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. "O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade". *Opinião Pública*, vol.17, nº2, 2011.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 323-345, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200323&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 08 maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312006000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312006000200004>.

DAGNINO. Evelina, (1994) Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. Em DAGNINO, Evelina, (org.) *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

DA MATTA. Roberto, (1997) Sabe com quem está falando? Em *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. edição, Rio de Janeiro, Zahar.

FACCHINI, Regina Facchini, Marcelo Daniliauskas, Ana Cláudia Pilon políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 44, n. 1, jan/jun, 2013, p. 161-193.

GIDDENS. Anthony, (1996) *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.

GUIMARÃES, A. S. A. e HUNTLEY, Lynn (2000) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

GUIMARÃES, A. S. A. (2002) *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo, Ed. 34.

_____ (2004) *Preconceito e Discriminação*. 2ª. ed., São Paulo, Ed. 34.

_____ (1999) *Racismo e Anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Ed. 34.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 13-40, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 07 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000100002>.

MENEGUELLO, R. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, J.A. (org.). *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EdUsp, 2010.

MOISÉS, José Álvaro (1995) *Os brasileiros e a democracia. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo, Editora Ática.

MOISES, José Álvaro. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opin. Publica*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 269-309, Nov. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000200001>.

MULLER, E.; SELIGSON, M. "Civic Culture and Democracy: the question of causal relationship". *American Political Science Review*, vol.88, nº3, 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(3): 657-672, setembro-dezembro/2012.

NISBET, Robert (1987) *O conservadorismo*. Lisboa, Editorial Estampa.

NISHIMURA Katia Mika, (2009) Paradoxos da experiência democrática brasileira: conservadorismo na sociedade e apoio à democracia (valores, opiniões e atitudes dos brasileiros em 2002). Campinas, Tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP.

PIERUCCI. Antônio Flávio, (1999) *Ciladas da diferença*. 2ª. edição. São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Ed. 34.

ROSE, R. "Medidas de democracia em surveys". *Opinião Pública*, Campinas, vol.VIII, nº1, 2002.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M. e OLIVEIRA, S. (org.) (2004) *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

SADEK. Maria Teresa *et alli Eleições – 1986*. São Paulo. Vértice. Editora Revista dos Tribunais, IDESP.

LAMOUNIER, Bolívar e SOUZA, Amaury de (1991) Democracia e Reforma Institucional no Brasil: Uma cultura política em mudança. *Dados*, vol. 34, no. 3, (311-347).

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

ST 12: Democracia, Participação e Políticas identitárias e interseccionais: limites, impactos e horizontes

Surgimento e atuação dos Coletivos que discutem clivagens sociais

Olívia Cristina Perez
UFPI

Resumo: Nas universidades e nas redes sociais tem chamado a atenção a presença dos chamados Coletivos - novas formas de organização que pautam discussões relacionadas a marcadores sociais da diferença, tais como gênero, raça e orientação sexual. Embora seja um fenômeno contemporâneo e crescente, não existe literatura consolidada que explique o surgimento, formas de atuação e impacto desse tipo de mobilização. O presente trabalho tem como objetivo justamente analisar os Coletivos que atuam no Nordeste do Brasil, comparando-os com Coletivos já estudados por pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Especificamente serão investigados os fatores relacionados com o surgimento dessas organizações, assim como suas estratégias de atuação e a interação com o Estado. A pesquisa será feita por meio da consulta de trabalhos que tenham os Coletivos como objetos de estudo e realização de entrevistas qualitativas com membros de Coletivos que atuam no estado do Piauí, no Nordeste do Brasil. Dessa forma a pesquisa pretende preencher a lacuna nos estudos sobre os Coletivos, contribuindo assim para a reflexão sobre movimentos sociais.

Palavras-chave: Coletivos. Movimentos sociais. Sociedade Civil.

1 INTRODUÇÃO

A ação coletiva não é estática e se reinventa, adicionando novos elementos e retomando discussões passadas. Um tipo de ação coletiva denominada “coletivo” vem chamando a atenção nas universidades e nas redes sociais. Os coletivos debatem questões como gênero, raça, orientação sexual e outros marcadores sociais da diferença. Sabe-se que a nomenclatura não é nova, tampouco as organizações que se auto intitulam coletivos são todas recentes. No entanto, vem crescendo essa autodenominação, como se fossem novas formas de mobilização, distantes dos mecanismos tradicionais de se fazer política – via eleitoral e através de partidos.

São poucos os estudos que tratam dos coletivos. No Brasil, apenas sete artigos científicos tem essas organizações como objetos de pesquisa (MESQUITA, 2008; BORELLI e ABOBOREIRA, 2011; SIQUEIRA e LAGO, 2012; COSTA e PAULON, 2012; MAIA, 2013; FERREIRA, 2015; AMADOR e CASTRO, 2016), enquanto cinco deles são frutos de reflexões de pesquisadores de outros países - um da Venezuela (SAPRIEZA, 2015), outro do Chile (MORA e RIOS, 2009), Índia (DESOUZA, 2012) e dois dos Estados Unidos (BORDT, 1990; VALK, 2002) - segundo pesquisa realizada em artigos científicos disponibilizados no portal de periódicos da Capes. Tais estudos se baseiam em estudos de caso, não permitindo uma sistematização sobre o que são os coletivos e o que os diferencia de outras formas de ação coletiva. Mas fornecem pistas sobre essas formas de mobilização social, como o foco na discussão sobre gênero.

Os estudos e debates sobre desigualdades têm apontado que não é somente a questão de renda que diferencia socialmente indivíduos e grupos. Clivagens sociais tais como gênero, orientação sexual/sexualidade, raça-cor, geração, religião, nacionalidade, deficiência e escolaridade estão relacionadas à opressão, violência, dificuldade de acesso a direitos, bens e serviços (MOUTINHO, 2014). Tais clivagens são chamadas de marcadores sociais da diferença.

Os marcadores não podem ser analisados de forma isolada. Por exemplo, assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça-cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que impactam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (CRENSHAW, 2002). A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido abordada como uma interseccionalidade dos marcadores sociais.

A superação das diferenças relacionadas às clivagens sociais são temas das teorias da justiça. Partindo de uma perspectiva ampla, Nancy Fraser (2006) defende a necessidade do reconhecimento de identidades atrelada ao alcance de igualdade social, pois “[...] a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento.” (FRASER, 2006, p. 231). Logo, as desigualdades relacionadas à gênero e classe necessitariam de ações nos dois sentidos. Os coletivos se inserem nessa discussão na medida em que promovem debates de clivagens sociais atentando para a interseccionalidade das mesmas.

Os estudos também apontam que os coletivos são formas de ação coletiva pequenas e não institucionalizadas – o que as distancia da literatura sobre organizações não-governamentais e associações. Parecem mais próximos das explicações sobre movimentos sociais (cf. BORELLI e ABOBOREIRA, 2011).

Em linhas gerais, duas correntes de análises contemporâneas se concentram na explicação sobre as características e o surgimento dos movimentos sociais: a teoria dos novos movimentos sociais (MELUCCI, 1989; MELUCCI, [1982], 2001; TOURAINE, 2003) e a teoria do confronto político (TARROW, 2009; McADAM, TARROW e TILLY, 2009; TILLY, 2010).

Conforme o sociólogo italiano Alberto Melucci (1989), os movimentos sociais como categoria analítica seriam uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade e na reafirmação de demandas simbólicas. A partir do estudo dos movimentos sociais surgidos na Europa e Estados Unidos em especial na década de 1960, os teóricos passaram a explicar que não se tratavam mais de movimentos ligados a classes sociais ou à pauta dos trabalhadores, mas sim de mobilizações relacionadas à expressão de demandas simbólicas. Pelo fato das motivações serem de ordem pós-material e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas, o objetivo não seria combater ou conquistar o Estado (MELUCCI, 1989).

Os novos movimentos sociais teriam como características a fluidez, a horizontalidade e o apartidarismo (MELUCCI, 1989). No entanto, são formas de ação coletiva heterogêneas, ou seja, são múltiplas, variáveis e entrelaçam heranças do passado e particularidades do presente (MELUCCI, [1982] 2001).

A mobilização social não pode ser compreendida de modo alheio às especificidades dos contextos social e político. A teoria do confronto político - outra grande corrente de estudos sobre os movimentos sociais - justamente destaca a relação entre movimentos sociais e oportunidades proporcionadas pelo sistema político.

Conforme um dos teóricos dessa corrente, Charles Tilly (2010), os movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesse, tais como: trabalhadores, grupos de mulheres e estudantes. Esses estratos da sociedade

são articulados em torno de uma insatisfação comum. Na maioria dos casos, a percepção da falta de democracia em um contexto político específico. Complementando, conforme Sidney Tarrow (2009), os movimentos sociais são “desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade.” (TARROW, 2009, p. 21). Trata-se, portanto, de uma forma específica de política contenciosa, pois envolve a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outros (TILLY, 2010).

As mudanças operadas nas estruturas de oportunidades e restrições políticas condicionam a motivação elementar para o engajamento na ação coletiva (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). Ou seja, mudanças gerais nas condições políticas possibilitam ambientes favoráveis para a ação coletiva na medida em que as pessoas tendem a acreditar que a mobilização pode ser bem-sucedida (TARROW, 2009). Ademais, o sistema político muda e modifica o ambiente em que os atores sociais atuam, influenciando o início, desenvolvimento e resultados da ação coletiva. Assim, são fatores políticos que explicam porque a ação coletiva emerge em alguns lugares e épocas e não em outros.

Tilly (2010) aponta três fontes de mudança e variação nos movimentos sociais: ambientes políticos globais (incluindo democratização e des-democratização); interações que ocorrem no curso dos movimentos sociais (por exemplo, interações entre os manifestantes e a polícia) e a comunicação entre os participantes de diversos movimentos (nesse processo os movimentos emprestam ideias, pessoas, retórica e modelos de ação). Nota-se que o caráter relacional dos movimentos sociais com outros atores e instituições é uma das tônicas da teoria do confronto político e suscita muitos tipos de estudos para a compreensão do mútuo impacto entre governos e movimentos sociais.

No Brasil os movimentos sociais ganharam destaque na luta pela ampliação de direitos durante o regime militar (1964-1985). Os estudos acadêmicos exaltavam o papel dos movimentos sociais que estariam construindo novas formas de sociabilidade. Mais do que isso: a ação coletiva construiria uma nova cultura política, não mais baseada no clientelismo, mas na garantia de direitos, em especial direito à participação. Tais movimentos seriam diferentes dos antigos movimentos sociais que exigiam serviços do Estado como “favores” (SADER, 1988).

Com a redemocratização, membros dos movimentos sociais passaram a atuar junto do Estado na formulação de políticas públicas e execução das mesmas. Essa aproximação com as esferas governamentais foi considerada por muitos teóricos como uma cooptação ou descaracterização dos movimentos (CARDOSO, 1994).

Já os estudos atuais destacam justamente a importância da compreensão das múltiplas formas de intersecção entre movimentos sociais e Estado, tais como a presença de movimentos sociais dentro do aparato estatal, assim como as redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil (ABERS e VON BÜLOW, 2011; LAVALLE e SWAKO, 2015).

Considerando os ensinamentos dos teóricos dos movimentos sociais, o presente trabalho traz uma sistematização do que são os coletivos, suas estratégias de atuação, seus respectivos processos de criação e interação com o Estado a partir das concepções dos seus próprios membros.

2 METODOLOGIA

Os coletivos são fenômenos pouco estudados e com dados insuficientes, impossibilitando uma sistematização sobre eles. Logo, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória para que fosse possível levantar e analisar informações sobre formas de ação coletiva na contemporaneidade.

Optou-se por investigar os coletivos que se auto denominam dessa forma. Ou seja, não foi estabelecido um conjunto de critérios para que uma organização fosse classificada como coletivo. O critério foi a auto definição das organizações. Só assim foi possível compreender do que se trata esse tipo de ação coletiva que vem crescendo.

Primeiramente foi levantada uma lista dos coletivos que atuam na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. A escolha do *locus* de análise foi intencional, levando em conta as dificuldades de pesquisas qualitativas exploratórias desenvolvidas fora do domicílio do pesquisador ou em âmbito nacional.¹

Para a localização dos coletivos inicialmente foram consultados estudantes, membros de espaços de discussão, redes sociais e notícias da imprensa. Chegou-se ao nome de sete coletivos. Outros onze foram encontrados por meio da técnica conhecida como *snowball*, ou *snowball sampling* (Bola de Neve). Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística em que são localizados participantes iniciais e esses indicam novos participantes até que se atinja o “ponto de saturação”, ou seja, os mesmos sujeitos começam a ser indicados. Detalhando melhor, os entrevistados são solicitados a indicar o nome de outras organizações que trabalhavam na área e assim sucessivamente, gerando novas rodadas de entrevistas – daí a ideia de uma “bola de neve”. A técnica é recomendável para rastrear populações ocultas, pois os sujeitos

¹ Pretende-se ampliar a pesquisa.

entrevistados não são definidos *a priori*, mas sim empiricamente pela indicação dos seus colegas.

Por meio dessas técnicas foram localizados dezoito coletivos que atuam na cidade. Não foi possível entrevistar os membros das dezoito organizações, posto as dificuldades de realização de entrevistas com esse público. Os problemas de entrevistá-los são: 1- os coletivos por vezes são formados por poucos integrantes e nem sempre os mesmos têm um envolvimento efetivo com a organização, o que dificulta a marcação de entrevistas; 2- alguns são criados e desfeitos em um curto espaço de tempo, logo, existe a possibilidade de que alguns coletivos localizados nem existam mais; 3- pela falta de liderança alguns membros se recusam a ser entrevistados, com receio de que sejam divulgadas informações não consensuais; 4- alguns coletivos têm maior presença nas redes sociais e poucos encontros reais, por conta disso seus membros não se sentem aptos a fornecer entrevistas. Ademais, duas entrevistas foram realizadas com organizações que foram indicados pelos pares como coletivos, mas durante a entrevista seus membros ressaltaram que não se autodenominavam como coletivos (um se auto definiu como Liga e outro recusou uma definição). Tais entrevistas foram descartadas por não se encaixarem no critério de autodenominação como coletivo.

Considerando tais dificuldades, a pesquisa conseguiu localizar e realizar entrevistas qualitativas com membros de treze coletivos. Segue a lista dos coletivos, conforme auto nomeação dos seus membros: 1- Coletivo de Mulheres Olga Benário; 2- Coletivo de Gays Mirindiba; 3- Kátias Coletivas; 4- Coletivo GPTRANS; 5- Coletivo Atitude Preta; 6- Coletiva Batuque Feminista; 7- Coletivo UJS; 8- Coletivo UJR; 9- Coletivo UJC; 10- Coletivo Correnteza; 11- Coletivo RUA; 12- Coletivo Zabelê; 13- Coletivo Salve Rainha.

As entrevistas foram feitas no primeiro semestre de 2017 nos locais de atuação dos coletivos – quase todos atuam na Universidade Federal do Piauí. O roteiro semiestruturado versava sobre a definição de coletivo, a área e forma de atuação dos mesmos, bem como sobre o surgimento e interação com outros atores. Como os coletivos por vezes atuam sem formalização oficial e ainda contra o sistema (seja ele universitário, capitalista ou machista) optou-se pela não identificação dos seus nomes durante a apresentação dos resultados.

Para complementar e comparar as informações, também foi realizada uma pesquisa bibliográfica sistematizada no segundo semestre de 2016 em que foram localizados todos os artigos científicos disponíveis para consulta no Portal Periódicos Capes (acesso via universidade) e que continham o descritor coletivo ou *collective* no seu título. Após essa verificação inicial, foi feita uma seleção nos artigos que tratavam de coletivos no sentido da presente pesquisa, ou seja, como formas de ação coletiva

empreendidas por movimentos ou organizações chamados de coletivos. Após essa seleção foram analisados doze artigos científicos escritos no Brasil e em outros países que tinham os coletivos como objetos de estudo.

3 RESULTADOS

O primeiro ponto observado na pesquisa exploratória sobre coletivos foram suas áreas de atuação. Dos treze coletivos pesquisados, seis deles tratavam de questões relacionadas a marcadores sociais da diferença (gênero, raça, sexualidade e intersecções); quatro podem ser considerados como movimentos estudantis; outro é ligado a temáticas da juventude, um é anarquista e outro (o mais conhecido na cidade) atua na área de arte e cultura. Ou seja, existe um padrão entre os coletivos: a atuação com questões debatidas nos ambientes acadêmicos nos anos mais recentes: raça, gênero, sexualidade e a interseccionalidade desses marcadores. Inclusive, dois coletivos pedem para serem chamados de coletivas, reafirmando a importância da desconstrução do padrão masculino nas palavras e ações.

O mesmo padrão é constatado nos artigos científicos localizados no Portal de Periódicos da Capes que estudam coletivos. Dos doze artigos examinados, seis deles tratam da questão de gênero (os dois estadunidenses, um da Índia, outro da Venezuela e mais dois do Brasil); outros três atuam na área de arte e cultura, um com música, outro com juventude e um com saúde mental.

A luta por demandas simbólicas já era uma das características dos novos movimentos sociais que emergiram nos Estados Unidos e na Europa durante a década de 1960 (MELUCCI ([1982] 2001)). Tais questões estão emergindo com mais força nos últimos anos, sendo inclusive englobadas dentro de um novo campo de estudo chamado de marcadores sociais da diferença (MOUTINHO, 2014). O debate mais atual em relação as clivagens sociais que levam à opressão aponta para as suas interseccionalidade, que produzem outras formas de discriminação (CRENSHAW, 2002).

Em consonância com tais debates, chama a atenção em todas as entrevistas a consciência acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais das diferenças. Nenhum coletivo deixou de citar a importância de debater questões relacionadas a gênero e raça – além das temáticas já abrangidas. Inclusive, um dos coletivos se autodenomina feminista interseccional, pontuando o quanto a intersecção entre gênero, raça e classe social está relacionada a outro tipo de tratamento e acesso a direitos.

Logo, os coletivos apresentam uma estreita conexão com o debate acadêmico sobre clivagens sociais que aponta a interseccionalidade entre os marcadores.

Nota-se que a maior parte dos coletivos (onze deles) é formado por estudantes universitários que de alguma forma tem contato com essas discussões nos cursos. Ademais, a interseccionalidade está presente também nos debates virtuais. Além de reproduzir tais discussões, os coletivos ajudam a divulgar e a construir uma certa compreensão a respeito das formas de opressão.

A classe social é central na fala dos entrevistados. Com exceção do coletivo da área de arte e cultura, todos os outros em algum momento da fala acentuam a importância da diminuição da desigualdade social ligada ao sistema capitalista. No entanto, a importância da diminuição das desigualdades de classe aparece combinada com outras clivagens sociais. Somente um coletivo anarquista tem como objetivo principal a supressão do sistema capitalista.

Se os novos movimentos sociais da década de 1960 se distinguiam da ação coletiva anterior pelo fato das suas demandas não estarem mais associadas as classes sociais, os coletivos combinam a luta pelo reconhecimento de identidades, com a garantia de direitos e a diminuição das desigualdades sociais provocadas pelo capitalismo.

A importância do reconhecimento de identidades aliada à igualdade social também é pontuada por teóricos como Nancy Fraser (2006), pautada na ideia de que a justiça só pode ser feita com reconhecimento e redistribuição. Mais uma vez os coletivos se mostram em sintonia com os debates acadêmicos, o que aponta a interconexão entre academia e ação coletiva.

Outra parte expressiva dos coletivos (quatro deles) atua com questões estudantis, principalmente dentro da universidade. Tal pauta não é uma novidade, já que os movimentos estudantis são organizações historicamente presentes dentro das universidades. Os movimentos estudantis são, inclusive, responsáveis por promoverem debates e atuarem no sentido de ampliação e concretização de direitos que facilitem as tarefas dos estudantes. Essa mistura de pautas aponta para a heterogeneidade dos movimentos que, como bem ensinou Melucci ([1982] 2001), combinam heranças do passado com particularidades do presente. Mas, se a luta estudantil é antiga, porque seus militantes estão se auto intitulado coletivos e não mais movimentos ou organizações?

Os coletivos são entendidos pelos entrevistados como uma união de pessoas em prol de um objetivo comum. Haveria um compartilhamento de ideias em comum que levaria a união de todos, como uma coletividade. Diferente das organizações tradicionais, os coletivos não teriam hierarquia, burocracia ou lideranças. As decisões

seriam tomadas pela coletividade por meio de consenso. Essas ideias estão expressas em um dos trechos das entrevistas em que os coletivos são explicados como: “Juntar pessoas que sofrem opressões comuns sem burocracia (...)”; ou ainda, conforme outra entrevista, “[coletivo é] Sem liderança ou hierarquia, [é um] aglomerado de pessoas, uma coletividade com compartilhamento.”

Afora os coletivos estudantis ligados a partidos políticos (dois deles), todos os outros pontuam o distanciamento que têm de partidos e do que caracterizaria a militância partidária: a obediência ao partido em detrimento da coletividade. O que importa para esses jovens é que as decisões sejam tomadas de modo compartilhado, considerando a necessidade do coletivo - e não o criticado dirigismo dos partidos políticos. Segundo uma entrevistada “Tem partidos que lhe instrui para ter uma forma de se expressar mais dirigista e às vezes isso não é legal dentro de um coletivo. Porque o que a gente tem que fazer é coletivizar o conhecimento e fazer com que várias pessoas se sintam empoderadas para poder falar”. É como se os partidos contaminassem as discussões e decisões por sobrepor seus interesses aos do grupo.

Coletivos, portanto, se diferenciam de outras organizações pelo caráter apartidário, decisões horizontais e pela ausência de lideranças. São características pontuadas por teóricos como Melucci (1989) ao interpretar os novos movimentos sociais como formas de ação coletiva baseadas na solidariedade e na reafirmação de demandas simbólicas, fluidas, horizontais e apartidárias. Conclusões similares foram encontradas em um dos artigos que tinham coletivos como objetos de estudo. Conforme Rebecca Bordt (1990), os coletivos possuem os seguintes aspectos:

[...] (a) a autoridade não é uma, mas distribuída entre todos os membros; (b) a liderança é rotativa e temporária, facilitando o ingresso de cada um dos sujeitos integrantes nesse posto; (c) a tomada das decisões é essencialmente participativa; (d) a divisão do trabalho é mínima; (e) informações, recursos e recompensas são distribuídos igualmente; (f) o poder é visto mais como uma forma de empoderamento do que de dominação; (g) os processos de organização são tão valiosos quanto os resultados; (h) as relações sociais são baseadas em ideias pessoais, comunitárias e holísticas (BORDT, 1990, p.134, tradução nossa).

Conforme esse trecho, os coletivos são formas de organização que incluem a horizontalidade e a rotatividade, em oposição às formas institucionalizadas. Os coletivos nesse sentido não possuem formalidades como um sindicato, um partido político ou mesmo movimentos sociais tradicionais, que com o desenvolvimento do processo histórico foram incorporando cada vez mais dispositivos formais à sua estrutura.

Os modos de atuação dos coletivos também apresentam diferenças e recusa à hierarquização e à formalização - que seriam características das organizações tradicionais. A roda de debates é a principal forma de atuação do coletivo. Outras formas de atuação são a participação em marchas, protestos e ocupações. Eles não atuam cobrando do Estado ou em parceria com instituições estatais no sentido de executar serviços, assim como as ONGs que se proliferaram na década de 1990. Somente dois coletivos - que por sinal já são grandes e registrados formalmente - trabalham junto à prefeitura na garantia de direitos e promoção de eventos culturais.

Não aparece na maior parte das demandas dos coletivos a exigência de direitos por parte do poder público. As definições e explicações da teoria do confronto político que enfatizam a política contenciosa subjacente aos movimentos sociais (TILLY, 2010) parece vazia no discurso da maioria deles (com exceção do coletivo anarquista e dos dois ligados a partidos políticos). O objetivo de dez deles é combater discriminações contra gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, mulheres e negros - além de conseguir mais atenção das universidades em relação às demandas dos seus estudantes.

O fato das falas dos entrevistados não demonstrarem ligação com o poder público não significa que tal relação inexista. Somente dois coletivos declararam que não tem nenhuma relação com pessoas e instituições governamentais, enquanto os outros onze pontuaram o contato com membros da prefeitura, que são também participantes de movimentos sociais. Logo, os coletivos têm contatos com a prefeitura e com vereadores, principalmente pelo fato de membros de movimentos sociais fazerem parte do governo. Também foram relatados contatos com vereadores e funcionários do poder público que apoiam os coletivos. Os coletivos apresentados em outro artigo científico brasileiro (BORELLI, ABOBOREIRA, 2011) também possuíam tal contato. A relação entre coletivos e governo é apontada por Bordt (1990) como um dilema para os coletivos. Inclusive, um dos entrevistados diz que a organização na área da cultura em que atua era um coletivo, até crescer e estabelecer parcerias com a prefeitura, se transformando em associação.

O discurso de distanciamento do Estado aparece mais nas falas dos membros dos coletivos quando tecem comentários sobre os partidos políticos. Com exceção dos dois coletivos ligados a partidos, todos os outros onze criticam contundentemente os partidos e a política parlamentar, considerada distante da população e responsável por promover interesses privados nos espaços de discussão. No entanto, a relação com o Estado existe e inclusive é fundamental para as organizações maiores continuarem com suas atividades.

A inter-relação entre movimento sociais e Estado é especialmente ressaltada pela teoria do confronto político que destaca o caráter relacional dos movimentos sociais (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). A literatura brasileira também já vem apontando essa relação e a importância de estudá-la (ABERS e VON BÜLOW, 2011; LAVALLE e SWAKO, 2015). Afinal, uma das questões centrais dos estudos sobre movimentos sociais é desvendar o impacto dos mesmos nas políticas públicas e na condução de governos, bem como o impacto das decisões governamentais sobre os movimentos sociais.

O impacto dos movimentos sociais nos governos e vice-versa está expressa na ideia de estruturas de oportunidades desenvolvida pelos teóricos do confronto político. As estruturas de oportunidades políticas são variáveis que interveem no crescimento dos movimentos sociais e tipos de atuação dos mesmos. Isso porque condições políticas possibilitam ambientes favoráveis para a ação coletiva na medida em que as pessoas tendem a acreditar que a mobilização pode ser bem-sucedida (TARROW, 2009).

Para entender essa inter-relação foi perguntado como os coletivos surgiram. Quase todos os coletivos surgiram a partir de meados dos anos de 2010. As únicas exceções foram dois coletivos ligados ao movimento estudantil que não tinham o nome de coletivos quando foram criados: um criado como uma espécie de “braço juvenil” do Partido Comunista Brasileiro, e outro que surgiu em meados da década de 1980. Ambos adotaram a autodenominação de coletivos recentemente.

Conforme Tilly (2010) três fontes de mudança produzem variação nos movimentos sociais: ambientes políticos globais, interações que ocorrem no curso dos movimentos sociais e entre seus participantes.

Atentando para esses três aspectos é possível compreender melhor as formas atuais de ação coletiva. O Brasil passou por um processo de redemocratização recente. A primeira Constituição promulgada pós-1964 foi lançada apenas em 1988 e nela o regime democrático de direito foi reestabelecido. Afora essa conquista, em 2003 assumiu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com bandeiras mais próximas de grupos marcados por clivagens sociais. O governo petista permaneceu por quase quatro mandatos consecutivos, apresentando de fato avanços para esses grupos - como a série de regulamentações criadas para proteger mulheres, negros, índios e deficientes.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, foi promulgado em julho de 2010; o Estatuto das Pessoas com Deficiência, Lei nº 13.146, em 2015; leis que visam o combate à violência contra a mulher, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340) data de 2006 e a recente Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104 de 9 de março) de 2015. No tocante aos direitos LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros),

houve avanços proporcionados pelo poder judiciário como, por exemplo, o reconhecimento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) da equiparação da união homossexual à heterossexual, em 2011.

Logo, existe uma ligação entre a formação de coletivos e o aumento de discussões sobre grupos oprimidos. Essa constatação também aparece em um estudo norte-americano sobre o tema. Conforme Valk (2002), parte considerável dos coletivos feministas foi surgindo na sociedade norte-americana no bojo da “nova esquerda”, no final dos anos 1960.

No Brasil, se os movimentos sociais que atuavam durante o período ditatorial pautavam suas ações em um discurso anti-Estado e pela conquista de direitos (SADER, 1988). Com a redemocratização vários de seus membros passaram a atuar junto ao Estado em instituições de cogestão como os Conselhos Gestores e na própria execução de políticas públicas. Tal aproximação gerou críticas entre os teóricos que acusaram os governos de cooptação e os movimentos sociais de se distanciarem das suas bases (CARDOSO, 1994). A crítica à aproximação dos movimentos sociais com o Estado explica parte das falas dos membros dos coletivos que reproduzem uma aversão aos partidos e à política parlamentar. Afora a aparente novidade sobre o tema, Manin (1995) já tratou da descrença em relação aos partidos políticos quando refletia sobre as metamorfoses do governo representativo.

O nome “coletivo” indica o distanciamento em relação a partidos, organizações burocratizadas e hierarquizadas e indica uma novidade em relação aos movimentos organizados. A adoção dessa nomenclatura tem relação com a interação entre os movimentos que pegam emprestadas ideias e formas de atuação (TILLY, 2010). Também é um nome atrativo. Conforme um dos entrevistados sobre o termo coletivo: “O nome chama a atenção e aproxima as pessoas”, logo seria mais atraente e moderno. No mesmo sentido, conforme outro entrevistado: “Essa forma de se organizar como coletivo, um novo formato, consegue atingir mais pessoas”. Em suma, existe a necessidade de diferenciar os coletivos de organizações hierárquicas e partidárias, mas também é uma nomenclatura em voga e, portanto, atraente.

4 CONCLUSÕES

Vêm crescendo nas universidades e redes sociais tipos de ação coletiva autodenominadas coletivos. No entanto, não existem trabalhos que sistematizem dados sobre eles. Para contribuir com o conhecimento sobre os coletivos, a presente pesquisa exploratória realizou entrevistas qualitativas com membros de treze coletivos que atuam

na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. Também foram consultados artigos científicos que tinham os coletivos como objetos de estudo. O referencial teórico versava sobre movimentos sociais.

Constatou-se que nos coletivos os jovens se juntam por objetivos comuns: geralmente o combate à discriminação e ao machismo, e por mais assistência aos estudantes. Os membros decidem de forma consensual sem a presença de lideranças. Os coletivos demonstram um distanciamento em relação aos partidos políticos, tidos como responsáveis por promover as orientações partidárias em mobilizações formadas com outros objetivos. A autodenominação coletivos é utilizada para reafirmar essa forma de mobilização horizontal, apartidária e sem lideranças.

Suas demandas estão relacionadas ao reconhecimento de identidades e concretização de direitos, assim como os novos movimentos sociais estudados por Melucci ([1982] 2001). No entanto, os coletivos não desconsideram o intercruzamento entre as clivagens sociais, em especial o peso das classes sociais na opressão sofridas por mulheres ou população LGBTQ+. Nesse sentido, os coletivos demonstram uma afinidade com os debates acadêmicos acerca da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença (CRENSHAW, 2002; MOUTINHO, 2014).

Eles surgem em meados dos anos 2010 em um contexto de aumento da discussão sobre políticas afirmativas, assim como apontou a teoria do confronto político com a ideia de estrutura de oportunidades (McADAM, TARROW e TILLY, 2009). Isso não significa que haja uma lei de causa e efeito entre a adoção dessas discussões pelo poder público e as pautas dos coletivos. Os coletivos reproduzem debates em voga e contribuem para a disseminação das discussões. Interessa justamente destrinchar essa relação – intenção dessa pesquisa e sugestão para pesquisas futuras.

Os resultados ora apresentados contribuem para preencher a lacuna de estudos sobre os coletivos, além de somar à reflexão sobre movimentos sociais. Ademais, considera-se que conhecer os coletivos é um passo importante para que se incentive novas práticas de ação coletiva com vistas à ampliação e concretização de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, ano 13, n. 28, 2011. p.52-84.

BORDT, Rebecca L. **How alternative ideas become institutions: the case of feminist collectives**. Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly, vol.26, no.2, June 1990. p. 132-155.

BORELLI, Silvia. ABOBOREIRA, Aline. Teorias/metodologias: trajetos de investigação com Coletivos junis em São Paulo/Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud, 1 (9), 2011. p. 161 - 172.

CARDOSO, R. A trajetória dos movimentos sociais. In Dagnino, E. (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. SP: Brasiliense, 1994.

COSTA, Diogo; PAULON, Simone. Participação social e protagonismo em saúde mental: a insurgência de um coletivo. **Saúde em debate** – Rio de Janeiro, v.36, n.95, 2012. p.572-582.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002. p. 171-188.

DESOUZA, Shaila. The Strength of Collective Processes: An "Outcome Analysis" of Women's Collectives in India. **Indian Journal of Gender Studies**. 19 (3), 2012. p. 373-392.

FERREIRA, Glauco. Margeando ativismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 312, 2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de Campo**, n. 14/15, 2006. P.321-328.

LAVALLE, A. G. e SWAKO, J. 2015. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, abril, p. 157-187.

MAIA, Gretha Leite. A juventude e os Coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. v.8, n.1/2013. p. 58-73.

MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. **RBCS**, n.º 29, 1995. p. 5-34.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. Para Mapear o Confronto Político. **Lua Nova**, São Paulo, 76, 2009. p.11-48

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, [1982] 2001.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989. p. 49-66,

MESQUITA, Marcos Ribeiro. **Cultura e política: a experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 81, Junho, 2008. p. 179 – 207.

MORA, Claudia; RIOS, Marcela. De Política de Representación a Política de Coalición? Posibilidades de Movilización Feminista em el Chile Post-Dictadura. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, Nº 24, 2009, p. 133-145.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, 2014. p. 201-248.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAPRIEZA, Gabriela. "Nos habíamos amado tanto". Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público. **Estudios feministas**, Florianópolis, 23 (3): 406, 2015. p.939-958.

SIQUEIRA, José Luiz Dias; LAGO, Angela Maria Chagas Villaluso. Coletivo da música: um estudo sobre relações entre arte e saúde mental. **Estudos Interdisciplinares de Psicologia**. Londrina. Vol.3. No.1, 2012. p. 93-111.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. Os movimentos sociais como política. In **Revista Brasileira de Ciência Política**, no.3, Brasília, janeiro-julho, 2010, p.133-160.

TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VALK, Anne M. Living a Feminist Lifestyle: The Intersection of Theory and Action in a Lesbian Feminist Collective. **Feminist Studies**, vol.28, no.2, 2002. p. 303-332.

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;
30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

Seminário Temático 12 - Democracia, Participação e Políticas identitárias e
interseccionais: limites, impactos e horizontes
Sessão 01 - Políticas públicas e instituições participativas: limites e possibilidades

Mulheres na Economia Solidária: Participação e Movimento Social

Ana Paula Vieira Freire

Universidade de São Paulo – Escola de Artes, Ciências e Humanidades- EACH.
Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política-
PROMUSPP

2017

Resumo

A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, diversas prefeituras incentivaram este tipo de empreendimento, por meio de cursos, incubadoras, entre outros. Surgiram então grupos de economia solidária, muitos deles formados por mulheres. Muitas destas mulheres se engajaram num movimento da economia solidária, se articulando em redes tanto para comercialização, como também pela luta para obtenção de direitos junto ao Estado, tornando-se cidadãs mais ativas e participativas. Este trabalho tem o objetivo de identificar quais as mudanças que a economia solidária trouxe para estas mulheres, tanto na sua vida pessoal, como nas relações com a sociedade. A pesquisa foi feita com base em entrevistas com mulheres de grupos de economia solidária do Estado de São Paulo, das cidades de Santo André, Osasco, Hortolândia e Cananéia. Além disso utilizaremos dados disponíveis na internet sobre a Secretaria de Economia Solidária e bibliografia sobre o assunto.

Palavras-Chave: Economia Solidária, Mulheres, Participação.

Introdução

Os movimentos sociais e a participação por meio de conselhos e fóruns estão na essência da Secretaria de Economia Solidária desde sua criação. As origens dessa secretaria se dão na formação de grupos de trabalho durante o Fórum Social Mundial em 2001, que ocorreu em Porto Alegre - RS. Este grupo de trabalho de economia solidária, articulava diversos movimentos sociais, que se organizaram posteriormente no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Durante a primeira Plenária, o FBES decidiu encaminhar em 2002 uma carta à presidência da república solicitando a criação de um órgão que tratasse da economia solidária, como estratégia política de desenvolvimento (FBES, 2012). Então, em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através da Lei 10.683/2003, juntamente com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNAES), regulamentado pelo Decreto 5.811/2006, e alterado pelo decreto 5.999/2006 (IPEA, 2012, p.12). A SENAES traz uma inovação por tratar do trabalho informal, cooperado e solidário, órgão inexistente até então, segundo Paul Singer :

Convém lembrar que o MTE desde sua criação tem tido por missão proteger os direitos dos assalariados. Os interesses dos trabalhadores não formalmente assalariados não figuravam com destaque na agenda do ministério. Por isso, o surgimento da SENAES representou uma ampliação significativa do âmbito de responsabilidades do MTE, que passa a incluir o cooperativismo e associativismo urbano (já que pelo rural continua responsável o Ministério da Agricultura. (SINGER, 2004, pág. 3).

O Conselho Nacional é um órgão consultivo e propositivo, mas não é um órgão deliberativo. Ele é formado por representantes do Estado, por empreendimentos solidários e por instituições de apoio e formação da economia solidária (geralmente ONGS) definidas previamente na lei, com o objetivo de propor, discutir e avaliar políticas públicas para a economia solidária. Apesar de não possuir influência direta para deliberar sobre as políticas da secretaria, o CNAES se tornou um espaço importante de debate, socialização e fortalecimento do movimento, com uma representação diversificada (IPEA, 2012, p.35-46). Nem todos os estados e municípios possuem uma legislação específica de incentivo à Economia Solidária, mas o movimento social se organiza independentemente em associações, e se articula em redes para debater e solicitar apoio de seus municípios para a economia solidária local com auxílio da FBES, e também criando movimentos independentes locais, como a Rede Andreense de Economia Solidária¹, a Rede Cananéia², entre outros.

A SENAES foi criada para fomentar a economia solidária e dar apoio político e material. Financiou centros de formação, comercialização em vários municípios, e visitou todos os estados, difundindo suas políticas através dos FBES e das Delegacias Regionais do Trabalho

¹ REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s.n.

² REDE CANANEIA, s.n.

(SINGER, 2004, pág.4). Desta forma, foram criados em alguns municípios do estado de São Paulo incubadoras de economia solidária, como por exemplo, em Santo André, em 2006³, e Osasco, em 2005⁴. Através dessas políticas públicas, muitos grupos de economia solidária foram criados ou se fortaleceram nessas cidades, entre eles, muitos grupos de mulheres.

Apesar dos avanços democráticos constituídos com a Constituição de 1988, a mulher no Brasil ainda vive em desigualdade se comparado aos homens, um conflito escondido em nosso cotidiano. Em 2012, as mulheres representavam 51,7% do eleitorado, mas em 2010 as mulheres eram somente 8,8% na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado Federal (IPEA, 2014). No mercado de trabalho, as mulheres recebem baixos salários, ainda que possuam a mesma escolaridade que os homens (IBGE, 2014). A desigualdade torna a mulher uma cidadã de segunda classe. Diante deste contexto de desigualdades, esta pesquisa busca identificar os motivos os quais levam as mulheres a trabalhar com a economia solidária, bem como, identificar o que mudou na vida dessas mulheres após o início do trabalho com economia solidária e ainda investigar se o trabalho na economia solidária pode ser uma alternativa positiva para a maior autonomia da mulher.

A ideia é identificar quais mudanças que a economia solidária trouxe para a vida e as relações dessas mulheres. A pesquisa foi feita com base em entrevistas com mulheres de grupos de economia solidária do estado de São Paulo, das cidades de Santo André, Osasco, Hortolândia e Cananéia realizadas entre 2015 e 2016.

Metodologia

Para atingir os objetivos descritos, foram feitas entrevistas com mulheres integrantes de cooperativas e que trabalham na economia solidária. Os grupos entrevistados são formados por mulheres em sua maioria. As entrevistas foram feitas com base em questionários semiestruturados, dando ênfase ao aspecto qualitativo, contendo perguntas padronizadas para todas as entrevistadas, mas deixando espaço aberto para novas perguntas conforme o contexto de cada uma delas (LAKATOS, 2009). O questionário qualitativo é mais adequado, pois irá trazer informações com maior riqueza de detalhes sobre a realidade de algumas mulheres e servirá para aprofundar o conhecimento dessas realidades, enriquecendo informações dos dados estatísticos já conhecidos, tentando fazer a análise partindo do geral e abstrato para o particular e específico.

As perguntas do questionário se dividirão em dois momentos. Primeiro, buscarão levantar informações sobre a trajetória de cada entrevistada, resgatando seu passado até o momento atual, tentando entender como ela chegou à cooperativa ou à economia solidária,

³ Lei nº 8.832 de abril de 2006, e Lei nº 8889 de setembro de 2006.

⁴ Lei nº 3.978 de 27 de dezembro de 2005.

fazendo um histórico de seu repertório. Em seguida, a entrevista irá investigar o atual momento dessa trabalhadora, após o início do trabalho na economia solidária, tentando identificar quais mudanças ocorreram em suas relações sociais, e em sua ação no mundo.

A metodologia de análise das entrevistas será a metodologia dialética, pois a mulher é constituída conforme as relações estabelecidas com o seu trabalho e com a sociedade, então, de forma dialética, a mulher também interfere nas possibilidades que a sociedade e o trabalho oferecem a ela. É preciso fazer a análise do objeto além dos fenômenos imediatamente perceptíveis, desvelando suas mediações e contradições. A compreensão do singular e do universal não pode ser feita de forma isolada, mas sim no entendimento de suas relações. (BORNHEIM, 1977). A análise das entrevistas pela metodologia dialética busca a compreensão das relações estabelecidas entre essas mulheres e sua forma de trabalho, e como isso pode interferir em suas relações e ações com a sociedade.

As entrevistas podem mostrar como essas mulheres encontram pequenas brechas que lhes permitem alterar em partes o seu cotidiano, em busca de renda, em busca de uma melhor condição de vida, em busca de mais cidadania e, talvez, fazer assim uma resistência às práticas hegemônicas (CERTEAU 1990, pág. 41). Também pode ser possível verificar quais são as dificuldades existentes para um melhor desenvolvimento de suas atividades e da economia solidária.

Diferenças Práticas e teóricas entre Economia solidária e cooperativismo: uma breve abordagem.

Um empreendimento de economia solidária possui um grande diferencial de uma empresa capitalista: nela todos os trabalhadores são sócios e administram a empresa. Para SINGER (2002), a economia solidária e o cooperativismo são similares. O importante seria esta alteração na lógica de produção presente em ambas as denominações. Para ele a economia solidária é:

...outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica (SINGER, 2002, p.10).

As empresas cooperativas têm seu marco de fundação quando um grupo de tecelões no ano de 1843, na cidade de Rochdale, Inglaterra, formaram uma cooperativa operária de produção e consumo, como forma de melhorar suas condições econômicas, devido aos baixos salários e pobreza (CARDONE, 2007, p.14). Esses operários criaram os sete princípios básicos que norteiam e caracterizam as cooperativas até os dias de hoje. São eles: 1-Adesão Livre; 2-Administração Democrática; 3- Retorno na proporção das compras; 4-Juro limitado ao capital; 5-Neutralidade política e religiosa; 6-Pagamento em dinheiro à vista e 7-Fomento

de educação cooperativa (POLONIO, 2001, pág. 24). O objetivo inicial era conseguir gêneros de primeira necessidade para os cooperados (consumo). Em seguida, a cooperativa de consumo se transformou em uma cooperativa de produção. O objetivo de qualquer empresa capitalista é o lucro. Na cooperativa, o lucro não é o objetivo, e sim a cooperação de seus membros para atingir seu objetivo comum (POLONIO, 2001, pág. 23-26).

A Organização Internacional do Trabalho define cooperativa como:

Uma associação de pessoas que se agrupam voluntariamente para alcançar um objetivo comum mediante a formação de uma empresa controlada democraticamente, que contribuem com uma quota equitativa do capital que se requer, assume uma justa parte nos riscos e benefícios; e em cujo funcionamento os sócios participam ativamente. (OIT, 2001, pág.164)

Apesar da visão positiva que a OIT possui das cooperativas, a economia solidária é classificada pela OIT como mais um tipo de trabalho informal no Brasil, junto com muitos outros, como a contratação de pessoas jurídicas, trabalho autônomo, temporário, etc, Trabalhos sem a proteção da seguridade social, leis trabalhistas e previdência (KREIN; WEISHAUPT, 2010. p.12, 32-35).

Observamos durante a pesquisa que a principal diferença existente no Brasil entre economia solidária e cooperativismo é a legislação e regulamentação das atividades. A lei brasileira prevê apenas a existência formal de cooperativas, regulamentada pela Lei nº 5.764 de 1971 e pela Lei 12.690 de 2012. Já a economia solidária no Brasil não é prevista em lei específica, e por isso, consiste muitas vezes em um acordo informal entre trabalhadores. As ações do governo federal através da SENAES eram focadas em incentivar a economia solidária, no âmbito municipal, criando verbas de incentivo para incubadoras de empreendimentos e treinamento (SINGER, 2004, pág. 4). Mas não trouxe avanços quanto a legislação da formalização da economia solidária. As entrevistas realizadas com trabalhadoras revelam que a legislação atual não é compatível com as necessidades da economia solidária, uma vez que a legislação para cooperativa foi pensada para grandes empreendimentos, com grupos de pelo menos vinte pessoas, e tributação elevada, apesar da isenção de imposto de renda, enquanto que a economia solidária é geralmente criada a partir de grupos pequenos, com produção em menor escala. Muitos grupos ainda são informais, e alguns se formalizam como MEI (Microempreendedor individual), que possui uma tributação menor do que as cooperativas, mas que não traduzem o real funcionamento democrático do empreendimento.

Para Harvey (2011) existe uma diferença entre cooperativismo e economia solidária. Ele critica a pouca capacidade de mudança de experiências como as cooperativas e o orçamento participativo, que são rapidamente reabsorvidas nas práticas dominantes da reprodução capitalista. Segundo ele, é a prática dominante que precisa ser alterada (HARVEY, 2011). Mas o autor reconhece a potencialidade daqueles indivíduos que estão no

mercado informal, com menos diretos, e que sofrem mais com as crises. Por esses motivos, esses setores realizam esporadicamente *movimentos importantes que questionam o sistema capitalista*, mas isolados, são rápidos e não conseguem mudanças duradouras ou profundas. Mas essas práticas, ainda que isoladas, devem ser consideradas como experiências importantes, pois propõe redes horizontais e se opõe às direções centrais e hierarquias. (HARVEY, 2011, p.205).

Santos e Rodriguez (2003) definem a economia solidária como um dos movimentos autônomos em prol de uma *globalização contra-hegemônica*, que tornam a lógica de reprodução capitalista incômoda, buscando resolver emergências locais, mas que podem ter grande potencial se articuladas em redes para se ampliar (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2003, p.21-28).

Podemos dizer que a economia solidária e o cooperativismo podem acabar sendo cooptados pelo capitalismo como uma empresa comum, ou ainda que são apenas experiências locais. Mas sua lógica de trabalho e produção diferenciada pode agregar para seus integrantes experiências de vida, de socialização, de participação e de trabalho que modificam a relação deles com a sociedade. Existe um potencial de mudança e expansão possível na economia solidária, que pode ser potencializado pela criação e articulação de redes entre os grupos, a fim de ultrapassar a ação local.

A Cooperativa de Costura de Osasco

A Cooperativa de Costura Osasco surgiu de um projeto da prefeitura chamado "Programa Osasco Solidária"⁵, onde mulheres receberiam o treinamento para aprender a costurar, recebendo uma bolsa como ajuda de custo, com o objetivo de produzir e fornecer os uniformes para os alunos das escolas municipais de Osasco. Nesse treinamento, as mulheres aprenderam também conceitos de administração, autogestão, cooperativismo e economia solidária, ficando a escolha de cada uma dar continuidade em grupo, ou individualmente nesse trabalho, após o fim do curso. Um grupo de trinta e três mulheres decidiu continuar o trabalho em grupo e formou-se em 2007 a Cooperativa de Costura de Osasco, também chamada de CCO, conforme relato da entrevistada Marize Alves Prazeres Rodrigues.

A cooperativa reuniu mulheres que se dividiam entre o trabalho doméstico e a necessidade de obter renda, a dupla jornada. Algumas desempregadas com dificuldade de voltar ao mercado de trabalho após o nascimento dos filhos, outras com marido doente e impossibilitado de trabalhar, e também beneficiárias do programa sociais, como o bolsa família, conforme relatos das entrevistas:

⁵ Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005; REDE MOBILIZADORES, 2010.

Meus filhos eram pequenos, não tinha com quem deixar, tava encontrando muita dificuldade de arrumar alguém para cuidar deles, e eu tive que pará (*de trabalhar*) pra cuidar deles. E aí depois de uns anos, uns cinco anos, tentei voltar para o mercado de trabalho e não consegui. Aí encontrei a economia solidária onde estou até hoje (Trecho extraído de entrevista com Jarise, CCO - Confecções e Costura).

Em outro trecho, a entrevistada Jarise da Silva relembra ainda as dificuldades que ela passava quando entrou no projeto de economia solidária:

Bom, a economia solidária é uma outra alternativa de trabalho, é um trabalho participativo, é um trabalho que não tem patrão, que você pode trabalhar com aquilo que você sabe fazer. E... a gente conseguiu né? Se reerguer...um pouco...melhorar bastante...trabalho da economia solidaria, porque já tava assim...bem difícil...né? Sem emprego...meu marido ficou desempregado...e pra mim foi...como se diz...foi a válvula de escape. (Trecho extraído de entrevista com Jarise, CCO - Confecções e Costura Osasco).

A entrevistada Jarise identifica as mudanças em sua vida após a economia solidária, marcadas tanto por uma dominação do espaço privado, pelos anos que ficou em casa cuidando dos filhos, como também por empregos que não possibilitaram a autonomia e desenvolvimento profissional e humano para ela. A entrevistada teve vários empregos até ter seus dois filhos. Trabalhou em escritórios, indústria, e comércio. Mesmo com empregos formais fora do lar, ela demonstra que ela não tinha desenvolvido muitas das habilidades que adquiriu agora com a economia solidária, com a participação em assembleias e as decisões em grupo, como saber se comunicar, administrar, articular e socializar:

Ah...as mudanças tem. Tem várias mudanças. Que a gente aprendeu bastante coisa, principalmente assim de falar, de estar aqui conversando com você. No começo...(risos) a gente nem conseguia, nem sabia direito, né? E a administração que precisa melhorar e tudo, mas que hoje em dia a gente já sabe bastante coisa, está sendo administrado por pessoas daqui, os membros aqui do grupo, né? E eu acho que a gente aprendeu muito. Socialmente...até de convivência. A gente aprendeu. (Trecho extraído de entrevista com Jarise).

Outra entrevistada, Marize, liderança do grupo, conta como ela era antes da economia solidária, e como após o início do projeto, ela buscou conhecimento voltando a estudar e aprendendo a dirigir:

Como eu havia dito, eu era muito quieta, muito calada, e hoje eu falo bastante, vou nos empreendimentos, as vezes os municípios chama a gente para falar alguma coisa...falar dessa experiência, né? E antigamente não, eu era quieta, calada, então depois que eu to nesse projeto me desenvolveu pessoalmente, a minha pessoa e as demais aqui também...Então eu falei assim..."não! eu consigo voltar a estudar. Se eu voltar a estudar, meus filhos não vai morrer porque saí de casa, vou ficar um tempo fora, eu consigo voltar a estudar". Voltei a estudar. Terminei o ensino médio. E depois eu falei: "não, mas eu tenho que acompanhar esse projeto, imagina: eu to lá conversando com a presidente e não sei abrir um e-mail?...Preciso melhorar!" Então fui fazer...fiz

computação, fiz administração...mas assim um curso, não foi técnico, nada, mais para minha melhoria pessoal mesmo. Porque se eu tivesse em casa não ia pensar nada disso... “não, tá bom...não preciso de mais nada...”. E nosso intento é crescer, é melhorar...é ter mais conhecimento...você tá no mercado você tem que saber conversar com as pessoas, né? Pra isso você vai buscando...e agora, um sonho que eu tinha faz tempo, que eu consegui realizar a pouco tempo, foi ser habilitada...! Então assim, é coisa pequena...mas que pra mim tem assim um valor imenso...porque era coisa que eu ...sempre desejei e não conseguia fazer....né? (Trecho extraído de entrevista com Marize).

Elas encontraram nesse empreendimento uma forma de obter rendimentos, e também se tornaram mais autônomas, em outros aspectos de sua vida, voltando a estudar, aprendendo a dirigir, a utilizar e-mail, computador, e melhorando sua autoestima, conforme relatos das entrevistas. Existe também uma nova relação com o trabalho, em comparação com trabalhos anteriores. Marize conta que trabalhou dez anos em uma empresa de costura, e só aprendeu fazer gola de camisa. O objetivo era costurar determinada quantidade por dia, e não havia possibilidade de aprender a costurar em outras máquinas. Marize aprendeu a costurar depois de sair dessa empresa, quando trabalhou em uma empresa menor por um ano, e lá aprendeu a fazer uma peça inteira, e fez também um curso de costura, através do qual costurava em casa para sobreviver, e cuidar dos seus quatro filhos, uma vez que seu marido estava doente e impossibilitado de trabalhar. Na economia solidária existe uma valorização do trabalho e do empreendimento, que é delas, totalmente diferente de empregos formais:

É que nos empregos, você fica muito preso, né? Você tem aquele horário, você entra um determinado horário, sai... E você também não participa, você não entende, não sabe o que que acontece na empresa. Você pega aquele seu trabalho, faz aquela operação, termina, vai embora. E no empreendimento que é seu, que é da economia solidária, que a gente conquistou, eu acho diferente porque você participa de toda operação, toda participação do produto, quando você começa, o primeiro contato com o cliente, o depois o desenvolvimento do produto, a comercialização daquele produto, aí agente faz a peça piloto, o cliente aprova, faz a modelagem, e vai para produção. Quando a gente termina que entrega, que você recebe, pra mim tem um outro valor, não o valor de você receber um salário, é um valor de ter um produto que você conseguiu desenvolver ele, que você participou de toda aquela etapa, e que você entregou para o cliente. Então assim, pra mim, eu tenho essa concepção ...que quando a gente recebe o nosso pró-labore, que seja no final do mês, tem um outro valor, não o valor assim de salário, o valor de conhecimento, de que você conseguiu transformar aquela ideia daquele cliente num produto, e assim por diante... (Trecho extraído de entrevista com Marize).

É possível identificar nas entrevistas a preocupação com os filhos. No caso de Jarise, a sua sogra ajudava a cuidar das crianças quando ela começou a trabalhar na economia solidária. Ela conta que os seus próprios filhos colaboraram, se comportando. Já na entrevista da Marize, parece ser mais distribuída as tarefas em casa, de forma que ela sentiu que poderia voltar a estudar a noite. Mas ainda que a família tenha colaborado de alguma forma, os filhos

ainda são uma condicionante para que a mulher possa ter e desenvolver qualquer outra atividade, geralmente sem uma divisão adequada das tarefas e responsabilidades.

Nas entrevistas aparece também uma outra perspectiva de socialização que raramente se encontra no mercado de trabalho competitivo. Cada integrante do grupo acaba incentivando e ajudando a outra a dar andamento em cursos e aprimoramentos, sendo que muitos cursos elas fazem juntas, evidenciando uma solidariedade, e uma busca por melhor formação.

Mas a cooperativa enfrenta ainda muitas dificuldades. A falta de capital de giro prejudica a competitividade da empresa, se comparada com empresas capitalistas. Essa dificuldade também atrapalha comercialização, uma vez que a empresa não consegue manter estoques de matéria prima, o que pode tornar o prazo da entrega da encomenda maior. Existe também dificuldade de comercializar, uma vez que a empresa ainda não possui uma estratégia de marketing e vendas organizada e especializada como uma empresa comum:

Não ter cliente fixo também. Não ter vendas fixas. Um mês a gente consegue vender outro não. Então a gente não consegue...não temos sempre vendas. Isso atrapalha bastante. Se a gente tivesse uma carteira de cliente já definida, seria bem mais fácil. Só que a gente não consegue, devido a esses problemas mesmo: de não ter matéria prima, de não ter capital de giro, de não ter as vezes uma máquina mais especializada, que o mercado está sempre mudando, então a gente tem que ter essas coisas que ajudam a melhorar o produto, né? (Trecho extraído de entrevista com Marize).

(...)A gente não tem ainda uma boa divulgação. Nós temos dificuldade ainda. Não ter um site legal, não ter um panfleto, um cartão, coisas assim, de mídia, que ajuda na divulgação.(Trecho extraído de entrevista com Marize).

São dificuldades que qualquer empresa pode ter no mercado competitivo capitalista. Mas em geral as empresas possuem crédito para investimento, acesso a treinamento, informação e tecnologia, e com isso podem mudar suas estratégias a partir desses investimentos, para sobreviver frente ao mercado. A economia solidária, apesar de ter uma organização humanizada, se relaciona com o mercado capitalista e precisa também estudar essas estratégias para sobreviver. Mas faltam geralmente capital para esse tipo de investimento.

Outra grande dificuldade está relacionada à legislação. A oficina de costura foi aberta inicialmente como uma cooperativa. Porém a legislação brasileira que regula essa atividade é muito antiga, como já dissemos neste trabalho, pensada para grandes cooperativas industriais, e possui por isso uma carga tributária elevada. Dessa forma, os produtos da cooperativa acabam tendo preço pouco competitivo por terem essa carga tributária alta, se comparados com a carga tributária de microempresas, uma forma de constituição compatível com o faturamento e produção da CCO. Dessa forma, a CCO mudou sua formalização para

microempresa, que possui carga tributária menor, alternativa criada justamente para incentivar pequenos empreendimentos. A empresa mudou também sua razão social, passando de “*Cooperativa de Costura Osasco*”, para “*Confecções e Costura Osasco*”. Entretanto, a legislação de microempresa não contempla a administração cooperativa e solidária da CCO. Na microempresa é necessário que existam sócios com cotas, e não há a previsão de assembleias, votações e divisão dos ganhos entre os trabalhadores, como é previsto na legislação da cooperativa. Assim, a empresa continua funcionando solidariamente e democraticamente, com base na auto gestão, apesar de a empresa estar oficialmente em nome de sócias.

Elas contam que participam de debates e ações do movimento de economia solidária e cooperativista, para que seja criada uma legislação específica da economia solidária, que contemple essas peculiaridades administrativas mais horizontais da economia solidária:

Quinta feira nós tivemos uma audiência pública, né? Foi o lançamento da Frente Parlamentar da economia solidária, foi bem um encontro assim, bem dinâmico, bem proveitoso, tava...tinha bastante gente. Contamos com a presença do Paul Singer, né, do deputado Marcos Martins que é aqui de Osasco...E...onde todo mundo pôde, é como se diz, se manifesta, através dali, o que tá bom, o que não tá, o que podemos fazer na economia solidária. (Trecho extraído de entrevista com Jarise).

MCG Eventos e Buffet – Santo André

A MCG Eventos e Buffet é um empreendimento da cidade de Santo André – SP, especializado em alimentação. A entrevistada desse grupo foi Maria Aparecida dos Reis Adriano, uma das lideranças do grupo, conhecida como Cida Reis. O empreendimento começou através de um convite de um casal de noivos que tinha sido abandonado pelo Buffet que eles haviam contratado uma semana antes do casamento. O casal era cliente de um restaurante em que Cida trabalhava, e os noivos vieram pedir para que as funcionárias do restaurante fizessem o serviço de Buffet. A dona do restaurante não quis pegar o negócio, alegando que as funcionárias não trabalhavam de fim de semana para ela, e sugeriu que os noivos negociassem diretamente com elas, encarregando a Cida de ser a porta voz das funcionárias. A partir dessa festa de casamento, surgiram mais três, e também um almoço, e assim o negócio foi aumentando.

Cida Reis trabalhava desde os dezoito anos. Casou-se com quatorze anos por vontade de sua família muito católica. Seu primeiro marido se tornou alcoólatra e violento logo nos primeiros anos de casamento. Por isso, desde os dezoito anos ela já trabalhava para sustentar a família, convivendo com a violência do marido, que a família ignorava e julgava normal, insistindo que ela devia permanecer casada. Depois de anos, ela conseguiu se libertar do casamento, após um grande conflito, onde ela revidou à violência do ex-marido, após ele ter derrubado sua filha de apenas quatro meses de seus braços devido às agressões. Ela deu os

primeiros passos para o divórcio, formalizando o boletim de ocorrência desse fato e indo morar temporariamente em Minas Gerais, na casa da família de seu pai, que era divorciado de sua mãe. Desde então, ela teve diversos trabalhos, como arrumadeira, cozinheira, babá, empregada doméstica. Tinha apenas o ensino fundamental, dificultando o acesso à outros empregos. Conta que por várias vezes recorreu a caridade, buscando comida em igrejas para alimentar a sua família. Teve um segundo relacionamento que também terminou. Mas como ela mesmo disse, ela já estava habituada a cuidar da família sozinha.

Foi mesmo a partir desse convite para organizar uma festa de casamento que sua vida profissional começou a mudar. Os eventos de fim de semana foram ficando frequentes, e sua amiga Tânia, insistia que elas precisavam mesmo de uma segunda renda, e deviam encarar o desafio. Por isso Cida decidiu voltar a estudar, pois sentia que servir alimentos e administrar o empreendimento era muita responsabilidade e elas precisavam de mais formação. Precisou primeiro negociar com a sua mãe pois era necessário alguém que ficasse com as crianças em casa para que Cida pudesse estudar. Sua mãe apesar de ter se aposentado, tinha voltado a trabalhar. Mesmo assim Cida insistiu em se dividir entre cuidar das crianças e da casa e estudar. Fez um curso de ensino de jovens e adultos pela prefeitura de Santo André, o PIQ (Programa Integrado de Qualificação⁶), e conseguiu terminar o ensino médio. Durante o curso foram oferecidas vagas para participar de um curso de formação em economia solidária e empreendedorismo. E nesse curso Cida percebeu que o empreendimento delas já funcionava como economia solidária. A partir desse curso de formação, Cida se envolveu no movimento: foi convidada para fazer parte do Fórum Municipal de Trabalho e Economia Solidária de Santo André.

Nesse momento no ano de 2005, Cida se envolveu muito com sua formação e participação no Fórum e na Conferência Nacional de Economia Solidária, e o trabalho com o Buffet estava estagnado. Mas a partir da do surgimento de feiras de economia solidária junto com alguns eventos, resultados do próprio movimento, ela e seu grupo retornaram a ativa, e estão até hoje:

A economia solidária na minha vida vem desde aí, desde 2006. E a mudança na minha vida, a economia solidária foi assim quase que cem por cento de culpa das positivities que aconteceram na minha vida. ...Pessoas... Saber dialogar, sabe? Hoje eu estou no Conselho Nacional de Economia Solidária representando os empreendimentos da região sudeste do Brasil (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

Ela relembra que o espaço de diálogo aberto na prefeitura de Santo André, que levou ela a estar também articulada com o movimento nacional, foi conquistado com a união dos empreendimentos locais que realizou uma manifestação na prefeitura:

⁶ Lei Municipal 8.804 de dezembro de 2005.

No governo anterior, foi necessário a gente ir pro enfrentamento, e dizer ao prefeito que se ele não fosse dialogar com a economia solidária, a economia solidária ia plantar na porta da prefeitura. Ele não foi, e nós fomos pra porta da prefeitura, entendeu? Nós fomos pra lá e ficamos um dia todo na sala dele. Ai, ele queria receber um ou dois, nós falamos que não! Ou ele vinha falar com todo mundo...ai ele resolveu mandar um representante. E aí nós falamos pro representante também não! E ficamos lá. E... a coisa foi ficando crítica. O Diário do Grande ABC tentando se aproximar, né? E hoje (inaudível). Ai ele foi, ele veio nos receber. Ai ele falou que economia solidária era do PT. Eu disse a ele “aonde é que tá o partido aqui? Nós somos movimento. Nós somos trabalhadores e trabalhadoras de economia solidária”. Mas antes de explicar... “Mas quem é você?” “Sou Cida Reis. Sou trabalhadora. Mas antes de explicar o que é economia solidária, tem um ponto importantíssimo pra te lembrar: por duas vezes a nossa lei de economia solidária foi pra Câmara, pra votação. E as duas vezes, você votou nele, na lei”. Então você conhece economia solidária, ou não? (...) Acabou o assunto. Nunca mais tivemos problemas pra conversar com ele sobre economia solidária, com ele, com os outros secretários. (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

Em 2012 foi finalmente inaugurado um Centro Público de Economia Solidária para dar apoio aos empreendimentos e também conta com uma loja para comercialização dos produtos, em local privilegiado da cidade, resultado de ações do movimento de economia solidária de Santo André – SP, do qual Cida participou (LIMA, 2012).

Ela conta que hoje ela atua também como formadora de economia solidária e também atua no Grupo de Trabalho de Mulheres do Fórum. Nessa atuação, ela participa de análises dos projetos, e conta que muitas empresas oferecem projetos para obter algum benefício, como por exemplo uma “marca sustentável”, mas que na verdade não se importam com a saúde e segurança das trabalhadoras e trabalhadores envolvidos, nem com os impactos do projeto, e muitas vezes é difícil conseguir a mudança no projeto para que ele realmente seja solidário e sustentável. Ela lembra que esse é o principal diferencial da economia solidária:

É o coração! ...Peraí! Eu preciso me sentir na pele da pessoa, porque se não, não faz sentido a gente trabalhar a economia solidária, né?! Se eu não me preocupar onde eu vou descartar o óleo que eu frito pastel, eu tô agredindo a você, eu tô agredindo a criança que nem nasceu ainda. Porque eu tô poluindo a terra, eu tô poluindo a água, então eu tô na mesmice, eu tô no que o capitalismo apresenta todo o dia, né?! Então nós temos que ser diferentes. A diferença é nós que fazemos. (Trecho extraído da entrevista com Cida Reis).

O movimento aprendeu também a relacionar as principais demandas e buscar apoio da prefeitura ou da iniciativa privada, sendo que várias entidades, muitas religiosas, apoiam alguns projetos, via Fórum Municipal de Economia Solidária.

Todas integrantes do grupo buscaram estudar e buscar formação, tentando achar a área que mais interessava. Cida está tentando fazer um curso superior de gastronomia, pois já ganhou até alguns concursos com seus pratos inspirados na culinária brasileira, como o Tutu de iaiá.

O grupo se iniciou com cinco mulheres. Quando os eventos ficaram escassos, o movimento normal é que algumas pessoas busquem o trabalho formal, como Cida relatou.

Em determinado momento ficaram apenas duas no grupo: Cida e Greice. Então elas resolveram envolver mais mulheres para fortalecer o grupo, e atualmente a formação é composta por cinco mulheres que trabalham exclusivamente no grupo, e mais dezenove mulheres e três homens que trabalham indiretamente, em eventos maiores. O Buffet fez também uma parceria com um grupo de alimentação de Hortolândia, o Buffet Flor do Dendê que está fornecendo salgados congelados para elas, evidenciando o trabalho em rede desses grupos, fundamental para fortalecer o movimento e os empreendimentos.

Griffe Criolê - Hortolândia

A Griffe Criolê é um grupo de economia solidária formado em Hortolândia-SP, cidade próxima à Campinas. A ideia do grupo surgiu de Isabel Cristina Alves e sua irmã, após participar de um grupo de artesanato e entrar para a diretoria de uma associação de artesãos. Isabel encontrou o grupo de artesanato como tratamento de depressão após a morte de seu filho caçula, com menos de dois anos, portador da Síndrome de Down, que a deixou muito abalada. Mas antes disso, sua trajetória já era ligada ao artesanato e ao trabalho autônomo. Isabel nasceu no Rio de Janeiro, mas foi criada em Brasília. Sua mãe veio para Hortolândia quando se divorciou de seu pai, que era alcoólatra. Isabel tinha dezessete anos quando chegou em São Paulo, com o ensino médio e magistério concluídos, a chamada escola normal, curso muito comum na época para mulheres, e também com um curso de vitrinista. Apesar de ter feito o magistério, Isabel trabalhou pouco tempo como professora e logo arrumou trabalho como vitrinista. Ela é também artesã pois aprendeu várias técnicas de artesanato para decorar as vitrines, assim como também produzia e vendia bonecas em feiras de artesanato para complementar a renda. Sua família tem um envolvimento com a defesa da cultura afro, pois funciona na propriedade da família um terreiro de religião de matriz africana. Em 2009, foi criado por elas um ponto de cultura chamado “Ponto de Cultura Caminhos⁷”, através de uma ONG que ensina dança afro para os jovens de Hortolândia, o grupo Oju Obá. Segundo Isabel, a ideia da ONG é propor uma atividade de valorização da cultura para os jovens, devido ao alto índice de violência e homicídios na cidade. Houve também uma perseguição pela vizinhança contra as atividades do terreiro de candomblé. A ONG e o ponto de cultura funcionam como uma proteção para a comunidade do candomblé, que além de propor o ensino da dança e da música para valorizar a cultura, mobilizou os integrantes a participar de fóruns e conselhos na prefeitura para colocar em debate e defender os direitos humanos e a igualdade racial, permitindo a permanência das atividades no local.

⁷ PONTO DE CULTURA CAMINHOS, s.n.

Durante o tratamento da depressão causada pela a morte de seu filho, no grupo de artesanato, ela foi convidada para fazer parte da direção de uma associação de artesãos incentivado pela prefeitura, devido aos conhecimentos que já possuía:

...Eu não tinha nenhuma formação de economia solidária, mas eu já tinha essa ideia, que a meu ver na época, era meia subversiva, da história de a gente ser dono da nossa história, de a gente ser dono do nosso nariz. Eu já tinha isso....Então esse falar meu, eles me convidaram pra fazer parte da diretoria. (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

A partir daí Isabel começou a participar de reuniões do Fórum de Economia Solidária representando a associação de artesãos, e assim ela conheceu a economia solidária. A economia solidária trouxe uma nova dimensão de organização para ela, que se agregou às experiências, conhecimentos, práticas e objetivos dela e de seu grupo:

Falar de economia solidária pra comunidade do Candomblé, é chover no molhado. É uma prática que eles conhecem, não davam o nome, mas é algo que eles faziam. É...compra coletiva, almoço coletivo, a gente faz isso, nas festas, né, a gente faz é...o Candomblé tem festas que duram dois, três dias. Então, a comida é comprada junto, tudo junto, é tudo feito junto. As roupas pra festa é costurado junto. Então foi tudo isso que deu.... (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

Porém Isabel saiu da associação pois não achou correta a forma como estava sendo dirigida. Isabel entregou seu cargo de diretoria da associação e se dedicou a ideia de articular a economia solidária para geração de renda na sua comunidade, porque o grupo de dança apesar de ser muito importante para formação dos jovens e de ter obtido sucesso, sendo chamado para diversas apresentações, não resolvia o problema da baixa renda e do desemprego da família dos jovens. Após várias tentativas de produtos, a ideia se desenvolveu em dois eixos: Um de culinária e outro de moda.

Ai foi...nasceu duas unidades de negócio: Trabalhar com acarajé, a comida baiana, que é coordenado pela minha irmã. E a que trabalhava com a questão do artesanato. Na época era boneca, sabonete, etc e tal. Mas eu sempre gostei muito de moda. Eu já tava namorando essas coisas de moda. Eu sempre quis. E a economia solidária, começou a me dar esses toques, esses toques, esses toques. Ai eu resolvi montar uma moda artesanal. A minha irmã costurava, eu não desenhava, eu não tinha nenhuma...eu tinha bom gosto. Eu tinha criatividade, e tinha ousadia. E ai, eu vi que eu tava montando uma grife. Lá na época eu não tinha formação nenhuma pra isso. Isso foi adquirido ao longo...então, assim como eu cresci dentro da economia solidária como militante, como educadora, como fui me especializando e tudo, a grife acompanhou esse olhar. (Trecho retirado da entrevista com Isabel)

O grupo de culinária, hoje chamado Buffet Flor do Dendê, iniciou com a venda de acarajé em feiras e eventos sazonais. Atualmente o grupo conta com quinze pessoas e estão com uma produção mais fixa, fornecendo salgados para o MCG Buffet, além de organizarem eventos com cardápio que mistura comidas típicas do candomblé com salgados comuns de festas. A articulação dos dois grupos em rede é um passo importante para consolidação dos grupos de economia solidária, conforme análise Santos e Rodríguez (2003, p.21-28). Esse

grupo é coordenado por sua irmã e consegue garantir uma renda mensal para os integrantes por conta dessa articulação.

A Griffe Criolê é composta de cinco pessoas fixas, chegando a ter quinze pessoas em época de maior produção. Isabel fez diversos cursos técnicos e livres relacionados à moda, costura e comercialização. Apesar de ter formado muitas pessoas na costura, bordado, tingimento artesanal, a grife ainda não consegue garantir renda fixa para mais de cinco pessoas, o que leva muitos integrantes à terem outras atividades e empregos, em alguns casos também relacionados à costura por consta dessa formação, e ter a grife como uma segunda renda. Em novembro de 2016 foi inaugurado o *Centro de Capacitação e Qualificação Profissional Griffe Criolê*, fruto de um edital que o grupo ganhou para investimento solidário que forneceu os equipamentos e o grupo Criolê juntou o dinheiro e construiu o espaço. Os equipamentos vão ser usados tanto na produção da Criolê, quanto nos cursos de formação.

A Griffe Criolê é uma parte das muitas ações que Isabel e sua irmã estão construindo para mudar tanto a sua realidade como também a realidade de sua comunidade. Tanto com o grupo de dança como com as atividades de alimentação, de costura, e o com o centro de formação, tentam transmitir para as pessoas uma postura de protagonismo para lidar com a realidade e as dificuldades cotidianas. Isabel já tinha uma tendência ao trabalho autônomo, mas ela considera que a economia solidária a deixou mais politizada e preocupada com as pessoas ao redor:

Então esse olhar ficou mais aprimorado. Já existia, mas ficou bem mais aprimorado. É...e se preocupar com que tá do meu lado. (...) E fico arrasada quando eu chego na prefeitura, e apresento o diagnóstico que eles pediram pra eu fazer, e eles falam que não podem fazer nada, e eu sei que eles podem. Então isso mudou. Mudou muito, Ana Paula. Eu não fico mais indiferente com o que acontece no mundo. Nunca fiquei, mas agora está mais... acelerado, mais...entendeu? A ponto do médico falar pra mim: "você tem que esquecer um pouco, e pensar mais em você, porque se não você não vai sobreviver". Entendeu? Então eu acho que foi isso. Eu considero uma grande mudança. E eu procuro fazer isso com todo mundo que está ao meu redor. (Trecho retirado da entrevista com Isabel).

A economia solidária deu acesso a informações, conhecimentos e ferramentas que colocaram Isabel de forma mais ativa e articulada para o bem de sua comunidade.

Enseada da Baleia – Ilha do Cardoso, Cananéia.

A comunidade caiçara⁸ da Enseada da Baleia, se localiza da Ilha do Cardoso, estado de São Paulo. A ilha foi transformada em parque em 1962⁹, e desde então várias atividades eram proibidas, como a construção de casas e o cultivo de alimentos. Após muitas décadas foi elaborado o plano de manejo, e finalmente em 2001, as áreas foram classificadas determinando o tipo de atividade permitida em cada região, e foi constituído um conselho com participação dos moradores. A Ilha possui diversas comunidades, e todas elas não possuíam energia elétrica até 2016. A Enseada da Baleia vivia basicamente da pesca e da produção artesanal de peixe seco, que era comandada pelo Senhor Malaquias, um líder comunitário que tinha dificuldade para andar, mas tinha muita habilidade para os negócios. Ele comprava peixe dos pescadores da região, a sua comunidade fazia o peixe seco com uso de técnica artesanal tradicional, e ele vendia toda a produção, inclusive para o exterior, coordenando tudo e pagando cada pessoa da comunidade pelo serviço. Tatiana Mendonça Cardoso, sua neta, cresceu na comunidade e aos quinze anos veio para cidade de Cananéia para terminar os estudos, apesar de desejar permanecer perto da sua família. Com dezesseis anos engravidou, mas mesmo assim conseguiu terminar o ensino médio. Teve alguns empregos em lojas, mas conseguiu um emprego na associação de pescadores cuidando dos benefícios do INSS, onde teve um grande aprendizado. Mas ela só conseguiu entrar na faculdade recentemente, após uma melhor estabilização econômica da família.

Depois da morte do avô Malaquias em 2010 a comunidade se desorganizou, e não conseguiu continuar a produção do peixe seco. Tatiana conta que via a comunidade se desfazendo, muitos estavam querendo abandonar o local por não ter renda e não ter perspectiva. Tatiana trabalhava na associação de pescadores e se inscrevia constantemente em cursos e oficinas oferecidas para a associação:

...numa dessas saídas de campo, de intercâmbio, eu vi um grupo de mulheres lá em Curitiba. Não era nem economia solidária, mas eu vi as mulheres trabalhando junto, de alguma maneira...assim...elas não dividiam recursos, era cada um trabalhava por si, mas era várias mulheres. E aí eu pensei em propor pra Enseada algo nesse sentido, assim...que a gente conseguisse trabalhar juntas. Pelo menos minimizar aquele sofrimento que a Enseada tava passando...por medo mesmo de acabar. (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

Tatiana propôs algum trabalho em grupo para as mulheres, e como ela disse, as mulheres aceitaram porque não tinham outra alternativa. Resolveram então fazer sacolas de

⁸ Os povos chamados caiçaras ocupam regiões litorâneas do Brasil, entre os estados do Rio de Janeiro e Paraná, onde desenvolveram um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias, associado à agricultura e à pesca, além de elementos culturais comuns como o linguajar, e as festas. Por estarem localizados em regiões de baixa densidade demográfica e de alteração de paisagens, seus territórios foram transformados em Unidades de Conservação, que impedem a continuidade de práticas tradicionais caiçaras. (DIEGUES, 2005, p.276).

⁹ Decreto Estadual nº 40.319 de 1962.

tecido, conhecidas como ecobags. As ecobags eram feitas com máquina de costura de pedal, já que não havia energia elétrica, num processo manual e artesanal, cuja produção que buscava inserir todas as mulheres da comunidade, cada uma fazendo aquilo que sabia ou gostava de fazer. Começaram a produzir e vender na temporada. Mas até aquele momento nem a Tatiana, nem a comunidade conheciam a economia solidária:

E aí, eu...alguém me indicou a economia solidária...um curso de capacitação em São Paulo da economia solidária. E foi lá que eu consegui entender essa gestão, essa maneira diferente. Porque, até então na minha vida, o único tipo de gestão que eu via, era... era uma liderança, por várias gerações, sempre teve, né, uma pessoa que tinha várias pessoas trabalhando pra ela, né, mais recurso sempre na mão de uma pessoa, né. E aí eu nunca tinha pensado que existiria essa possibilidade de gestão diferente, né? E aí, eu fui me capacitando e levando as meninas comigo...cada encontro que chamavam, eu chamava mais uma, trocava, chamava outra. E aí a gente foi adaptando a economia solidária no nosso dia a dia. (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

O grupo foi convidado a fornecer quatro mil ecobags em um projeto, e a partir daí o negócio foi crescendo. Com a entrada de renda, elas se inscreveram em outros projetos, fizeram cursos de capacitação, tanto de costura e de desenvolvimento de produto, como também para aprender a escrever seus projetos. O grupo ganhou dois projetos de autoria própria, e participa de várias feiras, vendendo sua produção, com temática caíçara, com peças que remetem à rede de pesca. A produção do artesanato uniu a comunidade que estava abalada após a morte de Malaquias. Uniu a comunidade também para lidar com outros conflitos, como é o caso do processo de erosão de seu litoral que a região está passando, intensificado gravemente por uma embarcação que em uma manobra errada e sem autorização, derrubou mais uma grande parte da margem e duas casas. Também existe a ameaça de privatização dos parques¹⁰. A comunidade que há pouco tempos estava se separando, agora está unida e abriu uma associação para ter representação nesses processos, a fim de rever esse prejuízo da destruição das casas, e se posicionar sobre a privatização dos parques. Representantes da defensoria pública foram até o local, após mobilização da comunidade, e colocaram os relatos e testemunhos sobre a destruição das casas no processo. É preciso que a comunidade esteja unida para ter voz nos conselhos e nas adversidades que possam enfrentar.

Essa união impulsionou a comunidade a voltar a produzir o peixe seco recentemente. O método artesanal do peixe seco é feito majoritariamente pelas mulheres. Então elas decidiram comprar os peixes que os homens pescam, e voltar a produzir o peixe seco. Conseguiram localizar antigos compradores do Senhor Malaquias e voltaram a vender o produto tradicional, mas agora sob o comando das mulheres da comunidade.

¹⁰ Lei Estadual nº 16.260 de 29/06/2016

Desenvolveram também uma nova gestão do turismo. Cada família tem sua casa, e algumas possuem casas maiores do que outros, aqueles que conseguiram construir antes da criação do parque em 1962. Geralmente quem tem as casas maiores, consegue alugar na temporada para turistas, o que garantia uma renda importante para a família. Mas aqueles que não tem casa para alugar, passavam por dificuldades. Para mudar isso, a comunidade decidiu receber grupos de escolas, utilizando todas as casas disponíveis para os grupos e dividindo o serviço de recepção, hospedagem e os ganhos. Esta atividade tem se mostrado mais lucrativa, e incluiu os homens da comunidade nas oficinas sobre pesca oferecidas aos grupos, distribuindo a renda do turismo para mais famílias.

A comunidade trabalha agora em várias frentes de trabalho. Segundo Tatiana a renda só do artesanato é sazonal e ainda não é suficiente para manter todas as mulheres. Mas as atividades complementares, principalmente o turismo, trouxeram mais renda. Cada parte de cada atividade tem uma mulher responsável, uma coordenadora, que coloca em prática e organiza o que foi planejado e decidido em reunião com todas as mulheres.

É muito gratificante, porque a gente, quando a gente começou há 6 anos atrás, até as vezes eu me pego fazendo a linha do tempo de tudo que aconteceu assim, as evoluções foram muito grandes pra comunidade, isso me enche, me fortalece muito assim. Porque eu sempre tinha dúvida do que fazer da vida, e trabalhando sempre pras pessoas, e tando num lugar, e aí eu consegui ajudar a comunidade, ajudar nossa família, ajudar pontualmente as mulheres, e me ajudar junto com esse pacote, né? (suspiro)...é... Isso me fez decidir o que eu queria da vida, assim, que é trabalhar mesmo, com essa renda que ainda não é...do jeito que a gente consegue sobreviver, mas eu prefiro estar lá dentro com eles, e puxando a comunidade, do que tá na cidade, tendo que trabalhar pra um patrão, obedecendo ordens e tal. Dentro da minha comunidade é onde eu me sinto bem, é onde eu to no meu lugar. (...) É eu cresci muito, minha cabeça modificou muito, daquela época, porque eu era jovem, você pensa só na sua família, o que você vai fazer? A economia solidária você pensa mais amplo. Então, hoje além da Enseada, tudo embutido em vários movimentos sociais, fazendo várias coisas ao mesmo tempo...né? (risos). (Trecho extraído da entrevista com Tatiana).

A formação do grupo de artesanato ajudou a unir as mulheres tanto para organizar outras atividades mais rentáveis, como o turismo e a produção de peixe seco, como também colocaram a comunidade e as mulheres mais alertas para questões políticas e sociais. Tatiana e as mulheres do grupo descobriram uma nova forma de gestão na comunidade.

Conclusões

Nas entrevistas das cinco mulheres integrantes dos grupos de economia solidária no estado de São Paulo, é possível perceber que a economia solidária alterou o cotidiano e as relações dessas mulheres com a sociedade. Os principais aspectos positivos levantados nas entrevistas, comuns a todas elas após o trabalho com economia solidária, foram:

- 1- Geração de renda através de uma atividade valorizada por cada integrante.
- 2- Busca por conhecimento, formação e escolaridade.

- 3- Envolvimento com questões políticas, articulações em rede, um postura mais ativa, solidária e cidadã com o que acontece na sociedade.

Identificamos alguns os aspectos negativos comuns nas entrevistas e nos grupos:

- 1- Tendência a desenvolver atividades tradicionalmente femininas, como costura e alimentação.
- 2- Ainda falta uma maior estabilização financeira dos empreendimentos, dificultada pela falta de crédito e capital para investimento.
- 3- Dificuldade de formalização devido a legislação.
- 4- Dificuldades em desenvolver as atividades por conta dos cuidados com filhos e com trabalho doméstico.

Conforme apresentado na tabela 1 anexa, as mulheres entrevistadas já não são tão jovens e todas têm filhos. Algumas entrevistas revelam que as mulheres têm dificuldade de conseguir empregos formais, como relatado por Marize e Jarize, assim como já demonstrado por dados estatísticos sobre a taxa de desemprego, a faixa de salários e o acesso à cargos de maior remuneração, evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na comparação com homens no mercado de trabalho formal no Brasil (IBGE, 2014; IBGE,2015; IPEA, 2011). A economia solidária pode ter em alguns casos horários flexíveis, que compatibiliza os afazeres domésticos com a geração de renda, como ocorre com alguns grupos, como o Grupo da Enseada da Baleia. Nesse contexto a economia solidária pode ter sido apenas uma forma de sobrevivência encontrada para mulheres que já não tinham outras opções de emprego, devido às exigências do mercado de trabalho, e a responsabilidade do trabalho doméstico e de cuidado com os filhos, tradicionalmente atribuídas às mulheres. E olhando por esse lado, a economia solidária pode ser interpretada como uma forma de trabalho informal, que reforça essas opressões vividas pela mulher na sociedade, ainda que possa em alguns casos trazer possibilidades de autonomia (SASSEN, 2010 p. 100-102).

O que as entrevistas demonstram é que o envolvimento com a lógica solidária, a articulação em redes junto com outras mulheres e empreendimentos, em fóruns e feiras, trouxeram mudanças muito mais ricas e libertadoras do que um emprego formal poderia trazer, e que por isso, a economia solidária está muito além de apenas uma forma de sobrevivência. A proposta de uma outra forma de produção, ainda que inseridos dentro do capitalismo, faz com que cada integrante assuma a responsabilidade pelo negócio, assumindo seus erros e acertos e buscando o benefício para todas (SINGER, 2002, p. 7-23). O trabalho em grupo soma as contribuições que cada uma pode dar em todos os sentidos, e cria uma oportunidade de interação e crescimento que dificilmente seriam obtidos se cada uma trabalhasse sozinha, por conta, ou em empregos formais. E este é um grande diferencial da economia solidária que chama para que cada uma seja mais ativa, autônoma, e busque conhecimento, informação, fortalecimento, e faz com que a atividade seja libertadora em vez de reforçar as opressões. Alguns dos grupos entrevistados participaram das Feiras de

Economia Solidária Feminista realizadas em 2015 e 2016 em São Paulo – SP, e estão também participando da criação de associações de grupos como é o caso da AMESOL- Associação das Mulheres da Economia Solidária¹¹, uma associação que irá servir de apoio técnico para os empreendimentos, como também uma representação para tratar especificamente dos direitos das mulheres e da economia solidária. Todas têm algum contato com outras entidades já existentes como a FBES, e a UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, evidenciando o trabalho articulado em rede.

Eliminando a lógica da competição e substituindo pela solidariedade, esses grupos se identificaram em suas carências e dificuldades, e começaram a se organizar em busca de objetivos comuns, como por exemplo, a criação de uma legislação específica que atenda suas atividades, a busca por incentivos, crédito, feiras e eventos, financiamentos, além de utilizarem esse empreendimento e sua produção para divulgarem causas específicas: o movimento negro, como é o caso da Griffê Criolê; a cultura caiçara, com a Enseada da Baleia; comidas tradicionais brasileiras como é o caso do MCG Buffet; a sustentabilidade, o movimento feminista, também permeiam os grupos, promovendo ainda um debate sobre essas causas, em rodas de conversa durante as feiras. A economia solidária questiona essa hegemonia do capital, essa racionalidade dominante, e propõe uma economia paralela, muitas vezes informal, baseada na negociação, na cooperação, na retórica e na oralidade, e que resiste valorizando o trabalho, a cultura material e imaterial e os direitos humanos (RIBEIRO, 2013, p.306-307)

Nesse contexto, a economia solidária acaba tendo características que ultrapassam o conceito de uma simples atividade que busca renda, funcionando como um movimento social, ou como alguns autores denominam, *um novo movimento social*. Entre as características de um suposto novo movimento social, podemos apontar a identidade oriunda das carências e dificuldades similares de cada membro do grupo, embasando uma responsabilidade pela *práxis cotidiana*, que transcende os estreitos interesses de produção e consumo, capaz de romper com a lógica do paradigma social dominante, implantando novas práticas participativas e autogestionárias, com novas formas de institucionalização, e na busca por *novos direitos* (WOLKMER, 2001 131-139). Novos movimentos sociais não buscam a destruição do Estado, mas sim direitos de participação e reconhecimento de novos direitos dentro do Estado. Nesse sentido, Wolkmer (2001, p. 161-165) defende que esses grupos são também uma fonte de produção do direito, além do monopólio do Estado, e coexistem por certos períodos como uma “legalidade paralela”, evidências do pluralismo jurídico.

As mulheres entrevistadas se envolveram na busca de seus direitos, ou *de novos direitos*, como o movimento em Santo André, que conseguiu a parceria com o MTE e resultou

¹¹ SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2013.

numa incubadora, e um espaço de comunicação com a prefeitura, através do movimento da Rede Andreense que Cida Reis participou. Na impossibilidade de conseguir apoio da prefeitura e do Estado, elas saem em busca de parcerias com instituições privadas, projetos, editais, se articulam para organizar feiras em diversas regiões, como é o caso das mulheres da Enseada da Baleia, que já ganharam alguns editais, e a Griffé Criolê, que ganhou o edital de equipamentos. Todas as entrevistadas e muitas outras integrantes dos grupos participam de fóruns, viajam para feiras, promovem debates nas feiras, e são em muitos casos representantes ativas no movimento. Além disso, muitos grupos ainda não se formalizaram, existindo em uma informalidade ou “legalidade paralela”, conforme Wolkmer (2001), e estão em busca de uma regulamentação adequada.

Mulheres que eram donas de casa, ou trabalhadoras de baixa renda, resignadas no espaço doméstico, estão agora em uma nova relação com a sociedade e o Estado, impulsionados em partes por um movimento social iniciado no Fórum Mundial, e também por políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Antes alheias ao que ocorria no espaço público, fixadas no ambiente doméstico, dificilmente participariam de manifestações, debates ou de audiências públicas. Agora, ativas, viajando pelo país, questionadoras, reivindicando direitos e fortalecendo novas lógicas de organização.

Esta pesquisa mostra as dificuldades que estas as mulheres de baixa renda enfrentam para tentar se desenvolver, estudar, trabalhar, e ter sua autonomia e liberdade. Dificuldade de arrumar emprego, a responsabilidade pelos filhos e tarefas domésticas que raramente são divididas de forma justa, a vivência no espaço doméstico, que em geral bloqueiam um desenvolvimento amplo para mulheres. Mas a pesquisa mostra também que houve um avanço na vida dessas mulheres, após o contato com a economia solidária, ainda que algumas práticas hegemônicas permaneçam, como por exemplo, as atividades tradicionais femininas ligadas à costura e à alimentação. São barreiras que ainda precisam ser quebradas. A economia solidária tem o objetivo de gerar renda de forma solidária e sustentável, o que não necessariamente significa lutar especificamente por ideias feministas e equidade de gêneros, ainda que esses pontos permeiem a economia solidária. De qualquer forma, elas investiram em atividades que já conheciam e podiam fazer, que são tradicionalmente ensinadas às mulheres, e utilizaram esse pequeno espaço encontrado para mudar sua rotina, seu cotidiano, alterando as práticas hegemônicas (CERTEAU 1990, pág. 41). Mesmo sem lutar especificamente pelas mulheres, a economia solidária e sua lógica de funcionamento em grupo, foi a chave para que juntas cada uma conseguisse tornar-se mais ativa na sociedade, ocupando outros espaços, além do doméstico. Mulheres que hoje são empreendedoras e ativas no movimento social da economia solidária.

ANEXO 1

Tabela 1 – Dados sobre as entrevistadas (autoria própria)

Nome	Idade*	Natural de	Local do Empreendimento	Filhos	Estado Civil	Nº de pessoas no grupo
Marize	45	Alagoas	Osasco	4	casada	8
Jarize	53	São Paulo	Osasco	2	casada	8
Cida Reis	51	Minas Gerais	Santo André	5	divorciada	5
Isabel	60	Rio de Janeiro	Hortolândia	3	divorciada	5
Tatiana	35	Cananeia-SP	Ilha do Cardoso - Cananéia -SP	1	casada	9

*A Idade foi corrigida para o ano atual, uma vez que as entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2016

Siglas

AMESOL	Associação das Mulheres na Economia Solidária
CENAES	Conselho Nacional de Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEI	Microempreendedor individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGS	Organização não governamental
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Referências Bibliográficas

BORIN, Geraldo Aparecido, **O comportamento das organizações atuando em clusters de turismo ecológico: A proposta de um modelo de gestão**. Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração de Empresas. São Paulo-2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2460>. Acesso em 02 nov 2013.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria, práxis; Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da Dialética**. Porto Alegre, Editora Globo; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

BRASIL. Decreto Nº 5.811, de 21 de Junho de 2006. **Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5811.htm>. Acesso em 05 mar 2017

BRASIL. **Lei nº 5.764/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Presidência da República Casa Civil, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L5764.htm>. Acesso em 11 out 2014.

BRASIL. Lei nº 10.683 de 28 de Maio de 2003. **Conversão da Medida Provisória nº 103, de 2003 (Vide Lei nº 11.457, de 2007)**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm#art30xiii> Acesso em 05 mar 2017.

BRASIL. Lei nº 12.690/2012. **Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acesso em 05 mar 2017.

BRASIL. Lei nº 13.341 de setembro de 2016. **Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória no 717, de 16 de março de 2016**. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm#art12>. Acesso em 05 mar 2017.

CARDONE, Vanessa. **Cooperativas de trabalho: legalidade e subsistência** - São Paulo: Editora Antiqua, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3ª edição - 1998. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1990.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Esboço de História Ecológica e Social Caiçara**. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (organizador). Enciclopédia Caiçara Volume 4 – História e Memória Caiçara. Coleção Ecologia e Cultura. São Paulo, Editora Hucitec – Nupaub, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária** [S.N: s.n.]. Disponível em: <<http://fbes.org.br/linha-de-tempo/>> Acesso 05 mar 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP : Boitempo , 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf>. Acesso em 14 abr 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2015**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2015. Disponível em: <<biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em 14 abr 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – **Relatório de Pesquisa Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros O Conselho Nacional de Economia Solidária na Visão de seus Conselheiros**. IPEA, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14846>. Acesso em 21 fev 2017

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada** [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. Com a participação de: ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Acesso em 14 abr 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento /** Coordenação: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos; supervisão: Grupo Técnico para o acompanhamento dos ODM. - Brasília : Ipea : MP, SPI, 2014.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos / 1 v.** (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4) Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2010.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ª edição - São Paulo: Atlas 2009.

LIMA, André. **Santo André sai na frente com inauguração de Centro Público de Economia Solidária**. Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Santo André. 2012. Disponível em: <<http://www2.santoandre.sp.gov.br/index.php/noticias/item/5809--Santo-Andre-sai-na-frente-com-inauguracao-de-Centro-Publico-de-Economia-Solidaria>> Acesso em 05 mar 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - **Cooperativas: mudanças, oportunidades e desafios /** editado Armand Pereira; em colaboração com Lucienne Freire e Lizzie Lagana - 1 ed. - Brasília : OIT, 2001.

OSASCO. Câmara Municipal. **Lei nº 3.978, de 27 de dezembro de 2005. Institui Programa Osasco Solidária, estabelece princípios fundamentais e objetivos da política de fomentos à economia popular e solidária do município de Osasco e dá outras providências.** Disponível em: <http://leismunicipa.is/clqrh>. Acesso em 05 mar 2017.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades cooperativas.** 3º edição - São Paulo: Atlas, 2001.

PONTO DE CULTURA CAMINHOS. **Caminhos na Rede.** [S.N: s.n.]. Disponível em: <<http://pontodeculturacaminhos.blogspot.com.br/>>. Acesso em 05 mar 2017

PREFEITURA DE OSASCO. Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão. **Programa Osasco Solidária - Página Inicial.** [S.N: s.n.]. Disponível em: <<http://prefeitura.osasco.sp.gov.br/ConteudoSecretaria.aspx?ID=7&IDSUB=223>>. Acesso em 05 mar 2017

REDE ANDREENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. [S.N: s.n.]. Disponível em: <<http://raes-santoandresp.blogspot.com.br/>> Acesso 05 mar 2017.

REDE CANANEIA. [S.N: s.n.]. Disponível em:<<http://www.redecananeia.org.br/>> Acesso 05 mar 2017.

REDE MOBILIZADORES. **Programa de Economia Popular e Solidária em Osasco (SP) forma primeiros empreendimentos.** 2010. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/noticias/programa-de-economia-popular-e-solidaria-em-osasco-sp-forma-primeiros-empreendimentos/>> Acesso em 05 mar 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma sociologia do presente – ação, técnica e espaço.** Rio de Janeiro, Letra Capital, 2013.

ROBERTH HALF BRASIL. **Mulheres e o mundo corporativo.** 2016 (?). Disponível em: <https://www.roberthalf.com.br/sites/roberthalf.com.br/files/legacy-pdfs/robert_half_-_mulheres_e_o_mundo_corporativo_0.pdf>. Acesso em 13 abr 2016.

RODRÍGUEZ, Cezar; SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Introdução: para ampliar o cânone da produção.** Tradução Vítor Ferreira. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista. Edições Afrontamento, Porto, 2003, p.21-79.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes.** 3º Edição (1º edição 1969) - São Paulo- Expressão popular, 2013.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.804 de 13 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Programa Integrado de Qualificação – PIQ e dá outras providências.** Disponível em : <<http://leismunicipa.is/kneat>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.832 de 26 de abril de 2006. Autoriza o município a celebrar convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego e dá outras providências.** Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ekant>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTO ANDRÉ. Câmara Municipal. **Lei nº 8.889 de 20 de setembro de 2006. Convalida alterações do termo de convênio celebrado entre o município de**

Santo André e a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/atkne>>. Acesso em 05 mar 2017.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **O discurso e o poder; ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica.** Em: Boletim da Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra, número especial em homenagem ao Prof. Dr. J.J. Teixeira Ribeiro. Coimbra, 1979-p. 227-341.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa (organizador). **Produzir para Viver: Os caminhos da produção não capitalista.** Edições Afrontamento, Porto, 2003.

SÃO PAULO (estado). **Lei nº 16.260, de 29 de junho de 2016. Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração de serviços ou o uso, total ou parcial, de áreas em próprios estaduais que especifica e dá outras providências correlatas.** Assembleia Legislativa. Diário Oficial do Estado de São Paulo - Volume 126 - Número 120 - São Paulo, quinta-feira, 30 de junho de 2016. Disponível em : <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>>. Acesso 05 mar 2017.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL) é fundada em São Paulo.** 2013. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2013/04/15/associacao-das-mulheres-na-economia-solidaria-amesol-e-fundada-em-sao-paulo/>>. Acesso em 17 abr 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário** - Estudos Avançados. vol.18 no.51 - São Paulo - May/Aug. 2004.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária do Governo Federal** - IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de Trabalho 24 - ago 2004. Disponível em: <www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24c.pdf>. Acesso em 05 mar 2017.

TYGEL, Daniel. **O que é o FBES.** 2011. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-o-fbes>>. Acesso em 05 mar 2017

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico – fundamentos de uma nova cultura no direito.** São Paulo: Alfa-Omega (2001).

III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas;

30/05 a 02/06/2017, UFES, Vitória (ES)

Seminário Temático 12 – Democracia, Participação e Políticas Identitárias: limites, impactos e horizontes

O Estado e a Cidadania Feminina: Vozes das Mulheres Mil

André Pizetta Altoé UENF/IFF

Resumo

Este trabalho propõe estudar o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável a partir de sua implementação no Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Campos-Guarus situado em Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro. O Programa Mulheres Mil é uma política pública do Governo Federal voltada para mulheres que tem como principal objetivo, através de cursos de qualificação profissional, a inserção das egressas no mercado de trabalho e com isso contribuir para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania. Tendo como referencial teórico a teoria de gênero, buscou-se verificar se a partir da formação profissional ocorreram mudanças nos tradicionais padrões de gênero, nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do programa. Utilizando o método qualitativo procurou-se através de entrevistas semiestruturadas com mulheres que participaram do Programa observar se houve um avanço na cidadania feminina.

Palavras-Chave: Gênero; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

No dia 21 de julho de 2011 pela Portaria Número 1.015 o Governo Federal Brasileiro instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil. Este programa insere-se no Plano Brasil sem Miséria¹ e integra um conjunto de ações que procuram promover – através de políticas públicas – a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade².

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o programa possibilita que:

mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania³, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade (BRASIL, 2011).

Podemos notar que a ideia central do programa é que a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional levaria as mulheres participantes a desenvolverem uma autonomia econômica e por consequência contribuiria para avanços na sua cidadania. O governo brasileiro justifica a opção pelo recorte de gênero pelo crescente número de mulheres que ampliaram seu papel na sociedade, ao assumir a chefia das famílias e serem responsáveis pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos e demais membros da família.

Os argumentos expostos pelo Ministério da Educação para justificar a implementação do Programa podem ser confirmados por alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Instituto, no ano de 2009 em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos homens era maior que das mulheres. A maior diferença de renda era na posição de empregador, onde os homens auferiam,

¹ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do [Decreto nº 7.492](#), o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organizou em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

² O conceito de vulnerabilidade social utilizado no programa refere-se a mulheres com baixo índice de desenvolvimento humano sem o pleno acesso a serviços públicos básicos. O público alvo é o de mulheres de baixa renda e de baixo índice de escolaridade.

³ O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. O programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios.

em média, R\$ 3.161, enquanto as mulheres apenas R\$ 2.497, ou seja, R\$ 664 a mais para os homens, que corresponde a dizer que as mulheres empregadoras recebiam 22% a menos que os homens. A menor diferença entre os rendimentos de homens e mulheres era na posição de empregado sem carteira assinada, resultado das condições precárias dos trabalhadores nesta categoria. No conjunto dos trabalhadores domésticos, os homens apresentavam uma remuneração mais elevada. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira é de R\$ 298, enquanto o dos homens atingiam a média de R\$ 404 (IBGE, 2012).

Portanto, diante de um quadro em que as mulheres são mais pobres que os homens e ao mesmo tempo aumentam sua proporção na chefia das famílias justificava-se, naquele momento, a criação de um programa que buscasse reduzir as iniquidades de gênero no Brasil.

O Programa Mulheres Mil foi criado para que a partir de sua execução pudesse causar alguns impactos na sociedade brasileira e, dessa forma reduzir as desigualdades de gênero no país. Os principais impactos eram:

- a) Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país;
- b) Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil;
- c) Reduzir os índices de violência doméstica;
- d) Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade;
- e) Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas;
- f) Melhorar as relações familiares e comunitárias;
- g) Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos;
- h) Contribuir para a redução do analfabetismo.

Para que o programa obtivesse êxito e tivesse suas expectativas atendidas, foi desenvolvida uma metodologia própria em cooperação com o governo canadense visando a formação educacional, profissional e cidadã. A ideia central era construir ferramentas técnicas que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade. Soma-se a isso a busca pela transmissão de temas considerados transversais para a formação cidadã

tais como saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo e proteção ambiental.

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MULHERES MIL NO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE NO CAMPUS CAMPOS-GUARUS

A implementação do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus⁴ do Instituto Federal Fluminense teve seu início no dia 13 de março de 2012 com dois cursos na área de culinária e artesanato. O Programa foi gerenciado pela própria equipe multidisciplinar formada no Campus.

As mulheres participantes foram selecionadas através de uma ação conjunta entre as gestoras do Programa que eram servidoras do Instituto Federal Fluminense e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do subdistrito de Guarus. Através do CRAS foram aplicados questionários para verificar o perfil socioeconômico das participantes e ao mesmo tempo constatar quais eram os horários e cursos que mais as interessavam.

Dessa forma, a partir de março de 2012 iniciaram-se as atividades do Programa Mulheres Mil Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável no Campus Campos-Guarus com 100 mulheres matriculadas divididas em dois cursos: Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais e Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato.

A composição curricular dos cursos era dividida em três eixos. Os eixos I (Fundamentação) e II (Sociedade, Cidadania e Identidade) eram formados por componentes curriculares comuns aos dois cursos. O terceiro eixo (Qualificação Profissional) compõe o currículo específico dos cursos, responsável pela qualificação profissional das alunas.

Em 2013, o curso de Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais foi substituído pelo curso de Auxiliar de Cozinha. O curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato não foi mais oferecido e dois novos cursos passaram a fazer parte do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus: curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial e curso de Cuidador Infantil. É importante enfatizar que estes novos cursos e os posteriores que surgiram continuaram com o componente curricular

⁴ O campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) está localizado no subdistrito de Guarus, situado a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, ao norte da zona urbana do município de Campos dos Goytacazes.

divididos em três eixos. Os dois primeiros que formam um ciclo básico comum e um terceiro que traz as disciplinas voltadas para a qualificação profissional.

Em 2014 o Programa Mulheres Mil foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e os cursos ministrados deveriam seguir o Guia Pronatec de Cursos Fic. Neste sentido, foram oferecidos pelo Mulheres Mil no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense os cursos de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão e o curso de Artesão e Bordado à Mão. É importante ressaltar que o curso de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão é muito semelhante ao curso de Auxiliar de Eletricista e Instalação Predial ministrado em 2013, mas com um pequeno acréscimo de carga horária. Portanto, estes foram os cursos do Programa Mulheres Mil ministrados no campus Campos-Guarus. O objetivo era que a qualificação profissional pudesse inserir as participantes no mercado de trabalho e promover avanços na cidadania feminina.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização deste artigo utilizaremos a teoria de gênero. Gênero é entendido neste trabalho como o saber a respeito das diferenças sexuais. Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Gênero é, portanto, o discurso que é estabelecido a partir das diferenças sexuais entre homens e mulheres.

O conceito de gênero não pode ser considerado fixo ao longo do tempo, mas é constantemente construído e reconstruído na história de determinada sociedade e cultura. Segundo Scott:

A história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994, p.13).

Segundo Bruschini (1992), gênero como categoria de análise é um modo de se referir à organização social das relações entre os sexos. Em uma rejeição total ao determinismo biológico, que busca as explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, o gênero enfatiza as qualidades sociais das distinções baseadas no sexo. É uma categoria relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros.

É importante ressaltar que ao utilizarmos o conceito de gênero não estamos simplesmente fazendo uma escolha conceitual ou metodológica, mas enfatizando que as relações entre masculino e feminino são marcadas por relações de poder. Segundo Schienbinger:

Gênero, hoje, é com frequência usado impropriamente como uma palavra de código para “sexo”, “mulher”, ou “feminista”. Ele é mais propriamente usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos. Ele pode também referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo (SCHIENBINGER, 2001, p. 45).

Pierre Bourdieu também entende as divisões nos papéis de gênero como relações de poder e dominação. O sociólogo francês realizou um trabalho etnográfico na Cabília – localizada na Argélia – para mostrar como se processa a dominação masculina. A escolha da Cabília deveu-se ao fato de ser composta por uma sociedade formada a partir da visão “falonarcísica” e da cosmologia androcêntrica, comum a todas as sociedades mediterrâneas. A tradição cultural que se manteve na Cabília é partilhada por grande parte dos países do continente europeu.

Ao observar a sociedade cabila, Bourdieu (1999) percebe que a socialização diferenciada entre os meninos e as meninas contribui para a manutenção das relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros. Os homens são educados para estarem situados do lado exterior, do público, e realizar as tarefas consideradas mais importantes como cuidar da lavoura, da colheita e fazer a guerra. Por outro lado, as mulheres devem ser responsáveis por todos os trabalhos domésticos e relacionados à esfera do privado, como cuidar das crianças e dos animais. Esta divisão de tarefas é encarada pelos indivíduos como instituída na ordem das coisas, o que faz com que as mulheres incorporem a dominação ao pensarem que essas práticas não podem e não devem ser modificadas simplesmente porque são consideradas naturais.

.De acordo com Bourdieu (1999), a dominação masculina permanece ao longo do tempo pelo fato de suas estruturas objetivas e subjetivas terem sido des-historicizadas, ou seja, não foram consideradas na sua historicidade. Para compreender como se dá a eternização do arbitrário, o autor propõe que a pesquisa histórica analise justamente as instituições que contribuíram para retirar da História as relações de dominação. São elas: a Família, a Igreja, a Escola e o Estado.

É interessante ressaltar que as oportunidades para as mulheres no campo da educação e a inserção no mercado de trabalho são avanços, mas que não necessariamente garantem uma equidade entre homens e mulheres. Bourdieu toca nesta questão como um sistema de mudanças e permanências. O autor afirma que o acesso à educação fez com que ocorresse uma mudança na posição da mulher na divisão do trabalho, permitindo o aumento de sua representação nas profissões intelectuais e administrativas. Porém, ainda segundo Bourdieu (1999), as mudanças ocultam as permanências. As mulheres continuam sendo, em geral, menos remuneradas que os homens – mesmo quando desempenham as mesmas funções – e são mais atingidas pelo desemprego. Portanto, mesmo ocorrendo algumas mudanças, o que predomina é a lógica do modelo tradicional, os homens dominando o espaço público (esfera da produção) as mulheres relegadas ao privado (esfera da reprodução).

É importante enfatizar que nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino. Dentre as principais mudanças podemos citar: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões desenvolvidas; a redução no tamanho dos arranjos familiares; envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres; e finalmente, o crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres.

Além disso, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher alteraram a identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. A expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades facilitaram o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho.

Apesar desses avanços, o emprego doméstico remunerado é o setor ocupacional em que a grande maioria dos trabalhadores são mulheres. A estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro pouco se alterou nos últimos 30 anos. No emprego formal, permanece a elevada presença feminina em setores tradicionais da indústria, como é o caso das costureiras no ramo da confecção, assim como serviços de cuidado pessoal, higiene e alimentação, como é o caso das cabeleireiras e especialistas em estética em geral, das faxineiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, lavadeiras, tintureiras e cozinheiras (BRUSCHINI, RICOLDI, MERCADO, 2008, p.17).

Além disso, as obrigações domésticas impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por

carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. De acordo com Sorj:

A distribuição desigual dos investimentos femininos entre o mercado e a família se sustenta no princípio cultural de que as prioridades femininas residem na esfera doméstica e as masculinas nas atividades profissionais. Este princípio faz com que homens e mulheres entrem no mercado de trabalho em posições qualitativamente diferentes (SORJ, 2009, p. 112).

Um ponto que merece ser discutido refere-se às jornadas de trabalho em tempo parcial. A alta do emprego feminino em tempo parcial é um dos fatores que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres no contexto mundial. Devido a necessidade de conciliar trabalho e a vida familiar, muitas mulheres são admitidas no mercado de trabalho em tempo parcial, com remuneração menor, horários flexíveis e proteção social limitada. Segundo Laufer (2003), o crescimento do desemprego e o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial, porque dizem respeito mais às mulheres do que aos homens, constituem obstáculos para a prática da igualdade profissional e social entre homens e mulheres.

Portanto, a partir do acima exposto torna-se imperativo problematizar uma das questões centrais deste artigo, qual seja, as relações de poder entre os gêneros engendradas a partir da divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat, a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres refere-se primordialmente a imputação aos homens do trabalho produtivo - e ao mesmo tempo a dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que estas procurem uma inserção no mercado de trabalho. Segundo as autoras, esta divisão encontra-se no cerne das relações desiguais de poder entre homens e mulheres:

(...) suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres (HIRATA, KERGOAT, 2003, p.27).

Badinter (1986) observa que a divisão sexual do trabalho é um fator estruturante, ou seja, está presente em todas as sociedades. Mesmo variando de uma sociedade para outra, a divisão sexual do trabalho parece ser uma constante, pois ela não distingue apenas a sociedade humana do mundo animal, mas a encontramos em todos os

lugares, operando na multiplicidade das sociedades conhecidas atualmente. Talvez seja uma regra essencial da natureza humana.

Discutir a temática da divisão sexual do trabalho é um exercício de grande relevância, pois Baudelot (2003) afirma que a divisão das tarefas domésticas entre os casais quase não evoluiu nos últimos trinta anos, cabendo à mulher a maior parte da carga de trabalho exigido pela educação das crianças, pela economia do lar e pela assistência aos pais.

Neste sentido, historicamente foram reservadas às mulheres as tarefas que possuíam uma relação com a esfera da reprodução, ficando a cargo dos homens a dita esfera da produção. De acordo com Combes e Haicault no seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são distintas, mas relacionadas uma à outra. As autoras atribuem à primeira o nome de produção e à segunda de reprodução. Ao mesmo tempo em que as duas esferas são indissociáveis estabelecem uma relação de hierarquia:

(...) Enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução (COMBES, HAICAULT, 1986, p. 25).

A situação exposta acima pode ser complementada pela afirmação de Christian Baudelot. De acordo com o sociólogo francês, quando as mulheres saem do lar para entrar no espaço público das profissões, elas são predominantemente designadas para as funções de reprodução (escola, saúde), da conservação de empresas e escritórios (limpeza, hotelaria e funções de secretariado) e da relação (vendedoras, caixas e empregos terciários). Dessa forma “com a ajuda da crise do emprego, elas escaparam à servidão doméstica para, sob uma forma profissionalizada, reatar com a servidão pública e socializada dos serviços às pessoas (BAUDELOT, 2003, p. 316).

Baudelot (2003) também observa que o emprego assalariado feminino deu um grande salto, novas profissões foram criadas, o nível de escolaridade das mulheres aumentou e até ultrapassou o dos homens, mas esse deslocamento de fronteiras ocorreu no estrito respeito das desigualdades anteriores. As mulheres são as maiores vítimas do desemprego e recebem, mantidas todas as condições iguais, salários inferiores.

A dificuldade de romper com a “naturalização” das diferenças de gênero é justamente o que dificulta a transformação na divisão sexual do trabalho. O que se propõe aqui é deixar de lado argumentos biológicos para compreendermos que em virtude de formas de socialização distintas, os homens e as mulheres são portadores de valores diferentes desde a sua mais tenra infância. Trata-se de uma divisão de valores que não tem nada de natural, mas cuja partição foi sexuada através da história. Divisão esta que inicialmente colocava os homens responsáveis pelo trabalho remunerado e deixava para a mulher o trabalho da casa e que posteriormente, foi levada ao próprio mercado de trabalho com profissões divididas entre masculinas e femininas.

A divisão sexual do trabalho não tem nada de eterna apesar de socialmente parecer possuir tal status. Como modificá-la então? Neste ponto devemos retornar a Bourdieu que além de ter demonstrado que o nó da dominação masculina está justamente na divisão sexual do trabalho, nos indicou o caminho para a transformação dessas relações sociais aparentemente solidificadas e imutáveis. Deve-se segundo o autor promover um ataque as instituições sociais que sustentam e reproduzem as relações de dominação: a Família, a Igreja, a Escola e o Estado. Somente a partir da superação dos valores androcêntricos disseminados por estas instituições as relações de dominação entre os gêneros podem deixar de existir.

Portanto, podemos dizer que a divisão sexual do trabalho serve para manter as relações de opressão e subordinação das mulheres na sociedade. Esta divisão se perpetua e se reproduz em diferentes sociedades através da naturalização de divisões que são construídas socialmente.

DADOS DO CAMPO: VOZES DAS MULHERES MIL

Nesta parte de nosso trabalho, gostaríamos de discutir algumas questões que as entrevistas realizadas nos indicaram, para demonstrar, mesmo que de forma preliminar, quais foram os avanços e retrocessos no que tange a cidadania feminina que o Programa Mulheres Mil trouxe para suas egressas. Foram realizadas entrevistas individuais com egressas de todos os cursos do Programa Mulheres Mil do campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) localizado no município de Campos dos Goytacazes no Estado do Rio de Janeiro.

Notamos através das entrevistas realizadas que o Programa contribuiu para que as mulheres obtivessem se sentissem mais valorizadas dentro de casa. Algumas mulheres conseguiram continuar os estudos após o término do curso e creditam isto

ao Programa Mulheres Mil. Isto fica claro nas palavras de uma egressa do curso de auxiliar de eletricista que cursa agora Técnico em Enfermagem:

A partir dele (do Programa), eles me deram um incentivo a voltar para sala de aula a não parar por aí, foi muito válido. Até então meu marido queria que eu ficasse só em casa cuidando de filho, casa, tudo, depois que eu fui para as mulheres mil depois que eu peguei o gostinho da escola acho que eu não saio daqui mais. Depois do curso mulheres mil que eu consegui ir para escola agora eu não paro porque se eu voltar a ficar só cuidando de casa e filho vai voltar tudo que era antes. Eu só me dedicava ali a família depois que eu saí para aprender novas coisas sei lá, mudou muita coisa. Acho que eles dão mais valor a gente. A família tá me dando mais valor (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Seguindo a mesma linha do relato anterior, algumas mulheres falaram que a partir do Programa se sentiam pessoas mais independentes e autônomas. Notamos também que para algumas egressas a participação no Programa representou algo que poderíamos denominar como aumento da autoestima:

Valeu, porque aqui a gente aprendeu de tudo, como se posicionar no mercado de trabalho, o valor da mulher entendeu, como ela se sente neste mercado de trabalho que ela também tem potencial de chegar lá, então pra mim foi muito bom (egressa de artesão bordado à mão).

Significou a verdade né, a verdade de ser uma mulher, de poder andar com os meus próprios pés, sem depender de ninguém. Uma independência que eu não tinha, eu sempre estava ali dependendo de alguém para poder caminhar junto comigo, agora eu mesmo caminho com as minhas próprias pernas. (egressa de auxiliar de eletricista predial).

Ajudou bastante eu também achava que eu não era capaz e eu aprendi que hoje eu sou capaz sim. (egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

É importante ressaltar que muitas mulheres participantes do programa sofreram ou sofriam na época do curso violência doméstica. Procuramos compreender então se o Programa havia dado alguma contribuição para o combate a esta forma de violência. Pudemos observar que houve um processo de conscientização das egressas que obtiveram um aprendizado sobre os direitos da mulher e isso levou a uma maior propensão a denunciar o agressor.

Aline disse que em seu primeiro casamento sofreu muito com a violência do marido, mas que o aprendizado no curso fez com tomasse consciência de que a denuncia é importante e que não aceitará ser violentada pelo atual marido:

Sim (o Programa) me ensinou muita coisa, como a gente teve palestra sobre a Lei Maria da Penha, me explicou muita coisa que eu não sabia entendeu. Então eu acho que agora, depois que eu aprendi aqui no IFF eu não passo mais o que eu passei não porque eu já falei com ele o dia que ele levantar a mão vai ser uma vez só, porque ou ele me mata ou eu mato ele, não aceito. (Aline, 34 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Josimara, 41 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Predial, também tem um histórico de violência doméstica no seu relacionamento anterior:

Já cheguei a sofrer sim (violência) com vinte anos, mas aí gente não sabia essas coisas. Ele (ex-marido) tentava botar fogo dentro de casa para me matar foi onde que eu fiquei um bom tempo sem ninguém aí agora eu fiquei com esse senhor já de idade.

Para a egressa, o curso foi importante para que as mulheres tomassem consciência dos seus direitos e fossem estimuladas a denunciar seus agressores:

Se for agredida a gente tem como se defender procurando nossos direitos na delegacia das mulheres. A delegacia das mulheres no caso que existe agora né, caso for espancada ou receber agressão física ou psicológica essas coisas assim. Porque se você fizer uma denuncia já estão matando imagina se não fizer. (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Joana afirma também que o Programa contribui para que não ocorra mais com ela o que já ocorreu no passado, ser agredida e relutar em denunciar o agressor:

Contribuiu porque eu já em um relacionamento anterior eu já havia passado e até então como muitas né eu achava que ah não vou denunciar não. Na época meus filhos eram pequenos né como eu vou sobreviver com três crianças pequenas e aí ia deixando e ia passando né e ele batia, batia em mim. Nunca denunciei. Hoje seria bem diferente, denunciaria com certeza sem pensar duas vezes. (Joana, 39 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Por outro lado, o Programa Mulheres Mil não conseguiu atingir um dos seus objetivos principais que era a inserção no mercado de trabalho. Somente Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil conseguiu trabalhar na área de sua qualificação profissional, mas recebia por isso a ínfima quantia de R\$ 100,00 mensais:

Eu cuido de um menininho de 3 anos ele estuda na mesma sala do meu filho então eu pego levo, cuido, vigio, entrego a vó no caso que fica com ele depois, porque a mãe trabalha.

Além de Priscila, nenhuma das mulheres entrevistadas obteve êxito em trabalhar na área de formação profissional, ou seja, o curso não contribuiu para que as mulheres obtivessem um emprego ou aumentassem sua renda.

Entendemos que um dos principais fatores para um baixo índice de inserção no mundo do trabalho foi a falta de encaminhamento para o mercado de trabalho ou de um programa de estágio. De acordo com Gislana, egressa de Bordado à Mão que ganhava entre R\$ 100,00 e R\$ 160,00 por mês com venda de cosméticos tal encaminhamento não existiu:

Não, não houve nenhum. Eles levaram a gente para visitar uma fábrica de Bordados em Natividade⁵, duas fábricas na verdade e foi muito bom, nós aprendemos muita coisa conseguimos desenvolver outras técnicas tiramos fotos, foi um trabalho muito bem divulgado na outra aprendemos como pintar as toalhas, como não manchar, a tinta certa que a gente tem que usar, a linha correta a maneira de fazer, mas encaminhamento não houve nenhum.

A ausência de encaminhamento também frustrou as expectativas de Tereza, egressa de Auxiliar de Cozinha:

Não, não houve, eu até acharia que a gente iria ter esse encaminhamento, eu particularmente esperava isso também que encaminhassem a gente pra algum lugar.

Outra expectativa frustrada foi a possibilidade de um estágio em uma rede de Supermercados da cidade de Campos dos Goytacazes, mas que não se concretizou. Este estágio seria oferecido tanto para egressas de Auxiliar de Eletricista quanto para as de Auxiliar de Cozinha:

Ficaram de vim até para fazer estágio no Super Bom (supermercado) só que pegaram o nome nosso mais não foi a frente (Kíssila, 23 anos, egressa de Auxiliar de Instalador de Eletricista Predial Baixa Tensão).

Bem encaminhar, encaminhar não, mas ia ter um estágio no Super Bom só que não teve houve esse boato que iria ter mas não foi concluído (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial)

Não, falaram que a gente iria fazer estágio no Super Bom colocamos nosso nome telefone mas até hoje não tivemos retorno (Karine, 22 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

⁵ Município localizado no noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Uma questão crucial para este artigo que não podemos deixar de abordar refere-se a divisão sexual do trabalho. Uma das hipóteses de nosso trabalho diz que o governo brasileiro, através do programa Mulheres Mil, reproduz e naturaliza a tradicional hierarquia de gênero presente na sociedade ao promover cursos voltados para a esfera doméstica como artesanato, auxiliar de cozinha, bordados a mão e cuidador infantil.

Esta hipótese testada a partir das entrevistas nos parece que foi confirmada. O Programa Mulheres Mil, além de não ter a capacidade de modificar a divisão sexual do trabalho, reforça a divisão já existente em que as mulheres estão relegadas à esfera doméstica e ligadas à reprodução. Algumas entrevistadas do curso de auxiliar de cozinha narram que a partir da formação profissional sofreram uma maior cobrança de seus maridos e filhos para que variassem o cardápio da casa e utilizassem aquilo que aprenderam para cozinhar melhor em sua residência. E patente neste ponto o relato de uma egressa do curso de Cuidador Infantil que disse que utilizava seus conhecimentos aprendidos não para aumentar sua renda, mas para cuidar melhor da neta e de uma egressa de Artesão Bordado a Mão que aproveitava os conhecimentos adquiridos no curso para costurar para o marido:

eu tenho uma neta, e coisas que a gente aprendeu aqui as maneiras de lidar com a criança né, o momento certo, a maneira certa, sobretudo a professora ensinando que com a criança a gente deve ter a paciência dobrada e é uma coisa que eu não tinha, hoje eu acho que eu tenho né, eu fico olhando a minha filha ela tem uma paciência dobrada com a menina de três aninhos que ela tem, então eu pude tirar daí uma coisa que eu não sabia, pela idade que eu tenho . (egressa de cuidador infantil).

antes eu não sabia (risos) fazer uma bainha na calça do meu marido hoje em dia eu já consigo segurar em uma agulha e através do curso eu tive interesse em fazer costura. Mas o meu marido um dia virou para mim e falou, óh até que enfim eu vi você pegar uma agulha e fazer alguma coisa, porque ele não via fazer nada com agulha, ele que pegava e levava as bainha (sic) pra mãe fazer que era costureira antes dela falecer. Aí hoje em dia ele não tem a mãe e antes ele falava assim, é mamãe morreu agora vou ter que procurar uma costureira para fazer isso assim, se mamãe fosse viva ela fazia as vezes era uma bainha uma meia que furasse eu ia fazer mas eu não sabia fazer que cada um é cada um eu tinha vontade mas não conseguia. (Gislana, egressa de Cuidador Infantil).

Segundo Luzia, 46 anos, divorciada, a partir da formação profissional aprendeu a cozinhar melhor, mas também passou a sofrer uma pressão maior da família para fazer pratos mais elaborados, principalmente de seu filho. Em seu depoimento, ao ser questionada sobre como aproveita os conhecimentos absorvidos no curso, nos fala sobre a questão do aprendizado e do aumento da cobrança:

Ah aproveito, eu lembro, por exemplo, o arroz eu não sabia que o arroz já vem lavado aí esse toque pra mim me ajudou muito porque Carlos (filho) sempre brigava comigo, mãe você sempre faz o arroz meio colado eu gosto do arroz soltinho. Aí Roberta (professora) explicou que o arroz já vem lavado olha aqui. Aí pegou cinco kilos de arroz Sepé né e disse não precisa lavar gente, passou fez o refogado e o arroz ficou soltinho e sai soltinho mesmo e eu errava muito o arroz e outras coisas mais que ela ensinou as receitinhas né de como cozinhar o feijão para não ficar duro entendeu aí explicou então esse toques assim. Então ajudou sim nessa parte já que eu que cozinho lá em casa né é eu que cozinho, com a menina fico brigando, o dia que foi ligar o fogo, o fogo veio (risos) aí pronto aí que ela ficou mais apavorada ainda. Eu falei Ana Paula (filha) você já vai fazer 15 anos tem que ir fazendo as coisas né começar devagar fazendo um arrozinho, fazendo miojo, mas tem medo e ele (filho) também tem o maior medo de ligar gás. Até Carlos brinca mamãe você tem que fazer coisas de alimentação melhor porque você fez curso.

Por outro lado, quando analisamos os cursos que consideramos ligados à esfera da produção ou que não são tradicionalmente femininos, os conhecimentos aprendidos são utilizados na realização de tarefas que promovem certa independência e autonomia das mulheres em relação aos homens, mesmo que, da mesma forma que nos outros cursos, a qualificação profissional não tenha levado a uma inserção no mercado de trabalho.

Exemplar neste sentido foi a importância da qualificação proporcionada pelo Programa Mulheres Mil para Joana, 39 anos, três filhos, moradora do distrito de Travessão de Campos. A egressa do curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão conseguiu colocar seu trailer que estava há dois anos desativado para funcionar e deste trabalho retira toda a sua renda. Como estava desempregada, Joana decidiu abrir seu próprio negócio, e o mais interessante é que a instalação elétrica do trailer foi realizada por ela a partir de conhecimentos aprendidos no curso:

como eu estava presa no meu trailer justamente por causa da parte elétrica eu falei é uma grande oportunidade é uma mão lavando a outra né eu não conseguia ninguém que fizesse para mim que as pessoas marcavam e não iam e eu com o trailer parado há mais de dois anos eu falei eu vou mergulhar nessa. Eu precisava trabalhar e o curso ia me ajudar bastante porque eu não conseguia ninguém que fizesse para mim as pessoas marcavam não iam aí falavam assim tem fulano mas fulano mexe mas não sabe muito bem não eu falava assim mexer e não saber bem para mim não adianta porque eu vou botar a fritadeira, vou botar a geladeira vou botar o micro-ondas para depois pegar fogo em tudo eu perco tudo e o dinheiro jogado fora.

Joana observa que além de ter feito a instalação elétrica do trailer, a manutenção é feita por ela e por outra egressa do Programa sua amiga Kíssila e disse que não há necessidade de recorrer a um homem para resolver estas questões:

esses dias mesmo (risos) eu cortei um fio lá aí apagou tudo só que por eu não conseguir cortar o fio com esse alicate comum nem mesmo no curso eu conseguia só com alicate de corte eu tive que correr, Kíssila! Kíssila! me ajuda corre aqui que eu apaguei tudo e aí as coisas na geladeira vão estragar, aí ela correu lá nós fizemos porque ela consegue manusear bem esse alicate eu não consigo de jeito nenhum aí ela correu lá me deu uma mão me socorreu e a gente conseguiu botar a energia de novo então assim se não fosse o curso de repente eu não saberia nem o que fazer.

Segundo a egressa também houve uma mudança na sua relação com os filhos após a qualificação profissional. Joana nos relata a importância que tem para sua filha de 19 anos o fato de ter sido ela quem realizou toda a instalação do trailer, quando os clientes fazem elogios ao trailer a filha faz questão de ressaltar que foi a mãe quem fez:

a minha filha de 19 anos fala foi a minha mãe que fez entendeu, ela mesma. Quando alguém chega e fala Janaína tá legal aí pô aí ela fala ela fez o curso e foi ela que fez (a parte elétrica do trailer) então acho que ajudou bastante contribuiu bastante. Porque o pessoal sabia que eu vinha procurando e que estava justamente fechado por causa da parte elétrica aí o pessoal fala pô Janaína conseguiu aí ela fala foi minha mãe que fez, ela logo fala.

Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial, diz que não precisa mais recorrer ao marido para realizar determinadas tarefas em casa que antes eram exclusividade dele. Sobre o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos no curso na sua vida cotidiana expõe o seguinte:

tipo assim trocar uma resistência do chuveiro, trocar tomada porque agora essas novas tão tudo sendo substituída e eu faço isso. A gente perde aquele medo que a gente tinha de eletricidade a gente acaba perdendo.

É interessante observar que mesmo não realizando um trabalho remunerado, Heloisa utiliza seu aprendizado para fazer instalação elétrica na casa de pessoas próximas a ela, como fez na residência de sua cunhada:

até minha cunhada me chamou para fazer manutenção na casa dela trocar as tomadas todas (risos). É, ela foi trocar as tomadas todinha da casa dela e me chamou para trocar, porque lá na casa dela o pedreiro faz tudo né a parte elétrica, hidráulica, só que ele começou enrolando ela, enrolando ela que acabou me chamando.

A partir das entrevistas, notamos também que o fato de o curso de Auxiliar de Eletricista não qualificar para uma profissão historicamente feminina fez com que as egressas fossem muitas vezes tratadas com deboche e ironia quando iam realizar alguma tarefa relacionada ao aprendizado o que não aconteceu com as mulheres capacitadas em Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão. Se estas últimas faziam justamente o que a sociedade delas esperava, cuidar dos filhos, costurar para o marido ou cozinhar para a família, as primeiras exerciam uma atividade que transgride os papéis tradicionalmente impostos ao feminino e a reação a esta transgressão é desqualificando a capacidade da mulher para realizar tal função. O depoimento de Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial é elucidativo neste sentido. Afirmou que o fato de ser mulher gerou uma crença de que iria provocar um incêndio ao tentar fazer um reparo na fiação da casa:

óh as vezes queima uma lâmpada eu mexo, na tomada quem tá mexendo sou eu, eu tenho marido só que não fica em casa só chega a noite, então quem mexe sou eu mesma. Meu chuveiro também já consertei sozinha. Deu um problema na luz lá essa semana, quem foi lá mexer no fio? Fui eu. Ficou todo mundo pensando que eu ia botar fogo (risos), vou botar fogo nada eu vou conseguir, e eu consegui. Todo mundo ficou olhando, isso vai pegar fogo hein, e consegui minha luz voltou. Depois que pegou fogo no fio fui lá mexendo, consegui botar luz de novo tá lá (risos).

Gostaríamos de enfatizar que nem mesmo os cursos na área de Eletricista conseguiram promover alguma transformação na divisão sexual do trabalho. Mesmo que algumas mulheres tenham conseguido um avanço em termos de autonomia ao exercerem atividades que antes tinham que recorrer a um homem e que passassem a se sentir capazes de realizar trabalhos antes considerados masculinos, as

responsabilidades pelas tarefas domésticas pouco se modificaram. Em alguns casos, as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas, pois tinham que associar novas funções, estudo e os cuidados com o lar, marido e filhos. Quando questionadas sobre de quem era a responsabilidade pelas tarefas domésticas como fazer a comida, realizar a faxina, lavar louças, roupas e cuidar dos filhos as egressas foram unânimes em responder que continuava sendo delas.

Portanto, é importante enfatizar que como o Programa não consegue modificar a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades domésticas continuam nas mãos das mulheres que somada à saída para realizar o curso gera uma sobrecarga de trabalho. Como os homens não se ocupam da esfera da reprodução, as mulheres participantes do Programa Mulheres Mil aumentam sua jornada diária de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não cumprindo seu principal objetivo que era inserir suas egressas no mercado de trabalho, o Programa Mulheres Mil foi importante para empoderar mulheres que não tinham condições de sequer reconhecer os direitos que possuíam. Entendemos que o retorno à uma instituição de ensino fez com que as relações domésticas se transformassem mesmo que de forma tímida. Foi comum em nossas entrevistas percebermos que a saída da mulher de casa para se qualificar causava um incômodo em maridos acostumados a vê-las somente dentro da esfera do lar realizando as atividades tradicionalmente femininas. Deve-se destacar, além disso, o exemplo que muitas mulheres deram para seus filhos, pois mesmo com muita dificuldade demonstravam que era possível obter um certificado de qualificação profissional quando as condições econômicas e sociais não eram as mais favoráveis.

Deve-se mencionar também que o Programa trouxe outra mudança importante para a vida de suas egressas, qual seja, a forma como viam a si mesmas. As entrevistas demonstraram fartamente que a posse de um diploma trouxe um reconhecimento de autonomia e independência que anteriormente não existia. Dessa forma, mulheres que viviam numa relação de dependência dos seus cônjuges entenderam que poderiam caminhar por si mesmas, fato que aqui classificamos como um aumento da autoestima.

Por outro lado, se pensarmos a cidadania feminina não somente a partir do sentido clássico do termo com sua divisão em direitos civis, políticos e sociais, mas como o “direito de ter direitos, ou seja, como igualdade e como eliminação de formas hierárquicas relacionadas ao natural” (Pinsky y Pedro, 2008: 294), podemos dizer que

o Programa Mulheres Mil não promove a cidadania plena para as mulheres. Ao ministrar cursos em sua maioria voltados para a esfera doméstica e ao não modificar a divisão sexual do trabalho, o Programa reforça os papéis tradicionais de gênero e as hierarquias consideradas naturais que, ao analisarmos sob a teoria de Bourdieu, consiste em uma forma de o Estado reproduzir a desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Promover cursos como Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão demonstra para a sociedade e principalmente para a família que estas são atribuições “naturalmente” femininas, o que contribui para perpetuação das relações de dominação entre os gêneros. A qualificação profissional neste sentido, além de não resolver a questão, agrava o problema, pois a egressa recebe um certificado que institucionaliza a desigual divisão sexual do trabalho, um diploma que as qualifica como a “rainha do lar” e que ali devem permanecer realizando suas funções.

Entendemos que os cursos na área de eletricista por não serem atividades tradicionalmente femininas possuem um potencial transformador. As resistências encontradas pelas egressas deste curso dentro do próprio lar nos demonstra que oferecer um curso que não qualifica as mulheres para o trabalho no âmbito doméstico pode sinalizar para uma modificação nos papéis de gênero e alterar, mesmo que de forma tímida, as relações de poder na esfera privada. Enquanto as egressas dos cursos da esfera da reprodução somente desempenhavam seu papel ao cozinhar, bordar e cuidar dos filhos, as egressas dos cursos de eletricista eram tratadas com ironia por realizarem tarefas consideradas masculinas o que é um indicio de que algo que era solidificado dentro do lar – as funções naturais da mulher- foi retirado do seu devido lugar e, dessa forma, gerou uma reação negativa por parte dos homens.

Portanto, gostaríamos de concluir dizendo que mesmo com o avanço do movimento feminista no Brasil a partir da década de 70 do século passado e a conquista do espaço público pelas mulheres nos séculos posteriores, quando tratamos de cidadania feminina devemos ampliar o conceito. Entendemos que, e esta pretende ser nossa principal contribuição neste artigo, que as mulheres só serão cidadãs plenas quando a desigual divisão sexual do trabalho desmoronar. Por mais que se avance em direitos civis, sociais e políticos o nó de uma cidadania de segunda categoria só será desfeito quando homens e mulheres conseguirem partilhar de forma equânime a responsabilidade pelas tarefas domésticas e, dessa forma, é que poderão ocupar em condições de igualdade a esfera pública como verdadeiros cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. (1986). *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BAUDELLOT, C. (2003). Conclusão Nada Está Decidido. En Maruani, M. y Hirata, H (Orgs.) *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp.315-322). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- BOURDIEU, P. (1999). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRUSCHINI, C. (1992). O Uso de Abordagens Quantitativas em Pesquisas sobre Relações de Gênero. In: COSTA, A. y BRUSCHINI, C. (Orgs). *Uma Questão de Gênero* (pp.289-307). Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas.
- BRUSCHINI, C., RICOLDI, A. M., MERCADO, C. M. (2008). Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, A. O. et al (Orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais* (pp. 15-33). Rio de Janeiro: FGV.
- COMBES, D. y HAICAULT, M. (1986). Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *O Sexo do Trabalho* (pp. 23-43). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HIRATA, H. y KERGOAT, D. (2003). A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M. y HIRATA, H (Orgs.) *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 111-123). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2012). *Síntese de Indicadores Sociais 2009*. Recuperado de www.ibge.gov.br.
- _____. *Indicadores Sociais Municipais 2010*. Recuperado de www.ibge.gov.br.
- LAUFER, J. (2003). Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, M. y HIRATA, H (Orgs.) *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho* (pp. 127-135). São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (2012). *Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Recuperado de www.portal.mec.gov.br.
- PINSKY, C. B. y PEDRO, J. M. (2008). Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, J. y PINSKY, C. B. (Orgs). *História da Cidadania* (265-309). 4.ed. São Paulo: Contexto.
- SCHIENBINGER, L. (2001). *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru,SP: EDUSC.
- SCOTT, J. W. (1994). Prefácio a Gender Politics History. *Cadernos Pagu*,n.3.
- SORJ, B. (2009). Trabalho Remunerado e Trabalho Não-Remunerado. In: VENTURI, G., RECAMAN, M., Oliveira, S.. *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado* (pp.107-119). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.